



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Almir Ferreira de Albuquerque

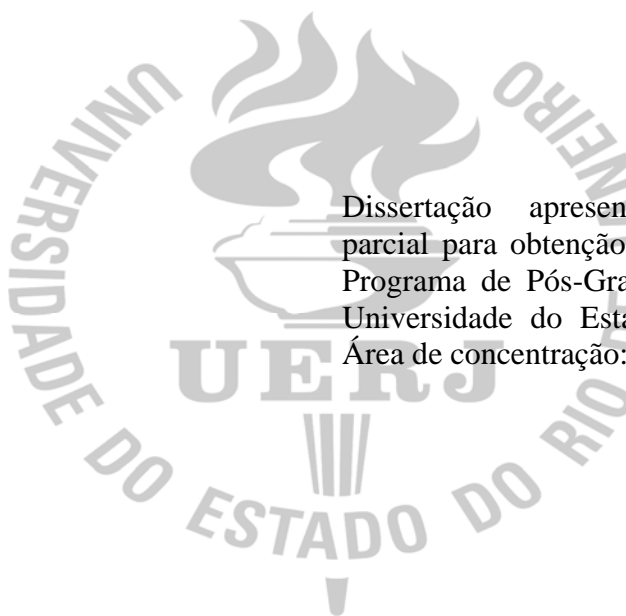
**O general apressado: Olympio Mourão Filho nos antecedentes
de 1964: Golpe Militar ou Golpe de Classe? (1961-1964)**

Rio de Janeiro

2017

Almir Ferreira de Albuquerque

O general apressado: Olympio Mourão Filho nos antecedentes de 1964: Golpe Militar ou Golpe de Classe? (1961-1964)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Munteal

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

XXXX Albuquerque, Almir Ferreira de.
O general apressado: Olympio Mourão Filho nos
antecedentes de 1964: Golpe Militar ou Golpe de Classe?
(1961-1964) / Almir Ferreira de
Albuquerque. – 2017.
111 f.

Orientador: Oswaldo Munteal.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. xxxxxx – Teses. I. Munteal, Oswaldo. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III. Título.

CDU xxxxxxxx

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Almir Ferreira de Albuquerque

**O general apressado: Olympio Mourão Filho nos antecedentes de
1964: Golpe Militar ou Golpe de Classe? (1961-1964)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovado em 31 de março de 2017.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Maria Emilia Prado
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Rio de Janeiro

2017

RESUMO

ALBUQUERQUE, Almir Ferreira. *O general apressado: Olympio Mourão Filho nos antecedentes de 1964: Golpe Militar ou Golpe de Classe? (1961-1964)*. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Este trabalho consiste na investigação das razões principais para o golpe civil-militar de 1964 no Brasil, através da análise detalhada e apresentação de fatos relevantes contidos na biografia do general Olympio Mourão Filho, responsável direto pela deposição da democracia no Brasil e instalação da ditadura militar, sendo um dos principais conspiradores durante o período analisado, elemento principal para que todo o processo fosse desencadeado. O corpo teórico deste trabalho consiste na apresentação de duas vertentes antagônicas e em aberto que visam explicar as motivações do golpe presentes da historiografia: a concepção organizacional e a concepção instrumental das Forças Armadas. A metodologia consiste em comparar as informações contidas no diário do general, que serviu de fonte primária para este trabalho, com a bibliografia do período analisado (1961-1964) para estabelecer quais das duas concepções, de fato, podem melhor explicar as motivações de Olympio Mourão Filho para tomar a iniciativa da deposição do presidente João Goulart.

Palavras-chave: Golpe civil-militar. Biografia. Forças Armadas. Golpe de 64.

ABSTRACT

ALBUQUERQUE, Almir Ferreira. *The hasty general: Olympio Mourão Filho in the antecedents of 64 (1961-1964)*. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This work consists of investigating the main reasons for the 1964 civil-military coup in Brazil through the detailed analysis and presentation of relevant facts contained in the biography of General Olympio Mourão Filho, directly responsible for the deposition of democracy in Brazil and the installation of military dictatorship, being one of the main conspirators during the analyzed period, main element for that the whole process was triggered. The theoretical framework of this work consists of the presentation of two opposing and open strands that aim to explain the motivations of the coup currently in historiography: the organizational conception and the instrumental conception of the Armed Forces. The methodology consists of comparing the information contained in the diary of the general, which served as the primary source for this work, with the bibliography of the period analyzed (1961-1964) to establish which of the two conceptions may, in fact, better explain the motivations of Olympio Mourão Filho to take the initiative of the deposition of President João Goulart.

Keywords: Civil-military coup. Biography. Armed forces. Coup of 64.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1	OLYMPIO MOURÃO FILHO, O “GENERAL APRESSADO”	19
1.1	Surge o personagem histórico	19
1.2	A Carreira Militar	21
1.3	O momento histórico dos anos 50	28
1.4	Mourão Filho e Juscelino Kubitschek	32
1.5	O imprevisível Jânio Quadros	35
1.6	Mourão Filho e o registro de suas memórias	39
2	A CONSPIRAÇÃO, PARA MOURÃO, COMEÇA NO RIO GRANDE DO SUL	42
2.1	No resto do Brasil, ela começa antes	42
2.2	O contexto internacional	45
2.3	Os trabalhadores entram em cena	47
2.4	Acordando do sono profundo	49
2.5	Odílio Denys e o anticomunismo obcecado	51
2.6	Leonel Brizola agita o Rio Grande do Sul	63
3	DE LEGALISTA A CONSPIRADOR	73
3.1	Mourão Filho e sua conspiração secundária	78
3.2	Ligações empresariais	81
3.3	Gen. Guedes: em Minas termina a conspiração e começa o golpe	87
3.4	O General Arrependido	96
	CONCLUSÃO	101
	REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Desde 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República por um militar do Exército, as Forças Armadas brasileiras têm tido uma atuação cada vez mais proeminente nos assuntos políticos nacionais, seja através da sua influência indireta, por ser a instituição nacional que conta com o monopólio das armas e o dever constitucional de zelar pela lei e pela ordem do país – muito embora a “garantia da lei e da ordem”, que já entrou para o jargão militar através da sigla GLO, seja uma noção vaga a critério da interpretação conjuntural dos militares (ZAVERRUCHA, 2005) –, seja com a intervenção direta, através de tomada do poder político das mãos da sociedade civil, como aconteceu, por exemplo, em 1930 e 1964. Segundo uma das teses a respeito dessa atuação política das Forças Armadas que rejeitam a explicação dos militares como meros agentes de interesses sociais, apenas ao longo desse período até o golpe de 64, os militares atuaram, de fato, como instrumento das classes dominantes e políticas nos momentos de crise, pois ainda não tinham consciência de suas identidades enquanto organização (COELHO, 2001). No entanto, a partir de 64, já com plena percepção da sua importância e com interesses próprios a serem considerados, estritamente militares e distintos das classes dominantes, os militares tomaram o poder, e, pela primeira vez, não o devolveram imediatamente para os civis, como era de praxe.

Por outro lado, existe a corrente historiográfica que afirma que, mesmo no Golpe de 64¹ e durante todo o período em que estiveram diretamente no poder, os militares continuaram a atuar em benefício de uma determinada classe social elevada, da qual os oficiais faziam parte. Portanto, tanto quanto grandes empresários, banqueiros ou latifundiários, se sentiram ameaçados com as propostas reformistas que o governo de João Goulart (Jango) propunha naquela ocasião, como é a interpretação de autores como Carlos Fico, René Dreiffus, Marcos Napolitano, entre outros.

Como devemos, então, interpretar o movimento que os militares colocaram em ação em 31 de março/1º de abril de 1964, que desencadeou a queda de um governo legítimo que prometia algumas das reformas que o país tanto esperava desde a sua independência política? É o que este trabalho pretende identificar, através da análise da atuação daquele que, dentre todos os envolvidos nas conspirações políticas para a derrubada do poder institucional, foi o

¹ Golpe, contragolpe ou revolução? Neste trabalho seguimos defendemos a terminologia hoje sancionada na historiografia acadêmica que consagra o movimento civil-militar de 1964 como um golpe contra o poder institucionalizado. Não obstante, o aprofundamento dessa discussão será feito mais adiante num outro capítulo.

que, de fato, tomou a ação mais dramática de colocar as tropas na rua em direção ao Rio de Janeiro, na expectativa de uma guerra civil — que não chegou a acontecer — que derrotasse o governo João Goulart e suas medidas progressistas: o general Olympio Mourão Filho², figura das mais controversas da nossa história, e, no entanto, ainda pouco pesquisada por nossa historiografia acadêmica, sem o mesmo destaque de outras figuras importantes no movimento conspiratório civil e militar daqueles anos 60. Mas, antes de entrarmos de fato nos pormenores que levaram à queda de João Goulart, precisamos entender um pouco mais sobre as teorias principais que se confrontam para explicar o Golpe, para depois analisarmos a trajetória das Forças Armadas ao longo do período republicano e suas relações sempre conflituosas com a política nacional: a teoria organizacional e a teoria instrumental, para sabermos, em seguida, com base na biografia do general Olympio Mourão Filho, quais foram as suas reais motivações para uma medida tão drástica como a tomada de poder e em qual das teorias explicativas poderíamos enquadrá-lo. Afinal, Mourão Filho atuou em nome dos seus interesses enquanto membro de uma classe social privilegiada, como afirma a teoria instrumental ou meramente como um oficial militar que se baseou em dispositivos legais para depor um presidente que estaria violando a ordem estabelecida, como afirmam os teóricos da corrente organizacional?

José Murilo de Carvalho é um dos maiores expoentes da corrente organizacional. Segundo o eminente historiador, ao longo dos anos, as Forças Armadas só têm chamado a atenção de pesquisadores e historiadores a partir do momento em que suas tropas deixam os quartéis para interferir diretamente nos assuntos políticos da nação. Enquanto os militares permanecem de prontidão servindo em seus quartéis, pouco interesse despertam nestes estudiosos, o que dificultaria, segundo ele, o entendimento da filosofia que guia o pensamento militar. De acordo com ele, aos poucos essa lacuna vai sendo preenchida com os estudos, por exemplo, de alguns sociólogos que têm demonstrado que organizações grandes e complexas como as Forças Armadas teriam “características e vidas próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas”, numa clara crítica àqueles que defendem as Forças Armadas como instrumentos de civis (CARVALHO, 2005, pág.13). Dessa forma, tais instituições, por serem tão envolvidas em regras e disciplinas, hierarquias e ordens, fazem com que seus membros possuam fortes laços de identidade com estas organizações. Aos

² A grafia do nome próprio do general Olympio foi atualizada de acordo com as regras do Formulário Ortográfico de 1943, ratificadas nos acordos posteriores e ainda vigente. Para mais detalhes acessar <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&id=11-39&version=1943>> último acesso: 25 mar 2017.

poucos, as Forças Armadas, no caso em questão, moldariam o caráter e a personalidade dos soldados em relação a como ele se vê, como vê o mundo e como a sociedade também o enxerga.

Ainda segundo José Murilo de Carvalho, o descaso ou o desconhecimento de tais características produziram na academia trabalhos em que a análise das Forças Armadas sempre se dariam *ex post facto*, ou seja, somente depois que os militares entram em ação e intervêm na política. Aí que os pesquisadores vão tirar conclusões sobre a intervenção militar, depois que estes, já conscientes do movimento a ser tomado, saem das brumas para o teatro das ações públicas. Esse fato está relacionado, segundo Edmundo Campos Coelho (2000) com a ideia de sociólogos e historiadores de que o estudo de organizações ou instituições de vieses autoritários são incompatíveis com suas posturas políticas liberais e progressistas. Também justifica o sociólogo que estes colegas, durante muito tempo, tinham no paradigma marxista a linha de pesquisa que guiava seus trabalhos, o que, segundo ele, produzia vertentes interpretativas polarizadas.

Voltando a José Murilo de Carvalho, na queda do Império, soldados-cidadãos trouxeram os militares a um padrão elevado de estima perante a sociedade, a um novo *status* até então desconhecido, reforçando, aos poucos, suas identidades próprias e provando à sociedade que suas opiniões deveriam ser levadas em conta, que não eram cidadãos de segunda classe, conforme o senso até então vigente (CARVALHO, 2005). Desde então, por diversas motivações, os militares têm se aprimorado em cuidar dos interesses da caserna no que tange aos assuntos internos da política nacional de forma crescente, se inteirando nos conflitos sociais e institucionais, especialmente em algumas das diversas crises por que passou o país ao longo do século XX, a fim de restabelecer a “ordem e a legalidade”, conforme os preceitos – sempre vagos e, portanto, passíveis de direcionamento ideológico – presentes nas Constituições brasileiras a respeito das atribuições militares.

A primeira Constituição do Brasil já definia as funções das Forças Armadas não só nos assuntos eminentemente militares, como também sobre sua atuação em questões internas. No artigo 145 da Constituição de 1824, já havia a preocupação da manutenção da lei e da ordem por parte dos militares: “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a independência, e integridade do Imperio, e defende-lo dos seus **inimigos externos, ou internos**” [grafia no original]. Em 1891 a nova Constituição dizia no seu artigo 14: “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à **manutenção das leis no interior**”; Em 1934, no artigo 162, pela primeira vez, aparece o

dístico “lei e ordem”: “As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes a seus superiores hierárquicos. **Destinam-se a defender** a Pátria e garantir os poderes constitucionais, **a lei e a ordem**”; Em 1946, a Constituição que vigeu até 64, que deu os subsídios legais para o golpe, dizia em seu artigo 177: “**Destinam-se as forças armadas** a defender a pátria e **a garantir** os poderes constitucionais, **a lei e a ordem**”. As Constituições pós-golpe, tanto a da era ainda ditatorial (1967) quanto a já democrática (1988) mantiveram exatamente estes mesmos preceitos delegados às Forças Armadas. A única Constituição que não atribuiu explicitamente a função de guardiãs da lei e da ordem internas foi a de 1937, sob o Estado Novo de Getúlio Vargas (ARRUDA, 2007, p.108, grifos no original).

É possível notar o quanto as atribuições constitucionais dos militares não são claras, e, muitas vezes, inclusive contraditórias. Não é definido exatamente em que circunstâncias a lei e a ordem estariam sendo violadas no país, ou por quem. Em 1964, uma das possíveis interpretações dos eventos que levaram à queda do presidente João Goulart era de que as próprias Forças Armadas estariam violando a Constituição ao depor um dos poderes constitucionais que, de acordo com a Constituição vigente naqueles anos 60 — a de 1946, no citado artigo — deveriam defender. Neste caso, que outro poder deveria ou poderia servir como dispositivo para inibir a ação golpista dos próprios militares? Naquele momento, pelo menos, ainda não se tinha pensado nisso, como hoje existem mecanismos de controle civil das Forças Armadas. O fato é que foi a Constituição Federal e seu artigo sobre a intervenção militar que deram os subsídios legais — pelo menos assim pensavam os conspiradores — para a retirada do poder do presidente João Goulart.

Se a teoria organizacional afirma que os militares agiram no interesse de suas atribuições legais, baseados apenas e tão somente no cumprimento do dever constitucional, no entanto, não podemos deixar de levar em conta que, em 1964, a conspiração contra o presidente João Goulart contou com participação de uma miríade de militares com interesses dos mais diversos. Alguns, em conluio com empresários, tiraram proveito de forma mais pessoal do que profissional da tomada do poder. Outros, no entanto, de fato colocaram a instituição militar acima dos interesses pessoais — apenas num primeiro momento, mas logo depois da queda do governo se reuniram com as classes empresariais no mesmo interesse de causa. Essa é a interpretação da teoria instrumental.

Segundo essa leitura, as Forças Armadas sempre foram e continuaram sendo o instrumento de força dos interesses políticos e sociais de uma determinada classe social que

são as do poder financeiro e seus aliados e, por isso, as dominantes. Tais homens e mulheres privilegiados têm na política institucional a sua arma para obter e manter de forma legal os históricos privilégios que os fazem ser, justamente, a classe que domina o poder político. Quando a política falha nesse quesito — por exemplo, quando se elege um presidente da República que ameace seus interesses econômicos com reformas e políticas distributivas de renda — resta a este grupo recorrer aos seus parceiros e confrades da oficialidade nas Forças Armadas, aqueles com o monopólio constitucional do uso da violência.

Edmundo Campos Coelho divide sinteticamente as versões correntes da concepção instrumental, da qual é crítico, em três:

1. a *oligárquica*: segundo a qual as “classes dominantes” — cuja composição do dia é variável mas inclui, inevitavelmente os setores agrário, comercial e financeiro — comandam o Exército e dele lançam mão nos momentos de crise do sistema de dominação vigente. Tal comando resultaria do controle que a “oligarquia” exerce sobre o aparelho de Estado. Nesse sentido, “o poder militar aparece como fator do poder civil, entendendo-se este como produto das relações de classe”³;
2. a dos *setores médios*, pela qual o Exército seria o agente político organizado das classes médias, sobretudo das classes médias cartoriais. O recrutamento, nessas classes, do quadro de oficiais é sugerido como o mecanismo que explica o caráter representativo do Exército;
3. a *moderadora*, que imputa ao Exército o desempenho de uma função arbitral cujo conteúdo e sentido são definidos fora das fronteiras da organização militar e independentemente dela. Sugere-se com esta versão, que o arbitramento dos conflitos entre as classes e grupos é desempenhado em consonância com o sentido das correntes predominantes da opinião pública. (COELHO, 2000, pp. 32-33, grifos no original)

O que nos leva à importante questão: Olympio Mourão Filho, o general que colocou as tropas na rua de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro no dia 31 de março de 1964 para depor o presidente João Goulart, agiu estritamente em nome dos interesses militares, ou como associado de uma determinada classe social incomodada com as políticas de reforma social do governo, que utilizou a tropa em seu poder para agir na preservação de seus privilégios materiais? Em outras palavras: o general deu o golpe em nome dos meros interesses

³ IANNI, Octávio: O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, pág.146

organizacionais das Forças Armadas ou as Forças Armadas foram instrumentalizadas em favor dos interesses de uma determinada classe social privilegiada da qual ele faria parte?

Como disseram Coelho (2001) e Carvalho (2005), ambos defensores da tese organizacional das Forças Armadas — a que defende a proposição de que os militares atuaram no golpe por interesses próprios da caserna —, apesar de estarem sempre presentes nos momentos mais conturbados da política nacional nas últimas décadas, elas não costumam ser objeto de análise das disciplinas acadêmicas, a não ser, justamente, quando saem da obscuridade para colocar as tropas nas ruas (COELHO, 2000). Apesar da presença constante das Forças Armadas nos assuntos políticos durante diversos episódios da primeira metade do século XX, e, a partir de 1964, tendo eles mesmos assumido a gerência da política nacional de forma direta, a própria sociedade brasileira pareceu surpresa com o fatídico golpe civil-militar levado a cabo em 31 de março/1 de abril de 1964, não obstante todos os rumores e suspeitas no período que o antecedeu, desde o fracasso dos ministros militares em vetar o nome do então vice-presidente João Goulart, que deveria tomar posse com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. Pela primeira vez na história, as Forças Armadas intervieram na política de forma permanente e não provisória: restauraram aquilo que julgavam ser a ordem que deveria ser protegida dos “subversivos”, mas não devolveram o poder imediatamente aos civis. Como se sabe, somente depois de longos 21 anos, num lento processo de abertura política, o poder foi devolvido à sociedade civil através dos seus representantes políticos. E tudo teve início, em 1964, num ato de precipitação de um militar conspirador que tomou a iniciativa onde todos os outros vacilavam.

Falar dos movimentos conspiratórios de 1964 é trazer sempre a discussão: foi golpe, contragolpe ou revolução? Ou seja, os civis e militares que articularam a queda de João Goulart foram golpistas ou revolucionários?

Nos quartéis e em suas instituições de formação, ainda há a tendência persistente de se tratar o evento de 64 como “revolução”⁴. No subtítulo de seu livro de memórias, por exemplo, o general Mourão Filho, o homem que colocou as tropas na rua, afirma que a obra é a “verdade de um revolucionário”. No entanto, é preciso se aprofundar um pouco mais no conceito.

⁴ Ver em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/nos-colegios-militares-golpe-de-1964-ensinado-como-revolucao-12038975>>

Para isso, recorreremos a Bronislaw Baczko, que no capítulo oitavo do livro *El hombre romántico*, justamente chamado *El Revolucionario*, trata dessa importante concepção para a análise de movimentos políticos-militares radicais.

Segundo Baczko, o termo “revolucionário” é um conceito relativamente recente na historiografia. Seu uso tem levado a muitas ambiguidades. Durante a Era Contemporânea, grupos políticos têm referido a si mesmos como revolucionários. O conceito herda as mesmas ambiguidades do termo que a origina: “revolução”, como vemos, no nosso caso, em “Revolução de 64”.

Por isso, o autor busca precisar o conceito com que trabalha. Segundo ele

São revolucionários o que inventam, pensam e organizam sua ação política em função de um projeto de revolução, ou, para dizer de outra forma, em função da eleição de uma revolução como meio de realização de seu projeto político (p.276)

Para Baczko, o termo revolução também é dotado de uma plasticidade notável, rica em significados e, sobretudo, indica uma ruptura, uma divisão em “um antes e um depois, um momento sem retorno, de onde a história arranca de novo” (p. 276).

Para o capítulo *El Revolucionario*, Baczko faz algumas ressalvas sobre como trabalha o conceito: por conta de toda carga simbólica e afetiva que o conceito carrega, o autor opta por tratá-la de forma descritiva, neutra. O mais importante é: além de toda as diversidades de ideologias, de motivações, é a representação da revolução, “uma ideia-imagem ativa, que orienta a ação dos revolucionários quanto a eleição dos seus métodos de ação” (p.278). Seu modelo de revolução é a Revolução Francesa.

Em segundo lugar, define que “ser revolucionário é um modo de existência coletiva”. Se é revolucionário sempre com outros contra outros. Também supõe a reunião de indivíduos em função de suas opiniões políticas, de acordo com suas origens sociais, convicções religiosas, etc. Por isso, do mesmo modo que não se pode confundir um grupo de mercenários que se compromete a derrubar um governo como “revolucionários”, também “não se pode confundir um golpe de Estado (...) com uma revolução”. (p.278)

Apesar de toda renovação proposta pela Nova História Política, principalmente a partir dos anos 80, escrever a biografia de um personagem histórico continua a ser um desafio na historiografia atual. Isso porque ainda se tem muitas dúvidas a respeito dos métodos do domínio/gênero biográfico. José D'Assunção Barros (2009) afirma que “a velha pergunta, que indaga se uma biografia é História ou Literatura, certamente jamais será respondida de maneira única e definitiva”. Pierre Bourdieu (1996) chega a afirmar que “a história de vida é

uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico”.

Para ele,

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Sabina Loriga (2011), afirma que a biografia é “desde a origem, um gênero híbrido e compósito”. Com isso, a autora quer dizer que o fazer biográfico sempre se equilibra entre a “verdade histórica e a verdade literária”, sem que, com isso, possamos estabelecer regras gerais para a sua metodologia. Aponta três tipos de narração biográfica: a cronológica, que segue a vida do biografado segundo o ritmo da vida (nascimento, formação, carreira, maturidade, declínio e morte; a sintomática, que se apoia em momentos-chave (as conversões, os traumatismos, as crises, as separações afetivas, etc.) e a intelectual. Este trabalho se baseia na segunda concepção da autora (biografia sintomática) para destacar a participação do general Olympio Mourão em episódios importantes dentro do período previamente recortado – o que tem por mérito invalidar as críticas anteriormente citadas por Pierre Bourdieu, já que não se tem a pretensão de produzir uma “história de vida” do biografado.

Para Loriga, a fronteira que separa a história da biografia é incerta e conflituosa. Sua raiz está na questão referente à “qualidade científica da verdade”. Se para alguns, como Políbio, existe uma separação natural entre história e biografia, para Beda, o Venerável, a biografia nada mas é do que “a história observada de perto” (LORIGA, 2011, pág. 34), assim como na época moderna se tomava a biografia como forma legítima de se escrever a história, mais tarde, sociólogos afirmavam a “impessoalidade como critério fundamental de cientificidade”.

Ao longo do século XX o antagonismo entre a História Social e a História Política ficava evidente na comparação: segundo Loriga, “a primeira continua a cultivar sua vocação impessoal, a segunda a propor personagens convencionais e monolíticos”.

Provavelmente a França assiste ao maior número de críticas ao gênero biográfico, graças à dedicação dos autores dos *Annales*. No entanto, tanto os primeiros historiadores quanto os das gerações posteriores dessa escola histórica não se furtaram a produzir biografias.

Giovanni Levi também aponta as ambiguidades do fazer biográfico. Segundo ele, a biografia pode constituir tanto “um instrumento da investigação social, ou, ao contrário, propor um meio para fugir dela”.

Apesar disso, Philippe Levillan (2003) destaca um florescimento das biografias na França, no final dos anos 70 – tendo sido reabilitada nas Universidades no final dos anos 60. Um fenômeno que tem relação com o número de aumento de teses de história na Academia, sobretudo de história política. No entanto, a biografia apresentava os mesmos questionamentos: “exaltação discutível de um indivíduo” e “entrave ao julgamento crítico de um historiador”, que representavam um grande problema, que as Universidades, não obstante, enfrentavam. O próprio Jacques Le Goff, que em 1973 fizera críticas severas à biografia, produziu uma biografia em 1981, para cuja produção ele se escusava dizendo:

Considera-se de modo geral que a história dita “nova”, e em particular a *École des Annales*, não estão especialmente interessadas na biografia. Isto é ignorar que Lucien Febvre escreveu um Luther, e que a grande tese de Fernand Braudel sobre Filipe II e o Mediterrâneo é também, à sua maneira, uma biografia.

O grande mérito desses autores é que eles vinculavam a biografia à História. Levillan lembra que Arnaldo Momigliano afirmou que a separação entre biografia e História não é “uma lei da natureza, mas uma herança da historiografia grega”. Assim como Loriga, Levillan considera a biografia um gênero composto, que serve, portanto, a vários propósitos. Também caracteriza a velha relação entre biografia e Literatura, fazendo uma importante diferenciação entre elas quanto à metodologia. Segundo ele,

Não é com base no biografado que se dividem as biografias literárias e as biografias históricas, nem com base na escrita, o que equivale a dizer no estilo, e sim com base na parte de ficção que entra nas primeiras e deve ser proibida nas segundas por razões de método

Dessa forma, o que diferencia a biografia da Literatura é o cuidado em basear o relato biográfico em fontes confiáveis.

A biografia experimenta um florescimento na França no final dos anos 70 e começo dos anos 80 e Levillan aponta algumas razões: antes de mais nada, o declínio do marxismo após 1968 na França. Em segundo lugar, o desprestígio cada vez maior de uma história quantitativa e serial, que havia “subjugado a história factual”, por conta de suas próprias limitações metodológicas, abrindo caminho, assim, para o retorno da história política. A biografia então, “reassume uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo”, permitindo analisar o indivíduo e seu meio, e o seu meio através do indivíduo.

Levillan fala sobre uma das fontes documentais privilegiadas do gênero biográfico e que será a base documental deste trabalho: o diário.

Esta evolução da historiografia francesa não basta para explicar o seu boom. O desenvolvimento do diário e da autobiografia, anterior, aliás, à reflexão historiográfica dos anos 80, também contribuiu para isso. O diário, que é um documento unilateral, se beneficiou na História, como fonte, de uma espécie de

autoridade emanada do próprio mistério de sua existência (propagada por alguns, contanto que não aparecesse jamais após a sua morte; escondida por outros), do segredo que faz a sua força, das revelações que ele pode fazer. Mas é igualmente suspeito por seu caráter introspectivo. (...) É claro que se pode contornar sua ausência pela **decifração da periferia constituída por outras fontes** (...), mas tudo depende da maneira de lê-lo [grifo meu]

Dessa forma, este trabalho tem a finalidade de investigar os antecedentes que levaram ao Golpe de 64 através da análise de duas correntes teóricas historiográficas antagônicas; definir, através do estudo da biografia do general Olympio Mourão Filho, tendo como fonte primária o seu rico e detalhado diário, em qual das duas correntes precisamente o general pode ser enquadrado, tendo assim a pretensão de esclarecer quais foram as reais motivações para a derrubada do poder legítimo e institucional de um presidente da República, cujas sequelas marcaram de forma indelével as instituições republicanas e a nossa sociedade até os dias atuais.

A professora Lucília de Almeida Neves Delgado, em artigo para a revista Tempo⁵ onde analisa a produção historiográfica referente ao governo João Goulart (1961-1964) e o golpe de Estado que o depôs, resume algumas das vertentes historiográficas do período de 1961 até o golpe da seguinte forma:

- Visão estruturalista das razões que levaram à deposição do presidente Goulart;
- Ênfase no caráter preventivo do golpe político;
- Caracterização conspiratória das ações que culminaram com o golpe de Estado;
- Visão conjuntural, com destaque para a questão da democracia;
- Novo ciclo produtivo: acesso a documentação inédita, registro de efemérides e registros da relação memória e história.

Neste trabalho será defendida concepção da terceira vertente historiográfica apresentada pela autora: caracterização *conspiratória* das ações que culminaram com o golpe de Estado.

No final da década de 70 e começo da década de 80, alguns autores dessa linha historiográfica produziram obras que procuraram destacar a participação de determinados grupos sociais e políticos que atuaram nos bastidores para a derrubada do presidente João Goulart. Dentre todos os conspiradores – parte do empresariado nacional, proprietários rurais, setores da mídia, políticos conservadores e setores da Igreja –, a ação dos militares é o escopo

⁵ Artigo recebido e aprovado para publicação em julho de 2009.

deste trabalho, através da análise da ação conspiratória de Olympio Mourão Filho no período e da sua relação com os demais conspiradores. Segundo Lucília Delgado, dentre os autores que apontam as conspirações como fator determinante de derrubada do presidente João Goulart, estão Moniz Bandeira, René Dreyffus e Heloisa Starling, sendo os dois primeiros mais importantes para a análise da concepção instrumental – da qual são partidários – das Forças Armadas para o desfecho do Golpe. Tal como estes referidos autores, trabalharemos com o tempo curto, destacando o caráter conjuntural do golpe no referido recorte temporal: 1961-64.

Hoje em dia, cada vez mais, é consagrado o termo “Golpe civil-militar” para designar o tema, em oposição ao que até pouco tempo, prevalecia na historiografia, ou seja, “Golpe militar”. A própria associação dos termos civil e militar já nos dá um indício de que o movimento de 64 não teve apenas como base uma maior conscientização dos militares, que, cansados da política, resolveram assumi-la em nome dos seus próprios interesses ligados à caserna. A associação com pessoas do setor empresarial, intelectual, religioso e midiático ganha cada vez mais destaque na historiografia, pois foi muito mais a concepção de classe do que de carreira que determinou a associação de interesses de militares e civis, simbolizado pelo complexo IPES/ESG, como será visto. Carlos Fico⁶, um dos maiores especialistas na ditadura civil-militar de 64, afirma que René Dreifuss também defende que os agentes do golpe de 64 não foram apenas os militares das Forças Armadas levados à ação devido à doutrinação da Escola Superior de Guerra. Ele destacou que, além deste importante fator, há de se destacar a importância crucial dos empresários, cujo papel foi, durante anos, minimizado por conta, primeiro, de “autônoma ou subsistêmica das Forças Armadas e da tecnoburocracia” (p.486), e segundo, porque alguns anos depois do apoio ao golpe, grande parte daqueles mesmos empresários passaram para o campo velado (ou explícito) da crítica ao autoritário governo militar, junto com outros setores civis como a Igreja Católica. Assim, no primeiro momento do movimento que derrubou João Goulart do governo, não um suposto “aparelho militar-burocrático” que deu o golpe, apeando o poder, com a alheação das classes dominantes, mas o contrário, o próprio Estado pós-golpe fora reorganizado pela “elite orgânica” sob a direção do complexo IPES-ESG.

O estudo da concepção instrumental das Forças Armadas proposta pelos referidos autores leva ao conceito de *hibridização* de interesses dos setores conservadores da elite civil

⁶ Ver em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>

e militar num consenso diretamente influenciado pelo anticomunismo norte-americano. Se houve realmente um elemento aglutinador de ambas as camadas da sociedade brasileira – tanto a elite civil quanto a militar – esta se deu no campo da atuação política, no período das conspirações que visaram a derrubada do presidente eleito no momento de maior radicalização e de participação popular na política, área privilegiada das demandas sociais porquanto referente às relações de poder. Para se criar o consenso de que era necessário uma grande intervenção armada para derrubar um governo eleito democraticamente pelo voto, foi preciso fabricar no imaginário nacional a figura do elemento subversivo da ordem, “comunista” numa concepção mais genérica utilizada naquele tempo, que punha em perigo os valores da civilização ocidental judaico-cristã, através de instituições que visavam fomentar a legitimação das decisões radicais que poderiam vir a ser tomadas – e que, na verdade, já estavam em vias de planejamento nos bastidores da política e da caserna. Foi então que entrou em cena o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgão de propaganda anticomunista que contou com o patrocínio da CIA, com atuação importante na conspiração que derrubou o presidente João Goulart. O elemento político que forneceu as justificativas legais para a intervenção militar foi a Doutrina de Segurança Nacional, em cujas atribuições militares está, entre outras, a defesa da lei e da ordem. Pois foi justamente nestas bases legais que os militares se sustentaram para justificar a derrubada do presidente da República. A relevância deste estudo se dá também pela atualidade das atribuições militares no que se refere à garantia da lei e da ordem na nossa sociedade atual. As Forças Armadas brasileiras ainda estão bastante presentes, à sombra da política nacional, zelando silenciosamente pela manutenção dos preceitos que julgam merecedores de salvaguarda – um conjunto de ideias e valores que estão precária e indiscriminadamente inseridos no que chamam de *lei e ordem* e que, ainda hoje, estão assegurados através da Lei Complementar nº 97/99 e regulamentada pelo Decreto nº 3.897/2001.

Naquele ano de 1964, paradoxalmente, os militares decidiram que, para defender a ordem era preciso atacá-la, em nome do suposto combate aos “subversivos” que estariam infiltrados no governo João Goulart e que, por isso, ameaçavam transformar o país numa “república sindicalista” (BANDEIRA, 1977). É importante entendermos esse processo histórico, porque, de modo algum, o risco de uma nova intervenção militar na política nacional está descartada, tendo em vista que uma gama enorme de situações pode ser enquadrada como ameaça à lei e à ordem, merecendo uma intervenção de natureza militar, totalmente amparada pela Constituição brasileira.

Portanto, é por essa razão que o estudo das motivações ideológicas que levaram os militares brasileiros, através da ação um tanto precipitada de Olympio Mourão Filho, a patrocinar a derrubada do poder de um legítimo presidente da República se faz altamente necessário, quando temos em vista que as bases que justificaram o ato golpista naquele ano de 1964, sejam eles legais, morais ou supostamente constitucionais, ainda podem ser levantados a qualquer momento, apesar da impopularidade que a ditadura militar conseguiu arraigar perante uma grande parcela da população brasileira atualmente. Mas não podemos esquecer que as manifestações de junho de 2013 trouxeram junto com elas o fantasma da intervenção militar no Brasil. Já não temos mais a ameaça comunista a rondar nosso continente como naqueles anos 60, apesar da crença de alguns setores mais exaltados da sociedade brasileira. Porém, como se disse, qualquer desestabilização na política nacional pode ser motivo para intervenções militares sob a justificativa da defesa da lei e da ordem. Por isso o passado recente pode nos trazer boas lições.

1 OLYMPIO MOURÃO FILHO, O “GENERAL APRESSADO”

1.1 Surge o personagem histórico

Olympio Mourão Filho nasceu no Estado de Minas Gerais, na cidade de Diamantina, em 8 de maio de 1898. No entanto, de acordo com a sua filha mais velha, Laurita Mourão — ainda viva —, por conta da necessidade de se registrar para exercer a carreira militar, nos seus documentos constam o ano de 1900 como o ano oficial de seu nascimento⁷. Mourão Filho não veio de uma família pobre. Seu pai, Olympio Julio de Oliveira Mourão, advogado, era senador do Estado de Minas, na época em que haviam senadores de Estado, e vivia de forma razoavelmente confortável num casarão de estilo colonial, com artigos importados da Inglaterra, como louças e pratarias. Sua mãe, Mariana Rabelo Mourão, era professora e diretora de uma escola do município. No entanto, a vida não era tão fácil para o terceiro mais jovem de dezessete filhos do casal, criados na rigidez e na austeridade da educação católica. Mourão Filho teve que pensar numa forma de ganhar a vida desde cedo, e, inspirado nos lustrosos uniformes militares do Terceiro Batalhão da Polícia Militar de Diamantina, que cativavam a imaginação e o respeito dos jovens, resolveu ir para o Exército. Sua necessidade de algum sustento foi contemplada nas Forças Armadas, onde os estudos eram remunerados e haviam alojamentos e uniformes, aliviando, assim, as suas questões financeiras.

Com base nos relatos da família⁸, Mourão Filho não tinha vocação nata para a carreira militar. As circunstâncias, no entanto, fizeram-no enveredar pelos caminhos das Armas. Segundo Laurita Mourão (2002, p.22) Mourão Filho era uma pessoa livre e com opiniões próprias que muitas vezes iam de encontro à hierarquia militar, prejudicando-o em diversos episódios nos cinquenta anos em que esteve no serviço militar. De fato, como veremos adiante, Mourão Filho passou pelo menos quinze anos como *persona non grata* dentro das Forças Armadas. Mas não somente por causa de suas opiniões filosóficas.

Sua família, em Minas Gerais, era muito bem relacionada, e não apenas nos círculos militares. Dentre alguns dos amigos da família, dos quais Mourão Filho manteve contato durante boa parte de sua vida, estão proprietários de revistas, como o rico Gustavo Barroso, dono da então famosa revista Fon-Fon; cartunistas como J. Carlos, também de grande

⁷ Esse detalhe foi revelado pela própria filha do general, que hoje conta a idade de 90 anos, numa entrevista feita por mim em seu apartamento em Copacabana no dia 15 de setembro de 2016.

⁸ Tanto a filha do general quanto seu sobrinho, presente na entrevista, confirmam esse fato.

prestígio no segundo quartel do século XX; médicos como Brito e Cunha; industriais ricos como Jacintho Fraga e Lauro Linhares, cuja filha Almira fora a primeira esposa de Mourão; descendentes de nobres da monarquia brasileira, como Maurício Limpo de Abreu, parente do Visconde de Abaeté, além de políticos como Francisco Lessa, que viria a ser ministro tanto no governo Vargas como no governo Kubitschek, e o importante político do PTB na época das maiores convulsões políticas nos anos 60, Santiago Dantas, casado com uma prima de Mourão Filho, assim como Dr. Ivo Pitanguy, também casado com uma prima sua. O ex-presidente Eurico Gaspar Dutra fora padrinho de casamento da filha mais nova de Mourão Filho, Léa. Além desses, Mourão mantinha contato com outros políticos da linha conservadora, como Plínio Salgado; o jornalista e governador da Guanabara, Carlos Lacerda; bem como o governador de São Paulo, Adhemar de Barros. (LAURITA MOURÃO, 2002, p.37-39)

Como pudemos perceber, o general Olympio Mourão Filho mantinha relações pessoais com personalidades das mais diversas e respeitadas estirpes, pessoas com certo destaque em suas áreas de atuação e de elevado status social. Algumas destas relações foram herdadas da família, conforme fora dito, como por exemplo a amizade com Juscelino Kubitschek, cujos pais eram amigos dos pais de Mourão Filho em Diamantina, tendo o próprio Mourão Filho sido aluno da mãe de Juscelino Kubitschek, que era professora na cidade. Isso revela o meio em que Mourão Filho podia transitar, as relações que podia manter, as ligações entre diversos setores do empresariado e da política que ele podia contatar e que, de fato, contactou, como, por exemplo, no caso do megaempresário das comunicações de então, Assis Chateaubriand, cuja amizade será evocada mais tarde, durante as conspirações para a derrubada do presidente João Goulart, cujo governo desagradava a ambos. Foram a estes setores ditos civis que o militar recorreu em grande medida, muito além das autoridades militares a quem deveria se reportar, ao tomar conhecimento dos fatos que considerou gravíssimos numa reunião privada com o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e o general Osvino Ferreira, em Santa Maria-RS, conforme veremos. O general que queria ficar conhecido como o militar que punha a Constituição em primeiro lugar e que dizia respeitar a hierarquia militar, não reportou aos devidos órgãos superiores competentes a suposta trama envolvendo a implementação de uma “República Sindicalista” pelas mãos do cunhado do presidente João Goulart. Em vez disso, resolveu tramar um golpe pessoal com alguns destes amigos dos meios religiosos, políticos e empresariais, sem, no entanto, receber muito apoio, o que não lhe

frustrou os ânimos. Ao menos, pôde usufruir de alguns contatos para poder viajar pelo Brasil apresentando suas teses conspiratórias a quem quer que lhes dessem ouvidos.

1.2 A Carreira Militar

Olympio Mourão Filho entrou como praça na Escola Militar do Realengo nas vésperas de completar 18 anos. Ao fim do curso, em janeiro de 1921, foi nomeado Aspirante a Oficial, sendo promovido em pouco tempo a primeiro-tenente em maio de 1921 e segundo-tenente em outubro de 1922. Apesar de viver a época do movimento que ficou conhecido mais tarde como “A revolta tenentista”, não participou efetivamente dos episódios daquela rebelião. Em agosto de 1931, foi alçado ao posto de capitão do Exército.

Mourão Filho era considerado um militar que gostava de se aprimorar nos estudos, fazendo diversos cursos ao longo de sua carreira militar. Também cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Vila Militar do Rio de Janeiro. Mais tarde, fez parte das tropas legalistas que enfrentaram e derrotaram os rebeldes da Revolta Constitucionalista de São Paulo, em 1932.

No ano de 1934, o então capitão Mourão Filho foi seduzido por uma ideologia política que iria, futuramente, lhe causar os maiores transtornos que sua carreira militar poderia sofrer ao longo de muitos anos. Como um cidadão de criação religiosa severa, instruído desde casa nos costumes mais rigorosos da sociedade católica, além de ter uma verve conservadora inata que carregou para o resto da vida, seria natural que Mourão Filho se sentisse diretamente atraído pelas proposições da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político de extrema-direita, com inspirações nazifascistas fundado pelo jornalista e teólogo Plínio Salgado.

Em 1932, Plínio Salgado apresentou publicamente suas ideias político-doutrinárias de Estado Integral, conseguindo assim estabelecer as bases do pensamento político autoritário daqueles anos, somando-se aos anseios de boa parte dos setores católicos, abrindo, dessa forma, o terreno para a implementação posterior do Estado Novo de Getúlio Vargas (SILVA, Giselda Brito, 2007, p. 204).

A Ação Integralista Brasileira, partindo de São Paulo, atuou de forma destacada no cenário nacional, apontando através do viés moralista as consequências da crise política dos anos 30, na desestruturação das classes trabalhadoras, cada vez mais politizadas e conscientes de novas ideias políticas que chegavam ao Brasil — referências às ideias anarquistas e

comunistas —, bem como das famílias brasileiras, cujos pilares cristãos da moral e dos bons costumes estariam sendo ameaçados pela suposta incapacidade do Estado que fora inaugurado com a Revolução de 30 (Idem).

Plínio Salgado propunha então como saída da crise para a sociedade brasileira, a “revolução espiritualista integralista”, que levaria a um Estado forte, integral, cujo lema, famoso, sobreviveu aos próprios integralistas, sendo evocado vez ou outra por membros de determinados setores mais conservadores da sociedade brasileira ainda hoje, mesmo os que não participam de nenhum movimento político: “Deus, Pátria e Família”. O lema contemplava numa congregação de interesses mútuos, respectivamente e de uma só vez, diversos setores politicamente à direita da sociedade: os setores mais conservadores da Igreja Católica (Deus), os setores militares nacionalistas (pátria) e as classes médias conservadoras (família), cuja família tradicional representava o núcleo de seu segmento na sociedade brasileira.

Tais setores de direita da Igreja Católica, num processo conhecido como *recristianização* da sociedade (Idem, p. 205) tinham tanto o liberalismo, considerado desordenado, quanto o comunismo, tido como ateu, como grandes ameaças aos valores do cristianismo brasileiro. Portanto, tanto antiliberal quanto anticomunista, conservadora e acostumada com a família patriarcal burguesa onde a autoridade é hierárquica, começando pelo pai, o chefe de família, o cabeça da instituição familiar, passando pela mãe até chegar nos filhos mais novos, não foi difícil, dessa forma, que os católicos se aproximassem ideologicamente dos integralistas.

De formação católica rigorosa, de família conservadora e também militar, era natural que o então capitão Olympio Mourão se sentisse atraído pelas ideias do integralismo. Ingressou no movimento de Plínio Salgado em 1934, logo assumindo o cargo de chefe do Estado-Maior da Milícia da AIB, função que exerceu até 1937.

Plínio Salgado exerceu durante muito tempo grande fascínio sobre Mourão Filho. Na verdade, sua “pregação” moralista veio bem a calhar a muitos ouvidos em diversos setores da sociedade brasileira, transformando o líder do movimento numa pessoa bastante popular e respeitada — pelo menos entre os já mencionados católicos, militares e conservadores da sociedade em geral. Desta forma, o comandante do movimento integralista tinha as suas ordens ou instruções imediatamente acatadas por Mourão Filho. O que era de se estranhar, tendo em vista sua alegada independência de pensamento e opinião, que viria a prejudicá-lo

nas Forças Armadas, mas que, em se tratando da colaboração direta com o líder do movimento integralista, não se notava presente.

Mas foi dessa forma, de qualquer jeito, que Olympio Mourão Filho ficou encarregado da produção de um documento de caráter interno no movimento, que acabou vazando e proporcionando consequências graves de âmbito nacional, além de um enorme desprestígio pessoal na carreira militar do futuro general, durante, pelo menos, quase duas décadas. A pressão fora tão grande, que Mourão esteve à beira da resignação. Foi-lhe garantido por amigos próximos de dentro das Forças Armadas que jamais chegaria a general. Chegou a pensar em abandonar a carreira militar, a “livrar-se do Exército” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág.67) para abraçar a de padre, cogitando uma audiência com seu amigo e cardeal Dom Jaime Câmara. Não precisou chegar a tanto.

O documento em questão entrou para a história brasileira como “O Plano Cohen”. O nome original do documento, na verdade, seria “Bela Kuhn”. Depois Mourão Filho mudou de ideia. Solicitou à sua então pequena filha Laurita de 11 anos de idade, que brincava nos arredores, que escolhesse um nome aleatório dentre os que constavam num catálogo de telefone. Ela apontou o nome “Cohen”, e assim ficou batizado o documento. Não foi algo que saiu totalmente da imaginação do então capitão Olympio Mourão Filho, a serviço da milícia integralista. O trabalho fora inspirado num artigo que saiu primeiramente numa revista francesa chamada *Revue des Dues Mondes*, de Paris. Ainda estava recente na memória dos brasileiros a Intentona Comunista de 1935, e Mourão Filho, aproveitando-se desse estado de alerta, começou a redigir um trabalho que visava apresentar ao então líder do movimento integralista, que o tinha encomendado, como uma forma de entender como haveria de ser uma ofensiva comunista no nosso país. Que táticas os comunistas haveriam de usar, contra quem investiriam primeiramente, quais as suas primeiras medidas, entre outros detalhes.

Os primeiros a terem contato com os rascunhos do documento, que foi lido e discutido entre eles, no entanto, não foram nem Plínio Salgado, nem nenhum militar do Exército, e sim os amigos mais íntimos do então capitão, pessoas das altas esferas sociais e que eram vizinhos de Mourão Filho em Copacabana, onde então morava. Num episódio rocambolesco e que teve diversos desdobramentos graves, o documento, quando concluído, foi dado a ser conhecido por Mourão Filho a seu amigo, general Mariante, para que o lesse e desse algum parecer. A partir daí, a forma como o documento chegou às mãos do general Góis Monteiro, daí ao Estado-Maior do Exército, com o caráter já transmutado de hipóteses especulativas para a de veracidade indiscutível, e então às mãos de Getúlio Vargas, decretando assim o Estado Novo

em 1937, é repleto de versões conflitantes. Por causa do Plano Cohen, foi solicitado ao Congresso que votasse imediatamente e concedido por cento e trinta e oito votos contra cinquenta e dois, o Estado de Guerra, sob a justificativa de combate ao comunismo.

O que causa estranhamento é que um documento de características secretas, internas do movimento integralista, produzido por Mourão Filho, então chefe do Estado-Maior do grupo, com o intuito de exercitar a imaginação para uma possível contrarreação a um suposto ataque comunista, feito exclusivamente para o Boletim de Informações n.4 do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira (SSAIB), tenha circulado tão abertamente, de mão em mão, até chegar às instâncias superiores do governo federal. Seria de se esperar que tal produção se restringisse aos círculos internos da AIB, para o qual fora designado. Ao dar ciência de tal documento a terceiros, inclusive pessoas ligadas ao governo, como o próprio general Mariante, Mourão Filho dificilmente poderia ignorar os riscos. Sua posterior explicação para que o documento tenha sido exibido de forma tão escancarada a pessoas que não faziam parte do movimento dá conta de ter sido por mero fruto da vaidade, “por querer mostrar ao grande chefe que eu fora capaz de redigir um documento como aquele” (LAURITA MOURÃO, p. 89).

O documento tornou-se público através da divulgação a partir do capítulo XIV no Jornal do Comércio, na edição de 30 de setembro de 1937. Mourão Filho alega que o general Mariante, ao entregar o trabalho para o general Góis Monteiro, suprimiu os treze primeiros capítulos, que explicariam o caráter fictício de tais ações descritas. Dentre os pontos que alarmaram os leitores do jornal e a opinião pública de forma geral, existem conclamações à violência explícita, como eliminação de oficiais do exército, adversários da suposta “revolução” comunista em curso; agitação das massas, no terreno político e social; greve geral com práticas de violência; um “comitê dos incêndios”, para propagar incêndios em pontos desconhecidos da cidade; sequestro de pessoas eminentes, como ministros, os presidentes do Supremo Tribunal Federal, da Câmara e do Senado e outras autoridades, dentre outras práticas atribuídas a uma suposta ofensiva comunista no país.

Olympio Mourão Filho assume a autoria do documento, e em seus escritos⁹ diz que, apesar fictícios, todos os movimentos descritos no chamado Plano Cohen são autênticos, com isso querendo dizer que faziam parte do imaginário anticomunista que então permeava a sociedade brasileira, especialmente as das parcelas mais conservadoras. O que o documento

⁹ Reunidos por sua filha no livro de sua autoria.

representaria, então, era a reunião de todos os receios que esta camada social realmente sentia em relação aos comunistas. “O Documento Cohen é filho legítimo dessa ideologia, numa tentativa de ‘abrir os olhos’ a toda e qualquer planificação comunista da época”. Mais uma vez volta a questão: “abrir os olhos” de quem? Certamente os membros da Ação Integralista Brasileira já estavam com os “olhos bem abertos”. Também os militares estavam bastante atentos ao que representava, de acordo com suas concepções, o “perigo comunista”. As camadas médias conservadoras da sociedade também já tinham uma ideia negativa bastante formada do comunismo. Então seria, na verdade, à população de modo geral que o documento de fato se dirigia? Neste caso, fica difícil levar em consideração a hipótese de “acidente” na sua divulgação para o grande público. Talvez o que Mourão Filho não esperasse era ser tratado com tanto desprezo entre os seus colegas militares após o documento servir de justificativa para o golpe do Estado Novo. Mourão Filho descreve ter sido vítima de humilhações públicas e privadas por civis e companheiros de farda, dentro e fora do país, sendo tachado de covarde, traidor, medroso, de falta de caráter e de palavra, de fingimento, vendedor da pátria, tudo por conta da autoria do polêmico documento que viria a ser atribuído aos comunistas e que serviu de alarme para que Getúlio Vargas ficasse mais oito longos anos no poder. E assim foi, durante os próximos dezenove anos no Exército, até que tivesse a chance de ser redimido. E essa oportunidade apareceu quando o general Góis Monteiro publicou o seu livro de memórias denominado O General Góis Depõe, em 1955.

Até então, Mourão Filho não tinha como se defender de todas as acusações e calúnias que lhe eram dirigidas pelos colegas de farda e até alguns civis eminentes, fruto de sua participação indireta nos acontecimentos que levaram ao golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas. Não havia uma acusação formal que ele pudesse contrapor, com sua própria defesa, em algum tribunal. Tudo era feito nos bastidores. Mourão Filho sempre fora ressentido de que todas as suas promoções na carreira foram por mero tempo de serviço, nenhuma por merecimento ou indicação. Fruto, segundo ele, destas perseguições do qual era vítima constante dentro dos quartéis. Mas quando um dos poucos amigos que ele tinha na caserna — Bina Machado — lhe informou, em 23 de dezembro de 1955, que o general Góis Monteiro havia colocado no papel a imputação da autoria do mal fadado Plano Cohen a Olympio Mourão Filho, ele achou que já podia, finalmente, abrir um processo e se ver livre daquele pesado fardo que carregara nos últimos quase vinte anos.

Apenas três dias depois de ser informado pelo amigo sobre a publicação do livro, Mourão Filho entra com um requerimento pedindo Conselho de Justificação no Exército. Mas

o caminho de Mourão até o julgamento e a sua absolvição ainda conteria muitas pedras a serem vencidas.

Era então Ministro da Guerra naquele momento o iminente — e, segundo Mourão Filho, seu desafeto — o general Henrique Teixeira Lott. Em vez de atender o pedido, o ministro apenas disse informalmente a um general próximo, que assim relatou a Mourão a conversa que tiveram: “Tenho uma notícia agradável pra você: o Lott (...) me disse que a imputação a você desta falsificação do ‘Documento Cohen’ é uma estupidez enorme e que ele não acredita nela” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág. 75).

Mas era óbvio que tal sentença informal e unilateral, feita em ambiente privado não ia satisfazer as intenções de Mourão Filho. O que ele de fato gostaria era de um julgamento público, onde ele pudesse desmascarar seus acusadores perante um tribunal, e ser sentenciado inocente de uma vez por todas, numa espécie de redenção pública do seu nome, da sua carreira e da sua reputação.

Os poucos amigos próximos do general Mourão Filho não estavam otimistas quanto ao sucesso desta empreitada. Góis Monteiro era ainda um general respeitabilíssimo dentro das Forças Armadas, e a ideia de confrontá-lo perante seus colegas e defensores em acareações constrangedoras fizeram muitos destes amigos aconselharem Mourão Filho a dar-se por satisfeito com a opinião positiva do general Lott a seu respeito. Um destes amigos, o general Taunay, chegou a lhe sugerir: “Mourão, eu e o Alvarenga lhe damos um conselho de amigos: faça uma declaração aos jornais de que a imputação é falsa e peça reforma. Você, neste Exército, não sai general, posso lhe assegurar” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág. 76). No entanto, os quase dezenove anos de sofrimento dentro das Forças Armadas fizeram Mourão Filho apostar todas as fichas para limpar seu nome de uma vez por todas contra tudo e contra todos. A sorte estava lançada.

Um detalhe curioso envolvendo o processo no qual Mourão Filho estava prestes a se submeter é a escolha de seu advogado. O escolhido foi Antoine Mangariños Torres, casado com uma de suas sobrinhas. Mangariños era comunista filiado ao PCB, e isso não impediu Mourão Filho de ter ótimas relações com seu “sobrinho”. Isso revela uma questão importante: Olympio Mourão Filho combatia o comunismo doutrinário e viria a acusar o governo João Goulart de ter relações com alguns dos seus partidários, mas nas relações pessoais, parece que ele não se importava em manter contato com eminentes figuras do partido.

Mourão também preparou a sua defesa para o julgamento pesquisando notícias sobre o Plano Cohen nos jornais da época.

Depois de cinco meses de lances dramáticos no Conselho de Justificação, Mourão Filho se viu livre de uma vez por todas de todas as imputações graves dos quais era vítima constante e que, segundo julgava, tanto lhe prejudicaram no Exército. O que ainda parece estranho, é que um documento de caráter sigiloso e interno de um movimento político como a AIB tenha circulado tão livremente pelas mãos de diversas pessoas, tanto das Forças Armadas quanto das relações pessoais do então capitão do Exército. Segundo depoimento do próprio Mourão Filho, o general Gomes Tinoco afirmara que, segundo o próprio Mourão Filho a respeito do documento, o general “poderia mostrar a quem você quiser e dar cópias a quem você determinar”. Mais tarde, refletindo sobre isso, Mourão Filho “lembrou” com a ajuda de um amigo identificado como Custódio Viveiros que isso tinha sido proposto porque Mourão Filho tinha recebido informações de que “o general Góis Monteiro se apoderara de uma cópia anteriormente e parecia pretender usá-la como instrumento político” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág. 79-80). A intenção seria, então, divulgar o máximo possível o Plano Cohen para desmoralizar as intenções do general Góis.

“Acertou, Custódio, agora me lembro. Quando Plínio Salgado, há dias, nos falou que o governo possuía um plano de ação comunista, ficamos desconfiados de que era aquele estudo e resolvemos espalhá-lo no Exército e na Marinha, antes que o Góis pudesse fazer uso dele. Agora me lembro nitidamente. Foi por esse motivo que pedi ao Tinoco que tirasse cópias e espalhasse pelas pessoas qualificadas que ele quisesse.” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág. 80)

Obviamente, a medida não funcionou, e, seja verdade ou não, o fato é que Mourão Filho fora inocentado no Conselho de Justificação de todas as acusações de dolo na produção e divulgação de tal documento. A absolvição teve repercussões importantes no modo como Mourão Filho atuava nas Forças Armadas. Antes, arredio e desconfiado, a ponto de pensar inclusive em abandonar o Exército, a partir de pouco tempo depois de absolvido, com a moral reconquistada, Mourão Filho passa a participar mais ativamente dos assuntos políticos da caserna, inclusive beneficiando-se diretamente de algumas relações pessoais que cultivava ao longo do tempo, especialmente com aquele que viria a ser, concomitantemente à sua absolvição, o próximo presidente da República: Juscelino Kubitschek.

“Agora, Mourão, você não é mais o ‘Senhor Cohen’ e pode ser general. Vou ter um general de Diamantina! Vou fazê-lo general!” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág. 87). Com estas palavras, o presidente da República celebrava a absolvição do amigo no Conselho de Justificação. Mourão Filho nunca gostou de lembrar aos seus superiores sua possibilidade de promoção. Sua personalidade orgulhosa o impedia, pois, segundo Laurita Mourão (2002) ele dizia que promoção não se pede, não se agradece, nem se reclama. Quem pede a promoção,

segundo Mourão Filho, demonstra fraqueza de caráter, não podendo ser atendido por isso; quem agradece, mostra bajulação a um ato que não foi por favor e sim por merecimento e assim acaba insultando quem o promoveu; e por fim, quem reclama, dá mostras de pouca inteligência porque julga-se merecedor, e na ótica de cada militar, afinal de contas, todos são merecedores. Apesar de julgar-se durante muitos anos perseguido dentro das Forças Armadas, por colegas ressentidos com os acontecimentos de 37 envolvendo o golpe do Estado Novo, mesmo sentindo-se merecedor de promoções que só vinham muito depois de colegas com menos capacidade e competência, ainda assim Mourão Filho manteve-se firme, aguentou calado todas as injustiças e seguiu em frente até onde não sabia mais. Depois de anos e anos sendo promovido não por mérito — ou, quem sabe, por influência pessoal através de indicações — e sim por antiguidade, Mourão Filho via pela primeira vez o seu quadro mudar dentro das Forças Armadas. E isso teria consequências no seu modo de atuar dentro da corporação.

1.3 O momento histórico dos anos 50

Essa também foi a época de um episódio marcante na política, uma das mais importantes envolvendo as Forças Armadas. Getúlio Vargas vinha desagradando setores da direita conservadora brasileira desde que se elegera presidente da República de forma democrática em 1950. Mesmo pressionado pelos oficiais militares e tendo cedido ao retirar o jovem João Goulart do ministério do Trabalho, Vargas desafiava indiretamente estes setores mais à direita do espectro nacional. Na véspera da destituição de Jango, Getúlio Vargas fez um comício para os trabalhadores em Volta Redonda, assegurando-lhes que, não obstante todas as pressões por que vinha passando o seu governo, não cederia: trabalharia para manter a democracia e ao mesmo tempo os direitos conquistados da força de trabalho brasileira. Sem dúvida uma satisfação à classe trabalhadora, uma explicação prévia para a demissão de Jango do ministério por pressão de partidos políticos e principalmente das Forças Armadas. Destituído Jango, a promessa de salário-mínimo aumentado em 100 por cento não se concretizou, mas pelo menos Getúlio garantiu um ganho de 42 por cento sobre o salário-base do ano anterior (SKIDMORE, 1976, p. 168).

Aos poucos, Getúlio Vargas foi incomodando cada vez mais as classes privilegiadas do país com sua política dia a dia mais nacionalista. Em 20 de dezembro de 1953 e 31 de janeiro de 1954, Getúlio radicalizou seu discurso, atacando os investidores estrangeiros que faziam um

“papel pernicioso” na economia nacional, criticava a ideia do livre mercado por não atender aquilo para o qual fora designado: não condizia ao aumento das exportações nem à imigração de capitais.

Em abril, o nacionalismo getulista deu as suas caras através do projeto de lei que criava a Eletrobras, que seria uma empresa estatal cujo objetivo era sanar as deficiências estruturais das empresas privadas do ramo do fornecimento de energia elétrica. Já nos tempos de Getúlio (é preciso salientar que Leonel Brizola chegou a acampar empresas privadas pelos mesmos problemas quando governador do Rio Grande do Sul) as companhias privadas eram alvo de muitas queixas devido as altas tarifas praticadas, atendimento ruim e falta de investimento, pois grande parte dos lucros auferidos por estas empresas estrangeiras no Brasil eram remetidas sem controle para o exterior.

Getúlio Vargas cedeu aos apelos raivosos dos setores de oposição de direita ao seu governo, mas como consequência, a mira de tais rivais do seu mandato passou de Jango, agora fora do cenário, diretamente para o presidente, exposto publicamente às críticas dirigidas a si principalmente pelos veículos de comunicação — o mais notório deles, a Tribuna de Imprensa do jornalista conservador Carlos Lacerda. O golpe do Estado Novo de 37 era constantemente lembrado por estes opositores, que assim receavam que Getúlio Vargas pudesse repetir agora no seu mandato democrático o golpe que instalou a ditadura varguista naquele ano. Quanto mais a eleição de janeiro de 1956 se aproximava — que também representava o fim do mandato de Getúlio — mais estas suspeitas eram levantadas.

Ainda em abril daquele ano, uma nova suspeita se levantou contra Getúlio com consequências importantes. João Neves da Fontoura, ex-ministro das Relações Exteriores de 1951 a 1953, deu uma entrevista polêmica em que acusava Getúlio Vargas de ter negociado com Perón da Argentina a assinatura de um chamado “Pacto ABC” (Argentina, Brasil e Chile), a fim de formar um grande bloco na América do Sul contra os interesses dos Estados Unidos na região (SKIDMORE, 1976, p. 170). Para piorar ainda mais a situação nada confortável do ex-ministro do Trabalho, Fontoura citou João Goulart como um dos artífices de tal acordo secreto.

Mesmo com a pronta negação do governo argentino, o clamor de tais declarações foi intenso na imprensa brasileira. Os antigetulistas tinham um grande trunfo para bater no governo, e assim o fizeram. A acusação de que Getúlio Vargas queria implementar no Brasil um estado “sindicalista” nos moldes do peronismo foi a acusação mais repetida, e esta afirmação sobreviveria por mais dez anos no imaginário da direita política brasileira,

transmutando a acusação de Getúlio para seus principais herdeiros políticos — Jango e Brizola — acusados de quererem implementar no Brasil uma “república sindicalista”, uma das grandes justificativas para o golpe de 64.

A denúncia serviu para que a classe política antigetulista se mexesse e procurasse, por vias legais, o impedimento de Vargas. À primeira vista, um bloco internacional de consenso de interesses mútuos contra aquilo que consideravam uma ameaça, seja militar ou econômica, como acusavam Getúlio de pretender, não constituiria algo a ser levado para estes termos de ilegalidade. Já naqueles anos pós-II Guerra, a Europa discutia formas de unir interesses de seus membros fragilizados contra a interferência econômica ou política dos dois países que saíram mais fortes do conflito, entendimentos que vieram a dar no Mercado Comum Europeu já nos anos 50, e mais tarde na Comunidade Europeia. Verdadeiro ou falso, o fato é que o pacto ABC incomodava grandes frações dos setores empresariais, políticos e militares do Brasil que queriam colocar os destinos do Brasil alinhados “com o prudente acatamento da liderança dos Estados Unidos em matéria de política externa” (SKIDMORE, 1976, p. 170). Mais do que independência, autodeterminação ou qualquer coisa do tipo, a burguesia e as classes dominantes brasileiras queriam submeter-se incondicionalmente a uma das potências da Guerra Fria.

A força do PTB no Congresso aliada a lealdade de muitos membros do PSD foram determinantes para que o impedimento não fosse aprovado. No entanto, o desgaste do governo provocado pelas reações dos opositores tornavam a situação cada vez mais difícil para Getúlio Vargas. A instabilidade política levaria a se cogitar inclusive uma intervenção das Forças Armadas, mas a oficialidade do Exército não julgava ainda oportuna a conjuntura política. Acuado de todos os lados, restava a Getúlio conquistar o apoio das classes trabalhadoras. No dia 1º de maio, data tradicional dos seus pronunciamentos públicos, Vargas anunciou a retomada do aumento do salário-mínimo a 100 por cento. Fez com elogios a Jango, considerado “incansável amigo e defensor dos trabalhadores”. Como esperado, a reação contra o aumento não se fez demorar. Partiu principalmente dos veículos de imprensa, como o Correio da Manhã, e de políticos da UDN, que promoveram conferências e comícios, aumentando o clima de hostilidade da oposição contra o governo.

Em julho, a situação política de Getúlio Vargas encontrava-se preocupante. Apesar de apelar para a classe trabalhadora como uma forma de escudo contra os ataques da direita, Getúlio Vargas pouco fez para a mobilização deste grupo. A fraca adesão dos trabalhadores de um lado foi acompanhada, por outro, por uma maior oposição das classes médias. De acordo

com Skidmore (1976) Getúlio parecia sucumbir inclusive fisicamente diante de tantas dificuldades. Seus amigos lamentavam a fraqueza do presidente em reagir aos severos ataques do jornalista Carlos Lacerda, e se ao menos pudessem “removê-lo” da cena política, talvez houvesse chance de uma virada na situação. Estes correligionários de Getúlio resolveram agir para colocar o plano em prática. O general Mendes de Moraes e o deputado federal Euvaldo Lodi foram sugerir a Gregório Fortunato, chefe da guarda presidencial do palácio, que ele deveria “cuidar” de Carlos Lacerda. De origem humilde, Fortunato era um dos mais dedicados servidores do presidente, e considerou a oportunidade uma grande chance de provar a sua lealdade. À revelia do presidente, arranjou um pistoleiro para assassinar Lacerda.

Carlos Lacerda não seria pego de surpresa em nenhuma emboscada. Já sabia que a sua vida corria perigo, havia escapado de outros atentados e andava com seguranças voluntários formados por jovens oficiais da Aeronáutica. No episódio que entrou para a história como o Atentado da Rua Toneleros, à meia-noite e quarenta e cinco minutos do dia 5 de agosto, o pistoleiro atirou em direção a Lacerda. O jornalista ficou levemente ferido, mas o incidente causou a morte do major Rubens Florentino Vaz.

O atentado fracassado teve grandes repercussões. A morte de um militar trouxe as Forças Armadas para o centro da oposição política. Mesmo com o ministério da Justiça envolvido diretamente nas investigações do crime, a Aeronáutica não se furtou a fazer a sua própria investigação paralela, deixando claro que o poder do governo começava a ser questionado. O pistoleiro foi capturado e as suas ligações com o governo se tronaram públicas. O prestígio de Getúlio se esvaía perante a opinião pública diante do massacre dos jornais. O brigadeiro Eduardo Gomes, ligado à oposição e conhecido antigetulista, exigia a renúncia do presidente. A pressão das forças opositoras fizeram Getúlio Vargas se encastelar no palácio presidencial. A exigência de renúncia crescia cada vez mais, inclusive entre os ex-aliados do presidente. As investigações sobre o atentado tornaram públicas também casos de corrupção dentro do governo, que surpreenderam Getúlio Vargas e minaram as suas forças. Sem uma saída política a não ser a desmoralizante renúncia que representaria a vitória dos seus opositores, Getúlio Vargas escolheu outro caminho: o do suicídio. Com a morte inesperada, veio a também inesperada onda de solidariedade da população brasileira para com o presidente da República. Carlos Lacerda precisou sair do país temendo a população. O suicídio foi, de fato, o último ato político de Getúlio Vargas.

1.4 Mourão Filho e Juscelino Kubitschek

Nem o seu suicídio em agosto de 1954 e a posse de seu vice João Café Filho, que entregara boa parte do novo ministério nas mãos de pessoas ligadas ao principal partido de oposição da época — UDN — serviram para apaziguar os ânimos da corrente política da direita. Em outubro de 1955 haveriam eleições presidenciais e os antigetulistas se mobilizaram contra a candidatura de Juscelino Kubitschek para presidente, e especialmente de João Goulart para seu vice-presidente na chapa PSD-PTB. Juscelino e Goulart venceram o pleito, e o inconformismo tomou conta das alas radicais dos antigetulistas, que queriam impedir a posse de ambos, sob a alegação de que não haviam atingido a maioria absoluta de votos.

O auge da crise se deu durante o enterro do general Canrobert Pereira da Costa, ocasião em que o general Jurandir Mamede proferiu um discurso agressivo em que se colocava frontalmente contra a posse dos recém-eleitos candidatos a presidente e vice. Por conta deste discurso, que Mourão Filho chamou de “idiota”, o então ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, pediu ao presidente Café Filho a punição do general Mamede, apelo que não foi atendido. Sentindo-se desprestigiado, Lott pede demissão do cargo para logo depois ser reconduzido ao posto e comandar o movimento que visava garantir a posse dos eleitos, que entrou para a história como Movimento 11 de Novembro.

Mourão Filho tem uma visão particular sobre esse importante evento histórico. Segundo ele, a intenção do general Mamede era deflagrar um “Movimento da Sorbonne¹⁰”, um golpe para impedir a posse de Juscelino e João Goulart. Mesmo assim, o discurso revoltoso do general Mamede não teria grandes consequências se o então Ministro da Guerra, general Lott, não fosse “burro” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág.111). Mourão Filho argumentava que se o chefe do coronel Mamede não estava disposto a puni-lo, não competia ao general Lott tomar para si essa questão. A Lott cabia, segundo Mourão Filho, relevar tal atitude agressiva e até certo ponto provocativa das instituições democráticas, retirando-se do funeral do Canrobert como forma de protesto. Ao então presidente Carlos Luz, cabia apenas responder a Lott: “Pois não Ministro, já repreendi o coronel Mamede, fique tranquilo”.

Tudo isso demonstra de forma clara que o então capitão Mourão Filho não interpretava a ação do general Lott, que garantiu a posse de Juscelino, como absolutamente necessária.

¹⁰ “Sorbonne” era como os militares chamavam informalmente a Escola Superior de Guerra (ESG)

Não levou em conta, além do mero discurso, o momento político que vivia o país. É preciso lembrar que, pouco mais de um ano antes, em agosto de 1954, Getúlio Vargas se suicidava acusando diversos setores da direita de tentar, de todas as formas, impedir a governabilidade do seu mandato. O clima era bastante pesado e também propício a diversas medidas radicais, tanto de um lado do espectro político — aqueles que se mantiveram firmes na defesa do legado do presidente Getúlio Vargas, especialmente naquilo que viria a ser consagrado como trabalhismo, como Leonel Brizola e João Goulart — quanto aqueles que fizeram campanhas ferrenhas contra tudo o que o getulismo representava na política, especialmente membros da direita conservadora como o jornalista Carlos Lacerda, que ameaçavam a estabilidade do país. Não se pode ignorar esse contexto de alta-tensão política, quando se analisa o discurso político de um militar conclamando seus colegas a se oporem à posse legítima de dois candidatos eleitos. Mourão Filho não levou esse cenário em conta ao fazer pouco-caso da manobra que Lott executou para impedir que o movimento antigetulista crescesse ainda mais e obstruísse o bom andamento dos ritos de passagem de poder no executivo federal. Segundo Mourão Filho, o que Lott fez foi meramente a “deflagração de um golpe que ofendeu gravemente não a disciplina, mas o próprio regime democrático, porque a Constituição foi pisada, essa é a verdade”. (LAURITA MOURÃO, 2002, pág.111). Tudo isso seria apenas uma mera opinião pessoal de pouca relevância para ser registrada na história desse período, se não expusesse de modo claro a incrível contradição dos fatos, quando, quase uma década mais tarde, será o próprio Mourão Filho a colocar as tropas na rua; não para evitar um atentado contra a democracia, mas para, ele mesmo, provocá-la, depondo um presidente da República.

Em seu diário, Mourão Filho relata a conversa pessoal que teve com Juscelino a respeito de todas as manobras que visavam impedi-lo de tomar posse. Em junho de 1955, quatro meses antes das eleições, descreve os rumores de que o presidente Café Filho havia alertado a nação sobre a oposição dos generais antigetulistas à sua posse, caso viesse mesmo a vencer o pleito. Na conversa informal que tiveram, Mourão Filho lembrou a frase de Edmundo da Luz Pinto, segundo a qual “a República já nascera de **gota militar**” (MOURÃO FILHO, 1978, p.52, grifo no original). Nesta mesma conversa, Juscelino revelou suas intenções de, eleito e empossado, transferir a capital do Brasil para o Planalto Central. “50 pessoas fazem barulho nesse país, da Zona Sul do Rio” (MOURÃO FILHO, 1978, p.52). Segundo Mourão Filho, que era contra a sugestão, Juscelino queria que a nova cidade se chamasse “Araguaia”. Mourão temia, e seu temor se justificou, que tamanha empreitada só fosse possível com a emissão de papel-moeda “às pamparras”, porque o país não tem

dinheiro. “Ele desgraçará o Brasil” (MOURÃO FILHO, 1978, p.53). De certa forma, gastos da mudança da capital federal para o que viria a ser Brasília jamais foram devidamente contabilizados, mas certamente estão na raiz na crise econômica insustentável que tanto Jânio Quadros quanto João Goulart tiveram que administrar durante seus mandatos, ajudando a aprofundar a crise política que viria a contribuir para o golpe de 64.

Depois que Juscelino Kubitschek vencera a tempestade política e conseguiu se firmar na cadeira da presidência da República, ele não esqueceria do amigo de longa data e concidadão. O presidente mal se estabelecera, mas sentia-se “traído” na Comissão Técnica de Rádio, uma repartição do governo federal que se ocupava da concessão de estações de radiodifusão. Convocou então o amigo para uma reunião, na qual fazia o convite para que Mourão Filho, como seu homem de confiança, assumisse o comando do órgão. O amigo do presidente sequer tinha ouvido falar de tal comissão, não fazia a menor ideia do que era, mas, cedendo ao apelo de Kubitschek, que não estava “lhe dando um cargo, [ou] um emprego, [estava] lhe pedindo um favor” (LAURITA MOURÃO, 2002, pág.114) resolveu aceitar a missão. Como amigo do presidente, Mourão Filho, contra a lei (“Presidente do Brasil obedece à Lei?”(idem)) foi nomeado em 30 de março de 1956 como presidente da Comissão de Técnica de Rádio (CTR).

Em mais uma de suas inúmeras contradições, Mourão Filho, que dizia para a família que promoção não se pede, não se agradece nem se reclama, dessa vez demonstraria “sinais de pouca inteligência”, segundo sua própria tese, para reclamar sua promoção. Cabia ao presidente a sanção das escolhas do Ministro da Guerra — à época, o marechal Teixeira Lott. O ministro mandou para o palácio o decreto para o preenchimento de duas vagas de general, com duas sugestões de nomes. O de Mourão Filho não contava.

Furioso, Mourão Filho resolveu disputar a promoção, “contrariando a sua filosofia de vida” (não seria a primeira nem a última vez). Mourão Filho foi queixar-se com seu amigo presidente, que mandou o general Nelson de Melo telefonar a Lott avisando-o que um dos nomes precisava ser alterado, para que Mourão Filho fosse incluído. “Se Lott disser que não referenda o decreto, mando fazer outro demitindo-o” (MOURÃO FILHO, 1978, p.71). Assim Mourão Filho, contrariando seus próprios princípios, fora promovido a general de brigada em agosto de 56.

Mesmo trabalhando no governo, Mourão Filho exigiu manter-se em suas funções nas Forças Armadas, agora que fora promovido. Teoricamente o pedido também ia de encontro à lei, mas, mais uma vez, o presidente interveio em favor do amigo. A relação de Mourão Filho

e Juscelino Kubitschek, tão próxima, revela a capacidade do general de, assim como no caso do seu advogado comunista e com relações de parentesco no Conselho de Justificação, separar a pessoa da corrente político-ideológica que ela representa ou faz parte. Juscelino Kubitschek, talvez com certo exagero por parte dos seus adversários políticos, naquela época era bastante identificado com o legado que Getúlio Vargas marcou na história da política nacional. Mesmo não carregando em sua bagagem os traços mais marcantes do trabalhismo como João Goulart, Leonel Brizola e San Tiago Dantas, para ficar nos exemplos mais notórios, era, sem sombra de dúvida, um pretense continuador do legado desenvolvimentista inaugurado por Getúlio Vargas — embora tenha imprimido a sua marca própria nessa “herança” política. Dessa forma, ao contrário da maioria dos seus amigos e colegas de farda que pertenciam como ele ao espectro mais conservador da política, Mourão Filho não só manteve seu apoio pessoal ao amigo “getulista” durante a parte mais conflituosa do período anterior à posse presidencial — ficando, portanto, em oposição à sua própria corrente político-ideológica —, como não criou o menor empecilho para participar do governo Kubitschek. Aqui vemos um dos primeiros indícios mais claros de como Mourão Filho podia transitar em diversas direções ideológicas dentro da política nacional, confundindo seus aliados e até seus próprios adversários, como será visto mais tarde, por ocasião da Campanha da Legalidade, em que conseguiu confundir o já experiente político Leonel Brizola quanto ao seu lado no espectro político por ocasião da crise pré-64.

Mourão Filho não teve um desempenho destacável em sua presidência da CTR. No fundo, sabia, mesmo que a contragosto, que deveria conter os ataques de Carlos Lacerda, com quem simpatizava, e servir de proteção ao amigo presidente contra as denúncias do jornalista. Nada de grandes inovações técnicas da área de radiofonia brasileira. De todas as suas obrigações, a melhor de todas, segundo o próprio Mourão Filho, era viajar. Ficou no cargo até o fim do mandato do seu amigo presidente da República, sendo exonerado pelo próximo candidato eleito para o cargo: o populista Jânio Quadros.

1.5 O imprevisível Jânio Quadros

Segundo Moniz Bandeira em sua clássica obra sobre Jânio (1979) o populismo do candidato recém-eleito no pleito de 1960 atravessou a sua campanha política e adentrou o governo desde o seu primeiro dia de mandato. Jânio Quadros teve na política externa o seu ponto de predileção para provocar e deixar em apreensão os diversos setores mais à direita

que o apoiaram na sua eleição. Assim, ele tentou formar sua “independência” frente a todos aqueles a quem devia alguma satisfação política. Sua atitude criava divergências com o sempre onipresente Carlos Lacerda, e a disputa confundia tanto a esquerda quanto a direita. Tinha um certo desprezo pela Câmara dos deputados: considerava-a envelhecida, uma âncora que impedia o executivo de deslanchar. Na verdade, Jânio Quadros não se furtou nem a ameaçar os deputados caso estes não aprovassem as medidas do seu agrado: iria para as rádios e jornais denunciar aqueles que se colocassem no seu caminho.

Enquanto, mais tarde, setores do governo Jango viriam a promover medidas que ficaram conhecidas como as Reformas de Base, no governo Jânio o que se pretendia reformar mesmo era a Constituição. Jânio Quadros considerava-a impeditiva de suas pretensões, apesar de usar de todos os poderes que a mesma lhe outorgava. “Chamava-se de reforma das instituições o golpe que ele pretendia desfechar” (BANDEIRA, 1979, p.35).

Até aí, a burguesia continuava satisfeita e as forças do capital financeiro também não tinham muito do que reclamar. Mesmo com suas medidas populistas, demagógicas e moralistas, além de uma política externa controversa, era mais tolerável do que João Goulart no poder, que discordava dos rumos do governo. Para Bandeira, como todo governo burguês de país subdesenvolvido, o governo Jânio caíra num mar de contradições, dividindo-se em duas tendências. João Agripino, ministro de Minas e Energia, representava a faceta nacionalista do governo. Agripino tinha a intenção de cancelar as concessões de exploração das jazidas de minérios que estivessem inexploradas pela conveniência dos grupos econômicos. Por outro lado, os ministros da Fazenda e da Justiça, Clemente Mariani e Pedro Horta representavam os ideais liberais em favor do mercado, e entraram em divergência com Agripino e outros setores do governo quando da elaboração da lei antitruste e de limitação de remessas de lucro para o exterior. Instituída a crise, Jânio Quadros imaginava-se o árbitro capaz de solucionar o impasse. “Montado num sistema de direita, contaria com o apoio das forças de esquerda, num conagraçamento nacional, e voltaria ao poder como De Gaulle” (BANDEIRA, 1979, p.35).

Quadros foi o candidato dos setores mais reacionários da sociedade brasileira. Foi com ele que as elites financeiras, os industriais, setores do alto clero e da mídia, oficiais militares e a classe média urbana tentaram impor a sua agenda política conservadora ao país, chegando ao poder para finalmente colocar um ponto final (ainda não se sabia na época que seria apenas um pequeno interstício de sete meses até a renúncia) na já longa supremacia do getulismo na política nacional. Com o apoio daqueles setores e um discurso recheado de populismo e

demagogia, a direita antigetulista obtém a sua vitória, que não foi total. Lembrando que a legislação da época previa a eleição de candidato e vice separadamente, podia-se eleger um candidato de um espectro político e seu vice de outro completamente diferente. Foi exatamente o que aconteceu. Se por um lado os conservadores celebravam a vitória de Jânio para presidente, tiveram que se contentar com a eleição de João Goulart para vice-presidente.

A insatisfação da burguesia brasileira com a eleição de João Goulart como vice na eleição presidencial não passaria de mero queixume implicante se não fosse a medida imprevisível e temerária que Jânio Quadros estava prestes a colocar em ação, em meio a uma nova crise financeira e política por que o país passava naquele momento. Inesperadamente, durante as festividades do dia do soldado em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou ao governo. Os militares, envolvidos com as celebrações, foram pegos de surpresa, mas logo se reuniram para avaliar as implicações de tal medida e propor a criação de uma Junta Militar.

O vice-presidente João Goulart encontrava-se em missão do outro lado do mundo, chefiando uma viagem diplomática e comercial que contava também com importantes empresários e políticos. Estava naquele momento na China, depois de ter passado também pela União Soviética. A escolha de tais países de vertente comunista não foi obra do mero acaso; fazia parte do plano de uma política externa independente, sem a influência dos Estados Unidos, promovida por Quadros. Sob essa orientação, que agradava a ala esquerda da política nacional mas deixava a da direita com extremas desconfianças, o Itamaraty dedicou atenção especial aos países africanos que começavam a sair das garras do imperialismo europeu, assim como também os países comunistas do Leste europeu e da Ásia.

Foi quando se encontrava em escala em Singapura durante a volta, em 26 de agosto de 1961, que João Goulart recebeu a bombástica notícia da renúncia de Jânio, acordado pelas pancadas na porta do seu quarto em plena madrugada. Ao abri-la, “deparou-se com dois amigos e assessores assustados. A notícia era, de fato, tão imprevista quanto impactante. Jânio Quadros havia renunciado. Goulart era o novo presidente do país” (Ferreira e Gomes, 2014, 23).

A eleição de Jânio Quadros pode ser enquadrada como uma proeza. Foi eleito com a maior porcentagem de votos da história até então. Além disso, derrotara o famoso marechal Henrique Teixeira Lott, o militar conhecido como democrata por garantir a eleição de Kubitschek, apoiado pelos dois maiores partidos da época — PTB e PSD, derrotados pela primeira vez desde a morte de Getúlio — e por partidos e figuras da esquerda, especialmente os do PCB. Tudo o que Jânio tinha era o apoio da UDN, partido que jamais teve penetração

nas massas, mas compensou isso com seu inegável apelo carismático que mobilizava as multidões com seus slogans que prometiam limpar a política nacional.

O que justificaria a atitude tão intempestiva do presidente Jânio Quadros a ponto de levá-lo à renúncia? Ferreira e Gomes (2014, p.24) reconhecem que, de fato, Quadros enfrentou muitos problemas durante seu curto mandato. A primeira e mais óbvia era que o país se encontrava numa severa crise financeira. Mesmo que o país tenha crescido bastante no período anterior do governo Kubitschek, no final do seu mandato o Brasil estava com contas públicas e a balança de pagamentos deficitária, sem mencionar a inflação em alta. Além disso, Jânio teve que lidar com um Congresso paralisante, porque não tinha a maioria no parlamento. Havemos de lembrar que os maiores partidos também eram os que tinham as maiores bancadas no Congresso, o PSD e o PTB, e ambos faziam oposição ao governo. Junto com o PSP, os três partidos contabilizavam quase dois terços de todos os parlamentares.

Ao mesmo tempo que Jânio defendia propostas progressistas que iam ao encontro das demandas de esquerda, como a lei antitruste e a lei que regulamentava a remessa de lucros para o exterior por empresas estrangeiras, também tinha um comportamento altamente moralista que chegava a virar piada no cenário nacional. Era famosa a sua restrição ao desfile de misses com maiôs cavados, atendendo um pedido de um grupo de mulheres ligadas à Igreja Católica, bem como a proibição de rinhas de galo e corridas de cavalo em dias de semana. Essas atitudes eram ridicularizadas na imprensa, especialmente as que faziam oposição ao governo, mas nada que pudesse justificar algum tipo de perseguição que levasse à renúncia de um presidente.

Segundo Ferreira e Gomes (2014, p.25) até hoje os reais motivos que levaram Jânio Quadros a tomar essa medida permanecem em aberto. Mesmo que não se tenha um relato assumido ou provas documentais que corroborem essa versão, a historiografia, no entanto, concorda que a maior possibilidade era de que Jânio Quadros quisesse de fato, dar um golpe. Se a intenção de Jânio Quadros era criar um clima de desespero nas classes dominantes a ponto de torná-las reféns de seus caprichos, o tiro saiu pela culatra. Sua intenção era ameaçar a sociedade e os congressistas, sabendo que havia uma ampla rejeição a João Goulart tanto nos meios políticos e civis quanto nas Forças Armadas. Assim, lançou a carta-renúncia. Deixava uma possibilidade de que pudesse voltar, desde que com poderes estendidos. Mas se a intenção era essa, ele fracassou. Logo, o Congresso recebeu formalmente a carta de renúncia e assim já iniciava os preparativos para colocar as coisas em ordem novamente. Não estava interessado em abrir mãos de suas próprias prerrogativas, como estava claro, para recolocar

no poder um governante que demonstrara ser desequilibrado e com intenções dúbias. Rapidamente o Congresso elegera o deputado e presidente da Câmara Ranieri Mazilli no governo com o apoio dos ministros militares. No entanto, já começava a surgir aqui e ali vozes pedindo a posse do vice-presidente eleito, conforme determinava a Constituição.

Olympio Mourão Filho, depois de todos os anos por que teve que aguentar as consequências das acusações sobre o Plano Cohen, estava afastado dos principais acontecimentos do cenário político nacional naquele momento. Era um general sem muito destaque servindo no distante quartel de Santa Maria-RS quando começou a tomar par da situação nacional, durante a renúncia de Jânio Quadros no dia do soldado de 1961. A partir de então, nesse primeiro momento, se envolveu com políticos, militares do alto escalão, e atuou ao lado de Leonel Brizola, com quem mantinha ainda uma respeitosa amizade, oriunda da atuação em parceria na Campanha da Legalidade, que permitiu João Goulart de exercer sua presidência – embora inicialmente sem os plenos poderes, retirados na emenda do parlamentarismo. No entanto, no período de 1962 a 1964, o general muda de posição, e passa a atuar na conspiração secreta para depor o presidente que ele ajudara a tomar posse, anos antes.

1.6 Mourão Filho e o registro de suas memórias

Olympio Mourão Filho nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em nove de maio no ano de 1900. De família austera e severamente católica, era o terceiro filho mais novo de 17 irmãos. Segundo Laurita Mourão (2002) “a intransigência religiosa foi uma das tônicas da educação e formação espiritual [de Mourão Filho]”. Quando tenente, servia em Florianópolis e conheceu a primeira esposa jogando tênis num clube local. Almira Linhares era a filha mais nova de Lauro Linhares, o “austríaco”, um dos homens mais importantes da cidade. O contato com pessoas da alta sociedade catarinense seria de grande importância mais tarde, quando Mourão Filho estivesse angariando apoio civil para a sua conspiração militar.

Não fez parte do que ficou conhecido como “movimento tenentista” nos anos 30 e nem do movimento da Revolução de 30 que levou ao poder Getúlio Vargas. Ainda era um jovem tenente anônimo que fora promovido a capitão em 15 de agosto de 1931. Mas não demoraria muito para aparecer de forma polêmica no cenário político nacional. Foi em 1937 que o então capitão do Exército, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira — (AIB) partido de tendências profascistas lideradas por Plínio Salgado — de forma ainda anônima, contribuiu indiretamente para a instalação da ditadura varguista do Estado Novo.

O documento, denominado Plano Cohen, supostamente apreendido pelas Forças Armadas como um plano comunista de desestabilização e tomada do poder no Brasil, foi a justificativa para o golpe em 10 de agosto de 1937. O documento foi publicado pelos grandes jornais e causou grande repercussão na opinião pública. Mais tarde, já no final da ditadura em 1945, a autoria do documento foi atribuída ao então capitão Mourão Filho pelo general Góis Monteiro, que não a negou. Porém, defendeu-se dizendo que o trabalho foi indevidamente utilizado pelos oficiais das Forças Armadas para produzir uma farsa que justificasse o golpe de 10 de novembro. Tratava-se de um mero material de simulação para ser usado internamente no partido integralista, ainda por cima copiado da revista francesa *Revue des Deux Mondes*. (MOURÃO FILHO, 1978, p.66)

Foram justamente os estudos e as pesquisas sobre esse controverso episódio no final nos anos 50 que levaram o historiador Hélio Silva a se interessar pelo personagem Mourão Filho. No seu livro *1937 – Todos os golpes se parecem*, lançado em 1970 pela editora Civilização Brasileira, o capítulo sobre o famigerado Plano Cohen é precedido por uma entrevista do ex-capitão, já então general Mourão Filho. Depois de 15 anos, o autor do Plano Cohen fora redimido de todas as acusações através de um Conselho de Justificação do Exército.

A partir de então, começa uma fraterna amizade entre o historiador e o personagem histórico, fato que será relevante mais tarde, em 1972, quando Mourão Filho, já aposentado e mal de saúde, internado em um hospital, confiará ao amigo as seis volumosas pastas do diário que serve de fonte a este trabalho.

A publicação do livro *Memórias: a verdade de um revolucionário*, onde o diário encontra-se publicado em anexo na íntegra, levou 7 anos por conta de uma batalha judicial. Segundo os editores da quarta edição do livro *1964: golpe ou contragolpe?*, de autoria de Hélio Silva, “o livro foi apreendido em 1978 por representantes do general Golbery do Couto e Silva, mas acabou sendo liberado pela justiça brasileira [...] *Memórias* foi o último livro apreendido no Brasil por motivos políticos.” (SILVA, 2014, p. 5)

A intenção de Mourão Filho com a publicação de seu livro de memórias junto a seu diário em anexo era, segundo ele, reestabelecer a verdade dos fatos, num momento em que seu nome já começava a ser apagado do protagonismo no golpe militar. É o único registro do dia a dia das ações conspiratórias que levaram ao golpe em 1964. Sentindo-se desprestigiado e assistindo a outros conspiradores tomarem a frente no protagonismo do movimento com a publicação de livros, depoimentos e entrevistas a jornais e revistas, Mourão Filho sentiu a

necessidade de mostrar que “a Revolução não teve outros chefes, nem articuladores eficientes no plano nacional, capazes de contribuir para seu desencadeamento e vitória, além de minha longa conspiração no Rio Grande, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais” (MOURÃO FILHO, 1978, p.15). É possível que este relato tenha sido responsável por fazer o historiador René Dreifuss acreditar que Mourão Filho não conhecesse os outros conspiradores que atuaram paralelamente desde pelo menos 1962, com a atuação mais firme do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que agregou políticos, empresários e militares de tendências ultraliberais para discutir os rumos do país na crise do começo dos anos 60.

Em suas memórias, o general demonstra um certo menosprezo pela classe política e especialmente pela “maldita forma de governo que é o Presidencialismo” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 16), que foi o sistema de governo predominante ao longo do período republicano. Tampouco demonstrava apreço pela monarquia brasileira, que considerava “sempre dominada pela politicagem profissional” (1978, p. 16). Em seu diário, deixa claro a sua preferência, desde pelo menos 1955, pelo parlamentarismo, que apoiará mais tarde, em 1961, como solução para a crise gerada pela renúncia de Quadros. Curiosamente, tinha uma visão negativa do Marechal Deodoro, que chamou de ingênuo, e considerava a Proclamação da República um golpe, pois mudou a forma de governo de uma medíocre monarquia por outra má, a república. Curiosa consideração, quando tomamos ciência de que, mais tarde, arrependido do seu próprio golpe, Mourão Filho afirmará que “tirara a nação de um abismo e empurrara-a para outro”. Mourão Filho estava ressentido, pois, de protagonista do evento mais dramático da política nacional desde a Revolução de 30, fora escanteado depois do seu movimento militar por aqueles a quem, mesmo tendo desconfianças, entregou a “revolução” de bandeja. O outro grupo conspiratório que atuava de forma paralela com maiores ligações com os setores civis, católicos, empresariais, e também com a embaixada dos Estados Unidos, tomou as rédeas do golpe, e as eleições presidenciais, que tanto Mourão Filho quanto os presidenciais Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda gostariam que fossem mantidas em 1966, jamais aconteceram.

2 A CONSPIRAÇÃO, PARA MOURÃO, COMEÇA NO RIO GRANDE DO SUL

2.1 No resto do Brasil, ela começa antes

Durante o importante período de setembro de 1961 — quando a renúncia de Jânio Quadros causou os transtornos políticos que precederam o golpe de 64 — a fevereiro de 1963, o general Olympio Mourão Filho fora designado a comandar a 3ª Divisão de Infantaria em Santa Maria-RS. A divisão fazia parte do III Exército, que além de ser o mais importante e bem equipado do país por sua posição estratégica na região sul, na fronteira com a Argentina, também teve papel destacado na história do período precedente ao golpe, conforme veremos.

Em março de 1955, Mourão Filho teve a oportunidade de ingressar na Escola Superior de Guerra (ESG) e desistiu de matricular-se na instituição. Em seu diário, ele afirma que sua primeira esposa, Almira, piorava cada vez mais de saúde¹¹ e o impedia de viajar para o Rio. Neste momento, seu tom era de lamento por ter perdido o período de matrícula na instituição. O fato era que Mourão Filho ainda não tinha as grandes desconfianças que viria a apresentar contra esta instituição militar. Mourão Filho, embora nunca tenha apresentado uma eminente vocação para as Armas, como o próprio admitira, tendo sempre em grande parte da sua carreira cogitado o abandono da farda em nome da batina, sempre gostou de aprimorar seus conhecimentos dentro das Forças Armadas, mesmo numa escola que não correspondia totalmente aos seus desígnios ideológicos.

Quase seis anos depois, em fevereiro de 1961, o general teve a oportunidade de ingressar mais uma vez na ESG, desta vez a convite do então Ministro da Guerra, Odílio Denys. No entanto, nesta ocasião, recusou o convite com convicção já formada a respeito do tipo de trabalho que então se fazia dentro daquela escola. Mudou bastante a sua opinião a respeito da Escola Superior de Guerra. Durante este período, ele pôde tomar uma consciência maior do tipo de trabalho, ou melhor, o tipo de ideologia que embasava os trabalhos produzidos e publicados naquela instituição. Ele era da opinião de que ali se pregava a “doutrina totalitária de Segurança Nacional, Poder Nacional e outras burrices filosóficas importadas do Pentágono e eu não as aceito” (MOURÃO FILHO, 1978, p.92). Esse fato também será importante, pois ao longo do período conspiratório, servirá para colocar Mourão Filho apartado dos principais movimentos realizados pelo grupo conspiratório ligado a esta

¹¹ Almira Linhares Mourão, primeira esposa do general, sofria de câncer nos pulmões e veio a falecer em 6 de julho de 1955.

escola, que o historiador René Dreifuss classificou de “complexo IPES-ESG” (DREIFUSS, 1985, p.369). Segundo este historiador, a ESG estava perfeitamente integrada com o grupo de empresários reunidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), e ali alguns dos mais eminentes oficiais das Forças Armadas como Golbery do Couto e Silva discutiam com alguns dos mais eminentes capitalistas brasileiros seus pontos de consonância em termos de política nacional, sem o menor dos embaraços. Além disso, a conspiração dali proveniente afinava a sintonia para a ação em conjunto que deveria ser posta em prática logo em breve. Em 14 de março de 1961, Olympio Mourão Filho registra essa opinião forte sobre este grupo e seus membros:

Só uns cérebros doentios como os de Cordeiro de Farias — o pai desta traficância — Mamede, Golbery do Couto e Silva — autor de um livro indigesto, cheio de erros de filosofia e de incongruências — do Castello Branco, enfatuado em suas conferências admiradas por ignorantes. É um crime [sic] a ADESG¹² existir. É uma conspiração permanente contra a liberdade deste infeliz País. Vivemos em perigo com os liberticidas sempre prontos a nos dar o bote final no Governo e fazerem uma horrorosa ditadura. ISEB¹³ e Escola Superior deveriam ser fechadas, imediatamente. É o que eu faria com essas escolas que formam inimigos pedantes da liberdade. Raios o partam. (MOURÃO FILHO, 1978, p. 92-93)

Tal oposição ferrenha fez o historiador René Dreifuss classificar Mourão Filho como representante de uma corrente político-militar diferente da dos representantes do grupo IPES/ESG, denominada de tradicionalistas. Essa concepção se refere aos oficiais que não receberam o treinamento doutrinário da Escola Superior de Guerra, e, por isso, apresentavam uma visão crítica sobre as propostas de mudanças sociais, políticas e econômicas que eram defendidas por empresários e outros oficiais militares dentro daquela instituição. Em comum com estes grupos, tinham um anticomunismo latente e militante e, segundo Dreifuss, queriam interromper a política de mobilização social do governo João Goulart, em vez de se oporem às atitudes supostamente populistas do presidente, porque eram eles próprios oriundos desse tipo de manifestação política e ideológica. Esses oficiais não tinham as mesmas ideias modernizantes e capitalistas de seus colegas do complexo IPES-ESG, mas tinham também em comum, além do anticomunismo, um conservadorismo político que justificaria a sua inclusão na categoria de “tradicionalistas”. Dreifuss aponta o general Mourão Filho como membro deste grupo tradicionalista, mas de forma correta?

De fato, Mourão Filho tinha uma atitude hostil com relação ao que a Escola Superior de Guerra representava pelo menos desde 1961, conforme vimos. Também tinha ele opiniões

¹² Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

¹³ Instituto Superior de Estudos Brasileiros

bastante negativas com relação a alguns de seus colegas militares que faziam parte dessa rede de conspiração. No entanto, não podemos deixar de levar em conta que grande parte da conspiração que o general Mourão Filho levou a cabo não foi exatamente uma atuação livre de contatos e afinidades com os setores empresariais e capitalistas de modo geral, com quem, naturalmente, tinha algumas semelhanças importantes de opinião. Muito pelo contrário. O próprio historiador René Dreifuss relata, e aqui será usado a título de exemplo de sua atuação além das fronteiras do mero conservadorismo tradicional, que o general fora contatado pelo jornalista Tadeu Onar, que tinha ligações íntimas com empresários de Porto Alegre. Este jornalista tornou-se, aos poucos, num importante homem de ligação do general Mourão Filho com estes setores capitalistas. Tadeu Onar serviu de ponte, por exemplo, entre o general e Coelho Souza, do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, que visava derrotar o governador Leonel Brizola e seu progressismo trabalhista no Estado. Além disso, e também mais revelador, é que Onar também foi o contato de Mourão Filho com o líder do IPES Edmundo Monteiro, que viria a ser o grande patrocinador das viagens de Mourão Filho pelo Brasil afora na pregação da sua conspiração, com recursos financeiros e passagens doadas pelo empresário (DREIFUSS, 1981, pp. 376-377). Em 1962, numa dessas viagens patrocinadas, Mourão Filho foi até São Paulo se encontrar com industriais importantes, reunião que teve — como um dos organizadores — o próprio Edmundo Monteiro. A seguir, viajou ao Rio de Janeiro para um encontro com general Segadas Viana, então do IBAD, e com o Almirante Sílvio Heck, o Marechal Denys e o general Cordeiro de Farias, todos com ligações conhecidas com a ESG, para falar de sua conspiração. A seguir, de volta a São Paulo, foi ter com o general Nelson de Melo, uma das figuras mais eminentes do complexo IPES/IBAD/ESG. Sabendo que o teor destas conversas giravam indubitavelmente em termos de interesses em comum na conspiração e derrubada do governo João Goulart, seria correto classificar Mourão Filho realmente como um mero general tradicionalista sem os mesmos interesses notoriamente classistas do grupo IPES/ESG que René Dreifuss contrapõe aos tradicionalistas? O envolvimento do general Mourão com notórios grupos empresariais ligados ao complexo capitalista nos diz algo de diferente.

Passados, hoje, mais de 50 anos da renúncia de Jânio Quadros da presidência da República Federativa do Brasil, em 25 de agosto de 1961, num dos mais conturbados eventos políticos brasileiros — crise que se prolongou durante os três anos seguintes, entre o mandato do sucessor constitucional que assumiu então o cargo e a chegada dos militares ao poder em 1964 — podemos compreender melhor os antecedentes do Golpe civil-militar que tirou do

poder João Goulart, o vice-presidente de Jânio Quadros que então assumiu o comando da nação em meio ao turbilhão político e social que se apresentava naqueles anos 60. Período importante também da história do século XX, cujos eventos ligados à Guerra Fria na América Latina, em especial, tal como a Revolução Cubana de 1959 e a Crise dos Mísseis de 1962, bem como a ascensão política da classe trabalhadora nas grandes cidades, fizeram as alarmadas elites conservadoras da região alinharem-se aos interesses dos Estados Unidos e à sua doutrina inexoravelmente anticomunista, de Segurança Nacional, ideologia que teve enorme penetração nos círculos militares brasileiros, criando assim uma confluência de interesses entre as classes dominantes e as Forças Armadas.

2.2 O contexto internacional

Os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014) consagraram o termo civil-militar para o Golpe de 64, em contraposição à ideia de uma articulação exclusivamente militar que vigorou na historiografia durante certo tempo. É preciso, no entanto, entender a cronologia dos fatos para precisar em que momento os setores civis, representados em sua grande maioria do empresariado ligado ao capital internacional e os grandes latifundiários, participaram e se beneficiaram – ou apoiaram – o Golpe Militar de 1964, que fez parte de uma conjuntura muito mais abrangente que abarcou diversos países de toda a América do Sul. Em diversos desses países, o mesmo processo de intervenção militar na política ocorreu de forma sistemática, derrubando governos democraticamente eleitos e colocando em seus lugares ditaduras militares. Para que esse processo que ocorreu na região pudesse acontecer em diversos países de forma relativamente simultânea, envolvendo todas as Forças Armadas e num relativamente breve espaço de tempo entre elas, era preciso uma coordenação, uma diretriz única e uma finalidade em comum que fosse dirigida a partir de uma mesma fonte. De acordo com a bibliografia sobre o período, Olympio Mourão Filho não fazia parte dessas articulações maiores. Suas motivações, ao que tudo indica, eram muito mais específicas.

O Brasil estreitou seus laços políticos e ideológicos com os Estados Unidos após o fim dos grandes conflitos da Segunda Guerra Mundial, tendo, inclusive contribuído para isso a disposição de Getúlio Vargas de enviar tropas brasileiras sob o comando dos Aliados durante a Grande Guerra. O Brasil conseguiu assim se tornar um importante polo de irradiação dos ideais estadunidenses na América do Sul, diante da neutralidade argentina, apesar da então

pouca importância que os Estados Unidos davam ao hemisfério sul no cenário da geopolítica internacional.

Desde os anos 50, o Brasil insistia, através do general Dutra, então presidente do Brasil, que os Estados Unidos olhassem com mais atenção para os interesses do gigante da América do Sul. A ajuda veio ainda timidamente com a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos na área dos empréstimos financeiros, venda de armamentos e treinamento através do programa de ajuda militar. Interesses brasileiros? Na verdade tal insistência do governo brasileiro por mais atenção da potência do Norte só serviu para contemplar alguns dos interesses econômicos e políticos dos próprios Estados Unidos: a venda de armas era um grande negócio e a parceria dificultava a entrada de armamentos de outros países como a Alemanha e Itália, criando assim uma importante reserva de mercado para os estadunidenses. Além disso, o acordo previa o comprometimento da defesa do continente contra ataques extracontinentais (FICO, 2008, p. 22). Naturalmente estava-se criando o germe da ideologia anticomunista nas Forças Armadas brasileiras.

Esse cenário de pouca atenção norte-americana aos países da América Latina mudaria no final da década de 50, com a revolução levada a cabo por Fidel Castro na ilha de Cuba e concretizada como um regime socialista em abril de 1961. A partir daí, a América Latina entraria com mais força no radar dos estadunidenses.

O receio de que um efeito dominó causasse revoluções socialistas em todo o continente sul-americano fez com que os norte-americanos adotassem uma postura de “paranoica vigilância” (FICO, 2008, p. 25) em relação aos países da região. A medida óbvia a ser tomada do ponto de vista estadunidense foi a aproximação com as Forças Armadas da região, que seriam a partir de então incumbidas de combater qualquer outro movimento revolucionário em seus territórios, principalmente as guerrilhas que haviam sido bem-sucedidas na China e em Cuba, e para a qual os Exércitos regulares não tinham preparo para enfrentar. A partir daí, a estratégia norte-americana passou a ser o treinamento de grandes contingentes de soldados nos complexos militares nos Estados Unidos ou na famosa Escola das Américas, localizada no Panamá. Paralelamente ao treinamento militar, os estadunidenses focaram nas questões socioeconômicas da América Latina através do lançamento da Aliança para o Progresso, em março de 1961, pois consideravam a pobreza extrema que grassava no continente americano uma fonte de sublevações contra o poder constituído. O Brasil, inclusive, se beneficiou do programa antes que ele fosse oficialmente inaugurado, pois com a preocupação a respeito das Ligas Camponesas atuando na região mais pobre do Brasil, a ajuda

financeira chegou ao governo Jânio Quadros ainda em janeiro, no começo do seu mandato (FICO, 2008, p. 28).

Hoje em dia, após a divulgação de documentos dos arquivos estadunidenses, não há a menor dúvida sobre a participação dos Estados Unidos na campanha de desestabilização do governo João Goulart através de um plano de contingência¹⁴, uma das mais intensas promovidas no continente, nem da disposição em apoiar os conspiradores durante uma possível e prolongada guerra civil no Brasil.

No entanto, não existem evidências concretas de que o general Mourão Filho tivesse contato direto com os estadunidenses na sua ferrenha conspiração contra o governo, apesar de ser bastante provável que tivesse total conhecimento do envolvimento dos Estados Unidos com alguns dos outros conspiradores paralelos com os quais tinha contato, como deixou bem claro através das suas opiniões bastante negativas a respeito da influência das doutrinas políticas que estavam sendo implementadas na Escola Superior de Guerra. No entanto, não parecia se importar muito com o fato de que uma possível derrubada do governo João Goulart colocasse no poder justamente os agentes brasileiros alinhados com estes mesmos interesses estrangeiros, como foi o que acabou acontecendo. O que de fato Mourão Filho almejava era impedir que as propostas reformistas de João Goulart fossem adiante, mas ao que parece, o movimento que ele desencadeou foi um pouco além de suas expectativas, como mostra o seu futuro arrependimento, conforme veremos.

2.3 Os trabalhadores entram em cena

Se a participação de Mourão Filho no episódio do golpe de 37, como já vimos, fora discreta e indireta, como autor de um documento que viria a ser usado à sua revelia — conforme acabou sendo provado no Conselho de Justificação do Exército — para chantagear a nação a aceitar a implementação do Estado Novo, o mesmo não acontece vinte e sete anos mais tarde, durante o Golpe Militar de 64, quando o general veio a ser uma das figuras mais proeminentes e atuantes no cenário político.

¹⁴ “...o plano de contingência norte-americano não previa apenas a “Operação *Brother Sam*”, mas também estabelecia essas linhas de ação estratégica que se implementaram à risca três meses depois: o controle militar temporário (mediante uma junta militar que se configurou no “Comando Supremo da Revolução”), a posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli e a posterior eleição de um novo presidente” (FICO, 2008, pp.92-93, *itálico no original*)

Contraditório, enigmático e imprevisível a todo custo, Mourão Filho foi capaz de se adaptar às mais diversas conjunturas da política durante a sua prolongada atuação nas Forças Armadas e durante a sua relação com proeminentes agentes da política nacional. Não era difícil vê-lo praticar atos ou defender pontos que, a princípio, não eram os seus, mas que provocariam algum benefício em sua carreira.

Baseado no livro de memórias que deixou e principalmente no seu diário, é possível explicar as razões de uma das mais importantes e decisivas viradas de pensamento de Mourão Filho, que, no primeiro momento da renúncia de Jânio Quadros, se colocou ao lado dos legalistas durante a Campanha da Legalidade — a favor, portanto, da posse de João Goulart — mas que, logo a seguir, com base em uma reunião que presenciou, conspirou diuturnamente para derrubá-lo do poder ao lado de alguns daqueles membros ligados ao complexo IPES-ESG que ele tanto criticara anteriormente, muito embora fizesse parte de um grupo conspiratório paralelo e não diretamente ligado a estes outros conspiradores. Além disso, também é possível se perceber por que, a princípio — e ao contrário de alguns dos mais eminentes militares como o Ministro da Guerra de Jânio Quadros, Marechal Odílio Denys — Mourão Filho não assumia uma postura anticomunista radical típica e que, a princípio, não via esse tipo de perigo no governo de João Goulart conforme outros membros mais radicais das camadas médias e altas da sociedade brasileira. Criticando seus colegas militares como Costa e Silva, que viria a ser um dos ditadores do governo militar em sucessão a Castelo Branco, pela limitação de conhecimento sobre o assunto, ele apontava um mal maior do que o próprio comunismo como causa dos problemas brasileiros:

Ora, Costa e Silva e quase a totalidade dos oficiais das Forças Armadas não têm a menor noção das origens filosóficas do materialismo científico e pensam que com a violência permanente e a repressão, conseguem impedir o comunismo. [...]. Não são capazes de examinar as causas da inflação, corrupção e subversão as quais residem exclusivamente no regime de mando pessoal do **presidencialismo**. (MOURÃO FILHO, p. 323, grifo meu)

Mourão Filho talvez não estivesse prestando muita atenção nos bastidores do mundo do trabalho no Brasil, ou quem sabe não acreditava na força da esquerda, muito dispersa e desunida. Não era fácil a união das esquerdas no Brasil. Desde muito cedo as correntes dessa vertente se indispuseram em diversas querelas que impediam uma atuação coordenada, em conjunto, para defender a base dos seus ideais. Dizia-se à época que “a esquerda só se junta na prisão”. No entanto, em certas ocasiões históricas do século XX, no Brasil, isso de fato, aconteceu — fora da prisão, bem entendido. Foi no sindicalismo brasileiro que a ação da militância comunista e trabalhista se entenderam, especialmente no período de 1945 a 1964.

O movimento, devido às já citadas constantes diferenças de concepções, não foi um processo simples, linear, mas serviu para democratizar os sindicatos brasileiros, permitindo que milhares de trabalhadores pudessem sentir-se de fato representados em demandas que em muito ultrapassavam as meras questões trabalhistas. Cada vez mais a classe trabalhadora estava engajada também na política nacional.

O período de 1945-1964, por si só, representou um momento mais democrático entre dois períodos autoritários, o que permitiu uma maior mobilização política das classes trabalhadoras. Dois principais representantes da classe trabalhadora nesse período de maior mobilização apareceram. Um foi o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, que desde a sua fundação, em 1945, conseguiu crescer cada vez mais como um dos maiores partidos do país. O PTB sempre teve a prerrogativa, não possuída por outras agremiações e associações de esquerda, de atuar de forma livre e legal, tanto no parlamento quanto em outros setores, inclusive nos sindicatos. O outro grande representante da classe trabalhadora no pós-II Guerra foi o PCB, Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922 e que, depois de muitos anos na ilegalidade, é novamente permitido em 1945 na onda da vitória soviética na derrota do nazismo, mas é logo colocado mais uma vez na ilegalidade, em 1948, quando o mundo começa a entender que a União Soviética, de uma das grandes aliadas do Ocidente, é colocada no espectro do inimigo a ser combatido com a ascensão da Guerra Fria, ficando nesta situação até depois da ditadura militar. No entanto, segundo Santana (2007) se estava formalmente proibido o PCB, seus membros agiam no que foi chamado de semilegalidade a partir dos anos 50 até 64.

2.4 Acordando do sono profundo

Entretanto, alguma coisa aconteceu na conduta de Mourão Filho. De repente, o general percebeu que estava enganado todo aquele tempo. Que fora um erro apoiar a posse do vice-presidente Goulart e, *mutatis mutandis*, o cumprimento da Constituição Federal. Estivera dormindo todo aquele tempo, mas “abriu os olhos” após um encontro com o comandante do I Exército e com o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, em que afirmações supostamente reveladoras foram feitas, bem como com o plebiscito que instituiu a volta do sistema presidencialista e o Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964. Ao “abrir os olhos”, acreditava que todos os outros ainda estavam dormindo, tendo ele sido tocado por um tipo de capacidade de análise da conjuntura acima dos demais, e que por isso

ele, e mais ninguém, deveria liderar o movimento de derrubada do poder. Acreditava estar na vanguarda dos movimentos conspiratórios para a derrubada de Goulart, mas que na verdade sua “conspiração” — como ele próprio a chamava — estava sendo monitorada e controlada por outra muito maior, mais organizada e atuante — muito antes que o próprio Mourão abrisse os olhos —, civil-militar, com sua base de operações no complexo IPES-ESG. Mourão Filho era então apenas mais uma engrenagem do golpe que crescia entre os militares e os empresários, e nada poderia indicar que seria o responsável pelo rompante que colocaria as tropas sob seu comando em direção ao Rio de Janeiro, antecipando-se aos eventos programados pelos outros conspiradores, saindo de Minas Gerais para invadir o Rio de Janeiro e destituir o presidente da República, ganhando com isso a alcunha de “O General Apressado” de Carlos Lacerda, que ele, erroneamente, tomou como um elogio (MOURÃO FILHO, 1978, p.19).

Quando Jânio Quadros entregou o cargo de presidente de maneira totalmente inesperada em 25 de agosto de 1961, pegando o país inteiro de surpresa, o General Olympio Mourão Filho estava de licença-prêmio de seis meses no Rio de Janeiro. O episódio da renúncia aparece registrado pela primeira vez em seu diário quase um mês depois, em 22 de setembro de 1961, quando o vice-presidente João Goulart já havia tomado posse no Governo Federal. Ele relata que no dia 25 de agosto daquele ano ligou para a Companhia de Manutenção do Exército, para ser informado sobre o conserto do carro que o Exército lhe colocara à disposição, quando então foi informado que a Companhia e todas as Forças Armadas entraram em prontidão rigorosa, porque Jânio Quadros havia renunciado.

O primeiro pensamento que ocorreu a Mourão Filho foi que o então Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, notório anticomunista radical, havia dado um golpe militar e que implementaria uma ditadura no país (MOURÃO FILHO, 1978, p. 94). Assim também pareceu a Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul presente nas cerimônias do dia do soldado naquele Estado naquele fatídico dia 25 de agosto. Embora sem ter conhecimento oficial da renúncia, bastou Leonel Brizola olhar para a atitude inquieta dos generais do III Exército também presentes no evento, para que percebesse que alguma coisa estava errada. Em pouco tempo a confirmação chegava a seus ouvidos, e era algo tão inesperado que Brizola também desconfiou que Jânio Quadros tivesse sido vítima de um golpe militar. Denys, então ministro da Guerra, era o suspeito mais notório.

2.5 Odílio Denys e o anticomunismo obcecado

Com uma visão bastante peculiar e imprecisa sobre “democracia”, Odílio Denys foi um dos principais atores militares das conspirações contra o governo Jango. Ferrenho anticomunista, acreditava que o Brasil tinha a ensinar e não a aprender com o mundo nesta matéria, cuja prova, contraditoriamente, estaria no regime *autoritário* inaugurado pelas Forças Armadas em 1964 (DENYS, 1980, p. 73). Tudo se resumia a combater as forças subversivas, reais ou imaginárias, do comunismo. Se a democracia era “liberal” ou ditatorial, tudo dependia do grau de perigo representado pelos comunistas e da resposta que as Forças Armadas deveriam aplicar a este perigo. Quanto maior o “perigo”, mais a democracia pendia para a ditadura como consequência. Em sua ótica, uma ditadura implementada, desde que fosse para barrar uma suposta ascensão do comunismo, era perfeitamente “democrática”.

Em sua visão extremamente radical, considerava até os Estados Unidos solapados de comunistas, por conta de seu liberalismo exacerbado, que poderia ser uma porta de entrada para a chegada dos subversivos ao poder. O remédio, segundo Denys, estava na política autoritária dos próprios comunistas em seus países. Embora não fosse preciso copiar os mesmos métodos, poder-se-ia ao menos “saber conter os excessos de linguagem, escrita e falada dos opositores, sejam quais forem” (DENYS, 1980, p. 74).

Denys creditava ao Exército e seus chefes “a maior estabilidade política na América do Sul” ao longo da história, e no Brasil, desde a Monarquia, e, portanto, defendia que as Forças Armadas tivessem um papel intervencionista na política. Numa postura altamente maniqueísta, considerava que no mundo inteiro, dentro de cada país, há apenas o choque de duas ideologias: a favor ou contra o comunismo. Defendia que as democracias se mantivessem atentas à influência da Rússia que, segundo ele, estaria tentando impor o comunismo mundial como uma espécie de “nova colonização” (DENYS, 1980, p. 75).

Dessa forma Denys interpretava especialmente os acontecimentos que marcaram os anos 60 no Brasil, abraçando sem nenhum pudor ou contradição a bandeira estadunidense na época da Guerra Fria. Na sua ótica, havia um grande perigo rondando o nosso país e que se materializava no governo de João Goulart, sendo que o Brasil só não sucumbiu nas garras dos comunistas no seu governo graças a ação patriótica das Forças Armadas conjuntamente com o governo de Minas Gerais, cujo mandatário na época, Magalhães Pinto, fora um dos maiores conspiradores civis na derrubada do governo Jango. Em seu livro de memórias, afirma que o

Chile de Pinochet é que “está sabendo tratá-los [os comunistas] como merecem” (DENYS, 1980, p. 77).

Durante a crise de 61, com a renúncia de Jânio Quadros, o marechal Denys era então o Ministro da Guerra, e bem de acordo com as já citadas suspeitas de Mourão Filho, atuou tendo como diretriz que todo aquele surpreendente ato do presidente tinha por trás a mão dos comunistas, e que a simples substituição do presidente pelo vice não seria assim tão simples. Afinal de contas, o vice era ninguém menos do que o herdeiro político do maldito Getúlio Vargas, seu ex-Ministro do Trabalho, João Goulart, que, por ironia do destino, estava em missão política na China comunista naquela ocasião. Mourão Filho tinha razão numa questão: Denys estaria disposto a dar um golpe já em 1961, como assume abertamente em seu livro de memórias. No entanto, o golpe deveria manter as aparências de democracia:

No plano que fiz, a ser executado, tive o cuidado de manter aberto o Congresso, não só por neles existirem muitos deputados e senadores que eram nossos companheiros de ideal, como por ser necessário *dar ao estrangeiro uma imagem do Brasil que não se queria fazer ditadura* (DENYS, 1980, p. 80, grifo meu).

Os militares, já de longa data, não toleravam a figura política de João Goulart. Acusavam-no de agitar os sindicatos que eram ligados ao governo de Getúlio Vargas e conseguiram derrubá-lo do Ministério do Trabalho em 1954, depois de muitas pressões. Portanto, nada mais natural que Mourão Filho, ainda sem estar a par dos acontecimentos, suspeitasse do ultraconservador Marechal Denys, que, de fato, já estava também desconfiando da política exterior do próprio Jânio Quadros. Com a renúncia deste, os três ministros militares lançaram na ocasião um manifesto em que faziam severas alegações, bastante contundentes e polêmicas, para justificar o veto à posse do vice-presidente, não obstante ser a eleição de João Goulart legitimada, primeiro, pelos milhões de votos das urnas, e segundo, pelo desenrolar dos acontecimentos alheios à sua própria vontade, que o colocaram na direção da cadeira presidencial. De acordo com o manifesto dos ministros militares, publicado em 30 de agosto de 1961 — 5 dias depois, portanto, da renúncia — os militares evocaram, como sempre, a prerrogativa da “manutenção da ordem, da lei e das próprias instituições democráticas”, numa demonstração inequívoca do quão maleável pode ser a interpretação destas atribuições, para tentar impedir que João Goulart assumisse o poder que lhe era garantido justamente pela Constituição. A atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas foi novamente lembrada como justificativa para o impedimento, pois, segundo os ministros militares, já naqueles tempos “o sr. João Goulart demonstrava, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e

frequentes nos meios sindicais” (DENYS, 1980, p. 89). Fazia parte do grande receio que pairava no imaginário dos setores mais conservadores da sociedade brasileira que João Goulart, Leonel Brizola e outras figuras de proa da esquerda quisessem implementar uma “República Sindicalista” no Brasil.

Outra alegação que carece totalmente de evidências mais robustas diz respeito à atuação de Goulart já como vice-presidente da República, onde estaria usando de sua influência para “animar e apoiar, mesmo ostensivamente, manifestações grevistas promovidas por conhecidos agitadores”. Por fim, a mais débil de todas as alegações, fazia menção ao fato de, em missão oficial na URSS e na China no momento da renúncia, ter demonstrado de forma “clara e patente sua incontida admiração ao regime destes países” (DENYS, 1980, p. 89), como se a boa diplomacia não determinasse que os presidentes em visitas oficiais a qualquer país mantivessem a cortesia dos enaltecimentos mútuos.

A vontade de setores conservadores da sociedade de vetar a posse de João Goulart após a crise da renúncia fez com que, durante esses eventos, ocorresse uma polarização cada vez maior entre aqueles que apoiavam a posse e os que trabalhavam para impedi-la — especialmente os três ministros militares: o vice-almirante Sylvio Heck, Ministro da Marinha; Marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra; e o brigadeiro-do-ar Gabriel Grüm Moss, Ministro da Aeronáutica.

É bem provável que o próprio conteúdo desvairado do manifesto dos militares (ver anexo) tenha contribuído para o insucesso do impedimento de João Goulart. Afinal de contas, perante tais argumentos controversos, o movimento oposto tomou corpo, muito mais bem embasado e que, graças ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e a sua Cadeia da Legalidade, ganhou a opinião pública e setores indecisos das Forças Armadas, especialmente as do III Exército, que se sediavam no Estado gaúcho, afluência crescente que se fiava meramente na Constituição para que fosse garantida a posse do vice-presidente João Goulart.

Devido à precariedade das comunicações naquele período, somente algum tempo depois da renúncia é que Leonel Brizola pôde tomar ciência exata dos fatos. Jânio entregara, de espontânea vontade, uma carta-renúncia ao Congresso. Depois, soube da formação da Junta Militar pelos três ministros das Forças Armadas, bem como de sua intenção de se posicionar contra a “inconveniência” da posse do vice-presidente eleito, João Goulart. A partir de então, Brizola, que era um dos mais importantes políticos do PTB, herdeiro de Getúlio e

ainda por cima, cunhado de Jango, resolveu tomar a frente na defesa da posse do vice-presidente.

Segundo Ferreira e Gomes (2014, p.32) Brizola passou a entrar em contato com diversos oficiais, tanto no Rio Grande do Sul, quanto na Guanabara e em outros Estados. “De alguns, ouviu insultos, devolvidos no mesmo tom. De outros, não. Sobretudo do marechal Henrique Teixeira Lott que [...] estava na reserva”. Do marechal, Brizola recebeu indicações de oficiais no Rio Grande do Sul que poderiam auxiliá-lo na tentativa de resistência ao impedimento da posse de Jango. Foi nessa ocasião que o ministro da Guerra, Odílio Denys, mandou prender o marechal.

A denúncia de Brizola mobilizou a população no Rio Grande do Sul, que passou a se concentrar cada vez em maior número na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini. Mesmo com o apoio da população e da brigada militar do Estado, a situação de Leonel Brizola não era das mais confortáveis. Ainda tinha que lidar com o fato de que o III Exército poderia oferecer-lhe resistência, e então as chances de levar o movimento pela legalidade seria neutralizada de forma bastante fácil pelo Exército mais poderoso do país. Durante o dia 26 de agosto, dia seguinte à renúncia, não só o Rio Grande como todo o país vivia grande tensão sobre o desenrolar dos acontecimentos. Haveria um golpe militar? Jango conseguiria ser empossado? Ou proporião novas eleições? Naquele momento não havia resposta para estas perguntas. Os ministros militares, mesmo sem uma declaração formal, haviam colocado o país inteiro em estado de sítio, quando rádios e TVs eram censuradas e diversas prisões eram arbitrariamente efetuadas.

Do lado dos ministros militares estavam também figuras do setor político como Carlos Lacerda, o onipresente agitador que desde Getúlio Vargas tentava sabotar governos de cunho trabalhista, sob a constante acusação de serem eles comunistas. Mesmo que seu próprio partido não tenha ficado ao lado dos ministros encabeçados pelo marechal Denys, Lacerda era, notoriamente, a favor do golpe militar (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 33). A mando de Lacerda, governador da Guanabara, a polícia invadiu sindicatos e prendeu diretores. “Lacerda submeteu o Estado da Guanabara a dura repressão política, sendo a única liderança civil de expressão a apoiar os ministros militares”.

No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola percebeu que precisava se comunicar com a população para angariar apoios, esclarecer as razões do motim na capital do Estado gaúcho e assim ter uma chance perante a reação. Se toda a população tivesse como única fonte de informação as rádios, revistas e jornais da imprensa tradicional, certamente a versão que os

ministros militares queriam passar de que a posse de Jango era “desaconselhável” iria vencer. Foi quando, em 27 de agosto, o governador do Rio Grande do Sul teve a ideia de ordenar aos seus homens da Guarda Civil que invadissem a sede da rádio Guaíba e levassem seus equipamentos para dentro do Palácio Piratini. Duzentos homens da brigada militar protegiam os equipamentos, e assim Leonel Brizola teve como transmitir a sua versão dos fatos a milhares de gaúchos espalhados pelo Estado. No entanto, Brizola sabia que não era suficiente. Precisava levar sua mensagem para todo o país.

Como não poderia vencer os militares pelas armas, Brizola compreendeu que seu único e grande trunfo era a capacidade de furar o bloqueio da censura que alimentava, com o silêncio e a violência, o golpe de Estado. Assim, a rádio Guaíba foi interligada a 150 outras rádios no Rio Grande do Sul e, por ondas curtas, chegou a outros Estados do país e a outros países. Formou-se a Cadeia Radiofônica da Legalidade

O jogo começava a virar. A confiança do marechal Denys começava a ser ameaçada por uma estratégia corajosa e totalmente inesperada de um governador que, pasmem, governava no território que abrigava nada menos que o III Exército. Dado como certo, o impedimento começou a ser colocado em xeque na medida que a voz de Leonel Brizola conquistava cada vez mais corações da opinião pública espalhada pelo país. Ainda certo de que o poderoso III Exército poderia dar conta facilmente de neutralizar as ações do governador gaúcho, Denys ordenou, através da Junta Militar, que o comandante do III Exército fosse ao Palácio Piratini para derrubar o incômodo governador. Não haveria de ter benevolência. Se ele resistisse, havia ordens para que o Palácio fosse bombardeado (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 34). não satisfeitos, os ministros militares ainda acharam necessário o envio de uma frota da Marinha de Guerra para o Sul.

Segundo Ferreira e Gomes (2014) o comandante do III Exército, Machado Lopes, recebeu as ordens via código morse, que foram interceptadas por técnicos do Palácio Piratini. A situação se tornaria decisiva para Leonel Brizola. Apesar de contar com o apoio da população gaúcha, de alguns oficiais legalistas e principalmente da brigada militar do Rio Grande do Sul, não teria como resistir à investida. Por isso, ao ser comunicado que o general Machado Lopes o tinha convocado para uma conversa, partiu para o ataque. Acuado, sem outra opção, foi para o estúdio do Palácio Piratini carregando uma metralhadora e falou ao povo do Rio Grande do Sul, pedindo calma. Avisou que o general vinha falar com ele, que seria recebido com toda a civilidade, mas que não entregaria o governo. “Que nos chacinem, nesse Palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade

de seu povo. Esta rádio será silenciada (...). O certo, porém, é que não será silenciada sem balas” (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 34).

Quando o discurso do governador chegava ao fim, o general Machado Lopes chegou. Cem mil pessoas estavam na Praça da Matriz com gritos uníssomos de “Legalidade” ou “Brizola” (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 36) mas silenciaram com a chegada do general. O encontro era tenso. Ao subir as escadarias do Palácio, a multidão começou a entoar o hino nacional. Machado Lopes e os generais que o acompanhavam, repentinamente pararam, se viraram para a multidão, e passaram a cantar juntos o hino brasileiro com o povo do Rio Grande reunido em frente ao Palácio. “Sem dúvida, isso era um sinal. Muitas pessoas começaram a chorar e a esperar” (FERREIRA e GOMES, 2014, p. 36).

Quando Machado Lopes adentrou o Palácio, o plano de Brizola era rendê-lo se lhe desse voz de prisão, desafiando a Junta Militar a bombardear o Palácio com os generais lá dentro. Mas não foi necessário: o comandante do III Exército foi comunicar ao governador do Rio Grande do Sul que estava a favor da Legalidade, haviam rompido com a Junta Militar e iriam defender a posse de Jango. Foi uma atitude surpreendente, até certo ponto desmoralizante para as pretensões do marechal Denys, e a defecção do III Exército foi decisiva para que o Brasil não caísse numa ditadura militar, ou que rompesse com a legalidade constitucional, ainda no ano de 1961. No entanto, foi por pouco que o país não entrou numa imprevisível e certamente violenta guerra civil. O fato do III Exército ter aderido à causa da legalidade, ou seja, por outra interpretação, ter-se insubordinado de forma tão escandalosa, fez a Junta Militar reagir. De acordo com Ferreira e Gomes (2014) o general Cordeiro de Farias foi nomeado, em situação de guerra, comandante das forças unificadas do I e II Exércitos, o que não era pouca coisa. A situação do país estava tensa e à beira de uma violência generalizada. Nesse contexto é que surge a solução moderadora do Congresso, de votar às pressas a emenda do parlamentarismo, que, no fundo, foi uma forma de apaziguar os ânimos exaltados nas Forças Armadas. Às 3h30min da madrugada do dia 2 de setembro, foi votada a Emenda Constitucional nº4, também conhecida como Ato Adicional, que instituiu o parlamentarismo no Brasil, por 233 votos a favor e 55 contra.

Naquele momento de grave crise política, em que as Forças Armadas do país ameaçavam enfrentar-se, no entanto, apesar de todas as suas restrições a João Goulart como herdeiro político de Getúlio Vargas e todas aquelas práticas “populistas” que detestava, Mourão Filho toma uma atitude até certo ponto surpreendente e posiciona-se ao lado dos legalistas, ou seja, ao lado de Brizola. Acreditava que João Goulart deveria, com base na

Constituição Federal, completar o mandato de Jânio. Entretanto, apesar de defender a posse, por considerar-se um constitucionalista defensor da lei (e a lei determinava a posse do vice em caso de renúncia do presidente), tinha restrições à própria Constituição — bem ao seu feitio paradoxal. Considerava-a equivocada. De acordo com sua opinião, com a renúncia de Jânio Quadros, uma nova eleição deveria ser convocada para eleger um novo presidente, o que, na realidade, não faria sentido, já que nenhum constitucionalista proporia uma medida diferente do que determina uma Constituição, pois assim, automaticamente, constitucionalista deixaria de ser.

Mourão Filho nunca teve uma relação amistosa com o então marechal Henrique Teixeira Lott, uma das figuras mais proeminentes das Forças Armadas brasileiras, líder do movimento conhecido como 11 de Novembro¹⁵ e candidato a presidente nas eleições de 1960 na chapa com Jango, perdendo a eleição justamente para Jânio Quadros. Mais do que isso, tivera desavenças pessoais com o eminente militar no passado. No seu diário, somente palavras desabonadoras são usadas para descrever a índole do marechal. No entanto, no auge da crise da renúncia, foi o primeiro colega de farda que procurou para discutir o momento delicado da política nacional.

Os dois militares se relacionavam desde pelo menos 1921, quando Mourão Filho era da Escola Militar do Realengo, e Henrique Teixeira Lott era 1º Tenente. Em seu diário, Mourão Filho relata o encontro que ambos tiveram nesse ano, na estação de trem da Vila Militar, quando “do outro lado [da estação], desembarcado de um trem que veio da cidade, Lott, 1º Tenente, de pasta debaixo do braço, esbravejava contra um soldado que não lhe fizera a continência” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 94). Mourão Filho também lembra que Lott demorou dois meses para nomear o Conselho de Justificação que julgaria o caso Plano Cohen, de onde Mourão sairia absolvido das acusações de fraudar o documento que serviria de justificativa para o golpe do Estado Novo de 1937.

O general fora ao apartamento do marechal Lott procurar informações mais precisas sobre os últimos acontecimentos relacionados à renúncia de Jânio, em agosto de 1961, e dizer também que era contra o que chamou de golpe perpetrado pelos ministros militares, em especial o marechal Denys. Afirmar também que era contra ditaduras e contra o impedimento da posse de Jango. Após ser recebido pelo genro do marechal e depois de ser feito esperar por 15 minutos, Henrique Teixeira Lott apareceu. Ao contrário do que desconfiava Mourão Filho,

¹⁵ O movimento de 11 de novembro de 1955 foi o episódio em que o então General Lott dera um “golpe preventivo” para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1955 (SKIDMORE, 1982)

o marechal já estava de fato a par dos acontecimentos, e inclusive preparara um manifesto para ser anunciado.

Os três chefes supremos das Forças Armadas — Marechal Odílio Denys, do Exército; Brigadeiro Grün Moss da Aeronáutica e o Almirante Silvio Heck — tomaram consciência de que o lado legalista estava vencendo a batalha ideológica pela opinião pública, e estavam prevendo que sairiam do imbróglio de uma forma não muito honrosa: os três mais eminentes chefes das três Forças Armadas derrotados por um político gaúcho e sua maior influência inclusive entre muitos militares!

A solução para que a derrota que se desenhava no horizonte não fosse das mais embaraçosas — que a posse do vice-presidente indesejado pudesse causar e com o maior e mais forte Exército do país do lado dos legalistas, o que inibia uma reação armada por parte dos ministros militares — foi dada pelos próprios políticos no Congresso: a emenda constitucional nº4, a do parlamentarismo, que serviria como uma forma de atender indiretamente a intenção dos militares: posse, mas sem plenos poderes. De acordo com o próprio Denys, a iniciativa desta emenda não partiu dos militares, não houve nenhum tipo de pressão para que a emenda fosse votada. O marechal, no entanto, reconhece que os ministros representantes das três Forças Armadas se reuniram diversas vezes em Brasília diante da crise da renúncia de Jânio Quadros — uma crise, diga-se de passagem, eminentemente política, que deveria ser, portanto, tratada nas esferas políticas — para, através da prerrogativa de garantia da lei e da ordem, sob suas responsabilidades, interferirem nas decisões sobre os rumos do executivo nacional. E assim fizeram, quase lançando o país numa guerra civil, quando bastaria, por uma outra interpretação das suas funções, usar das mesmas prerrogativas para garantir a posse constitucional do vice-presidente, como assim era determinado, e não para impedi-la. No entanto, apesar do teor do manifesto dos ministros ser nitidamente político-ideológico, Denys negou que as reuniões que precederam o lançamento de tal documento tivessem um caráter conspiratório. Segundo a versão que o marechal apresentou em suas memórias para tal medida extrema, corria o país grande perigo de convulsão social, agitação e desordem provocadas pela surpreendente renúncia de Jânio Quadros. No entanto, é de conhecimento geral que a renúncia de Jânio não causou a grande comoção nacional que era esperada pelo próprio presidente, a não ser nos próprios ministros militares e em alguns deputados presentes na sessão em que a carta-renúncia fora lida: “as manifestações populares, durante os primeiros três dias que se seguiram à renúncia, foram relativamente sem importância” (SKIDMORE, 1982, p. 255). A sua renúncia, para a sua surpresa e decepção, foi

lida e aceita no Congresso Nacional sem grandes agitações, sendo empossado, na ausência temporária do vice-presidente, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara. Além disso, se houve agitação, convulsão social ou qualquer outro conceito que se possa aplicar a esse respeito, foi causado justamente no momento em que os próprios ministros se colocaram contra a posse do vice-presidente indicado legitimamente para assumir o poder, desencadeando as manifestações nacionais contra a decisão dos militares lideradas por Leonel Brizola em favor da legalidade.

Denys, que considerava o próprio Jango comunista — os demais ministros militares, por seu turno, estavam mais receosos de que a posse de João Goulart pudesse representar, de acordo com suas concepções, a abertura de portas no executivo para que aqueles grupos comunistas ligados aos sindicatos e aos partidos tomassem conta do poder — atribuía um papel destacado a Jango na “incitação da subversão” nacional. No entanto, não assumiram clara e publicamente que seu gesto representava uma intervenção militar típica em assuntos políticos. Denys afirma de forma eufemística que, após a análise da conjuntura política nacional promovida em Brasília pelos três ministros chefes das Forças Armadas, houveram por bem apenas *desaconselhar* que o vice-presidente João Goulart assumisse o cargo (DENYS, 1980, p. 95). Embora reconhecesse a legitimidade da reivindicação não só popular como do próprio Jango em assumir o cargo de presidente, conforme o artigo 79 da Constituição vigente à época, o marechal apela à “boa fé” para que se entenda a justificativa do ato que visava impedi-lo: segundo sua versão dos fatos, tanto o PTB quanto o próprio João Goulart estariam conduzindo o governo para a “extrema-esquerda”, admitindo a infiltração de “comunistas” no partido e no governo, através de aliança partidária com legendas de todas as vertentes de esquerda. Assim, teria se tornado presa de seus aliados, facilitando a suposta implementação de um Estado que seria então governado por agentes de “outro Estado estrangeiro” (certamente se referia à União Soviética).

Assim, João Goulart, que já não era muito querido pelas Forças Armadas por sua atuação no Ministério do Trabalho getulista, passou a ser “perigoso”, a partir do momento que sua investidura no cargo de presidente poderia representar a abertura para estes elementos “comunistas”. Denys recorre ao artigo 141, § 13 da Constituição da época, que foi a justificativa para a cassação de partidos comunistas, além do art.58, da lei nº2550 de 1915, que nega o registro a candidatos que façam parte ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com base justamente naquele artigo 141 citado acima. Assim,

Denys chega à conclusão insustentável para justificar o impedimento, do seu ponto de vista, da posse de Goulart:

Se João Goulart declinasse sua convicção comunista, sua filiação ou vinculação ao Partido Comunista, não seria admitido candidatar-se à Vice-Presidência da República, e portanto não teria ensejo de suceder a Jânio Quadros. Assim também, embora eleito Vice-Presidente da República, embora na posse do direito de assumir a Presidência quando Jânio Quadros renuncia, impedido estava ele de exercer o cargo, pelo fato de haver-se, depois de eleito, vinculado aos comunistas e ao Partido Comunista, tornando-se ele mesmo comunista, o que evidentemente o tornou incompatibilizado para exercer a Presidência. (DENYS, 1980, p.97)

Primeiro vemos, antes de tudo, uma postura não muito condizente com aqueles homens públicos que se dizem democráticos. Se o Partido Comunista estava de fato na ilegalidade, outros partidos de esquerda e membros de vocação progressista estavam espalhados em diversas outras legendas. Denys se incomoda com as alianças de “esquerda” do governo com estes partidos, criminalizando meramente o fato de um partido ou um político ser de esquerda. Além disso, Denys estava muito obcecado com o medo do Brasil ser praticamente comandado por uma nação estrangeira, mas nunca disse uma palavra sobre este medo generalizado do comunismo nos jogar exatamente sob o comando de uma outra nação estrangeira, só que capitalista: os Estados Unidos. Pois, de fato, por conta da aliança anticomunista com os norte-americanos, a influência daquela potência sobre as cabeças dos oficiais militares e muitos políticos nacionais ultrapassou os limites da diplomacia, ameaçando a própria autonomia do país em lidar com seus problemas internos. Para ele, ao que tudo indica, o problema não era exatamente o nosso governo cair na ingerência de mãos estrangeiras, mas sim em alguma mão estrangeira que não fosse norte-americana. E por fim, sem nenhuma base ou evidência, afirma que João Goulart era comunista, sem nunca ter dado nenhuma demonstração inquestionável a esse respeito.

Assim como o próprio Mourão Filho, Odílio Denys não ficou plenamente satisfeito com a solução da emenda da Constituição que, de forma bastante controversa, votou rapidamente a mudança do sistema de governo, de presidencialista para parlamentarista, com o único e claro intuito de tirar os poderes legais do vice-presidente que deveria assumir o mandato no executivo. Não era a solução que agradasse plenamente nem os militares, nem João Goulart e tampouco os próprios parlamentares. Apesar de já haver um projeto para a implementação do parlamentarismo no Brasil esquecido nos arquivos do Congresso, a medida foi resgatada e reformulada às pressas para atender uma conjuntura política das mais severas por que o Brasil já havia passado. Já seria uma ação das mais mutilantes, mas o marechal ainda estava achando pouco, inconformado. Segundo ele, no exato momento da mudança do

sistema, João Goulart perdia automaticamente suas prerrogativas constitucionais, e a eleição de um novo presidente se fazia necessária. Somente a crise do momento, segundo Denys, poderia permitir que esse detalhe passasse batido, permitindo a posse de João Goulart, que, assim, se tornara “ilegal”. Essa visão dos fatos teve como consequência conveniente a conclusão de que qualquer movimento dos governistas em recuperar os plenos poderes mutilados pela solução do parlamentarismo se constituiria numa ação ilegal, dando subsídios aos conspiradores para começarem suas campanhas de desestabilização e futura derrubada do poder. Aparentemente, para João Goulart, não havia alternativa para apaziguar os ânimos exaltados da direita conservadora nacional senão prestar-se a um mandato figurativo e inoperante até que se chegassem as novas eleições — papel que, em nome dos milhões de votos que obteve e da sua legítima demanda, se recusou a cumprir.

A intenção de Denys e dos ministros que assinaram o manifesto de impedir a posse de Goulart por razões claramente políticas e não por uma mera defesa da lei e da ordem de algum perigo de agitação social também é sustentada pelo historiador Thomas Skidmore. Segundo ele (1982, p.255), em vez da posse do vice-presidente, os ministros militares queriam que houvessem novas eleições num prazo de 60 dias, com Ranieri Mazzilli como presidente interino, passando assim, por cima da Constituição. Para Denys, autoconfiante, nada poderia impedir os planos dos três maiores chefes das Forças Armadas. Ele não contava com a adesão do imprescindível Terceiro Exército na Campanha da Legalidade que visava apoiar a posse de Jango, em oposição ao marechal. Com a adesão pública do comandante deste Exército, Machado Lopes, outros comandantes regionais das Forças Armadas se inclinaram a aderir ao movimento legalista, enfraquecendo assim as pretensões dos ministros militares. Segundo Skidmore (1981, p. 262) essa divisão no seio das Forças Armadas, especialmente no Exército, foi um fator determinante para o fracasso do impedimento. Se o marechal Odílio Denys tivesse sido capaz de fazer valer sua disposição em vetar a posse de Goulart e influenciado de forma coesa todos os comandantes militares do país, muito dificilmente a posse de João Goulart seria garantida. No entanto, o que Skidmore não considera decisivo é que, se essa união de forças em prol de um movimento em comum não aconteceu, principalmente com a defecção do Terceiro Exército, é bom não esquecer os motivos: a outra força de pressão que cresceu e no final venceu a contenda sobre a posse: a opinião pública nacional. Se todo o Rio Grande do Sul não estivesse mobilizado pelas mãos do governador Leonel Brizola, influenciando diretamente a opinião do comandante Machado Lopes, se a Cadeia da

Legalidade não tivesse alcançado vários rincões do país, esclarecendo à população as intenções dos ministros, aí sim, dificilmente haveria o racha no Exército.

Apesar de ser ex-membro da Ação Integralista Brasileira, ajudando a compor um quadro político conservador de severa oposição ao comunismo, Mourão Filho não compartilhava, neste momento, das mesmas opiniões radicais do Marechal Denys. Mourão Filho não compactuava com a “doutrina totalitária de Segurança Nacional” e outras lições da ESG defendidas ferrenhamente por Denys. De fato, a Escola Superior de Guerra era o núcleo que abrigava um grupo de oficiais que, após a Segunda Guerra Mundial, alinhou-se à doutrina anticomunista norte-americana, ajudando a disseminar entre os militares esta ideologia (DREIFUSS, 1981). Estes militares viajavam anualmente para cursos nos Estados Unidos, e criavam um elevado grau de afinidade com os interesses liberais-capitalistas dos empresários e industriais brasileiros associados ao capital estrangeiro, que muitas das vezes eram palestrantes assíduos da ESG. Estes oficiais compartilhavam com os empresários a ideia de que era preciso “transformar o ritmo e a orientação do processo de crescimento em direção à criação de uma sociedade industrial e capitalista” (Ibidem, 1981, p. 78).

Mourão Filho não quis fazer parte deste grupo por falta de afinidade ideológica, tornando-se um crítico severo do Marechal Denys. Apesar disso, não era simpático a João Goulart no poder. Mourão Filho defendia que, com a renúncia de Jânio Quadros, deveria haver uma nova eleição, coisa que a Constituição não previa. De fato, Mourão Filho se opunha ao “golpe” dos três ministros militares, mas tinha, ele próprio, a sua própria receita de golpe para impedir a posse do vice-presidente:

Pois se houvesse necessidade de se justificar o golpe pretendido, eu diria que o mesmo deveria ter sido dado quando João Goulart foi eleito vice-presidente, ou mesmo — o que seria um golpe menos ruinoso — uma interferência direta no PTB, impedindo-o, por **meios suavisos** de apresentá-lo candidato. (MOURÃO FILHO, 1978, p. 28, grifo no original)

No entanto, numa atitude totalmente ambígua, considerava-se um perfeito legalista, e colocou-se ao lado dos que apoiavam a posse imediata de Goulart na Campanha da Legalidade, como o Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, porque a Constituição assim determinava. Como Mourão Filho teve a ideia de se juntar com políticos considerados de “extrema-esquerda”, “subversivos” e até “comunistas” nesta campanha pela posse?

Mourão Filho procurou primeiro apoio entre os colegas militares como o já anteriormente citado marechal Henrique Teixeira Lott, no intuito de enfrentar o movimento

dos ministros militares. Estava disposto a lutar, se fosse o caso, levantando as tropas da Vila Militar, no Rio de Janeiro, contra o que considerava um golpe do Marechal Denys.

No entanto, a indecisão e a relutância dos seus colegas no Rio de Janeiro fizeram Mourão Filho desistir de lutar na cidade. O ministro Denys designara um oficial para dar voz de prisão ao marechal Lott, complicando as coisas para os planos de Mourão Filho. Além disso, o general não conseguiu convencer seus colegas a levantar as tropas da Vila Militar contra os ministros militares.

2.6 Leonel Brizola agita o Rio Grande do Sul

Neste ponto, sem muitas outras perspectivas, o general Olympio Mourão Filho vai lembrar de um político importante, governador de um Estado que é a sede do III Exército, e além do mais, cunhado do presidente. Um dos poucos políticos, no país inteiro, capazes de ter a coragem de levantar a voz para enfrentar os chefes das Forças Armadas nacionais. “Não podia acreditar que Brizola, tendo um Estado na mão, aguentasse aquilo calado e quieto” (1978, p.97). E estava certo.

Leonel de Moura Brizola não é lembrado por ser um teórico intelectual do trabalhismo, como alguns de seus colegas do PTB. Assim como seu cunhado Jango, é reconhecido muito mais por sua atuação política na prática, liderando no período de 1961 a 1964 o que se considerava a ala mais radical da esquerda. Nas eleições de 1958, foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Sul, depois de passar por outros cargos menores como deputado estadual e prefeito de Porto Alegre.

Durante seu governo no Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola adotou uma política que tinha na educação básica o seu maior pilar, mas foi a sua postura desenvolvimentista que afrontava os interesses econômicos nacionais e internacionais que fizeram Brizola ter um destaque nacional, seja positiva ou negativamente. Assim como seu mentor Getúlio Vargas, Brizola fundou bancos e empresas estatais que competiam com os serviços privados, dentre eles a Caixa Econômica Estadual, o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, a Aços Finos Piratini e a Companhia Rio-Grandense de Comunicações (FERREIRA e FREIRE, 2016, p. 24). O feito mais ousado do seu governo e que até hoje é ponto obrigatório em todas as obras que falam de sua biografia é a nacionalização de duas poderosas empresas norte-americanas que atuavam no Rio Grande. Ambas as empresas enviavam grande parte dos lucros para o exterior sem investir na

modernização dos serviços, o que acarretava grande insatisfação, pela até então intocabilidade dos monopólios. Sem chegar a uma solução negociada, Brizola as acampou, estatizando-as através do pagamento de um ressarcimento irrisório. O governador gostava de deixar bem claro que nada havia de sua parte contra o povo dos Estados Unidos, pois, na sua avaliação, o processo espoliador dos países periféricos da América Latina partia principalmente do setor empresarial e financeiro. De forma bastante polêmica, Brizola passou a defender a solução cubana em caso de falta de condições de negociar uma melhor condição para os países pobres. O enfrentamento destas empresas estrangeiras, principalmente as norte-americanas, era questão de ordem para o governador do Rio Grande do Sul. “Por isso Brizola citava constantemente o caso da revolução cubana” (FERREIRA e FREIRE, 2016, p. 34).

Brizola teve o mérito de associar a exploração das empresas estrangeiras no Brasil com a miséria da população brasileira, pois sem os recursos necessários para investir na questão social, devido ao envio de exorbitantes lucros para o exterior, o país continuaria patinando neste mesmo quadro de miséria indefinidamente. Assim como o marechal Odylio Denys tinha a forma peculiar de encarar a condição de um país com a luta interna de apenas duas ideologias, a contra e a a favor do comunismo, Brizola também apresentava uma opinião maniqueísta sobre a sociedade brasileira, que ele classificava em duas categorias: patriotas e traidores, ou também comprometidos e não comprometidos. Os comprometidos

integram a casta dos privilegiados; (...) são aqueles que encastelados em suas posições, não se sentem obrigados a um mínimo de solidariedade ou dever com o ovo deste país. São aqueles que, nesta altura do século, brandem as teses do liberalismo econômico, com elas encobrendo seu egoísmo antissocial e anticristão, a sua ânsia anti-humana da riqueza, a sua desarvorada sede de poder econômico e político. São os que defendem o latifúndio e, quando falam em liberdade, não estão defendendo senão a sua liberdade de continuarem ricos num país de pobres (...) São os moralmente insensíveis. São os que fazem o seu bem-estar, mesmo vendendo as suas consciências, como instrumentos do que exploram o nosso povo. (...) Não sentem qualquer escrúpulo de apelar para a interveniência estrangeira, sem quaisquer reservas ou um mínimo de cautela, entregando o pobre povo brasileiro indefeso, de pés e mãos amarrados, ao domínio e à exploração dos grupos econômicos e corporações internacionais. (FERREIRA e FREIRE, 2016, p. 35)

Por seu turno, Brizola define quem são os não comprometidos:

Somos nós. Somos todos nós. (...) Não comprometidos são os brasileiros inconformados com o processo de espoliação que nos é imposto. (...) São os brasileiros não conformados com a má distribuição da riqueza social no país, concentrada em alto teor em poucas mãos, enquanto a miséria castiga, fustiga, impede e elimina oportunidades, deprime a quase totalidade das populações brasileiras. São os brasileiros não conformados com o fato de 50% da infância brasileira em idade escolar não ter a seu dispor nenhuma oportunidade de educação. São os brasileiros não conformados com o fato de, no Nordeste, 50% dos nossos irmãos morrerem antes dos 30 anos de idade. (...) São os brasileiros que não se vendem, são aqueles que preferem perder a vida a perder a razão de viver. E razão

de viver para nós é a libertação do nosso povo da miséria, da incultura e do analfabetismo, da doença endêmica, de todas as formas de atraso, do processo espoliativo que nos prende a essas condições degradantes de vida (...). (FERREIRA e FREIRE, 2016, pp. 35-36)

Estas poderiam ser as palavras de Leonel Brizola maduro, referindo-se à realidade dos seus anos tardios como governador do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90, mas já era a sua verve combativa ainda naqueles anos 60 de crise. Com estas palavras tão críticas ao modelo político-econômico brasileiro, surpreende o fato de Mourão Filho ter-se posicionado ao lado do então governador do Rio Grande do Sul na campanha da Legalidade. Mourão Filho poderia ter adotado uma posição centrista, neutra ou individual, mesmo que se colocasse contra as intenções do marechal Denys e seus colegas ministros militares. No entanto, apoiou-se na luta contra o veto à posse para fazer valer seus pontos de vista. No entanto, poucos pontos coincidiam com a análise que Brizola fazia da conjuntura política nacional, criticando os “comprometidos” e culpando-os pela miséria e crise do nosso país. Mourão tinha outra visão. Para ele, ao contrário de Brizola que colocava a crise brasileira na ótica estrutural, ou seja, de longa data, Mourão Filho enxergava-a de modo conjuntural, circunstancial ao momento vivido pelo país: a inflação e seus efeitos nocivos, “a alta incoercível e contínua dos preços de todos os bens e serviços e a baixa do câmbio” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 155) que afetava toda a sociedade, desde o trabalhador até o empresário de forma igual, era um dos males daqueles tempos. Segundo ele, Lênin tinha razão, pois “a inflação [alta] trabalha para o comunismo” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 155).

A segunda causa de crise que assolava os anos 60 no Brasil, de acordo com Mourão, era “o desequilíbrio político crônico gerado pelas contradições do nosso regime”. Antes da revolução de 30, o coronelismo se impunha em eleições fraudulentas. Mesmo assim, Mourão Filho enxerga nesse sistema algumas vantagens: primeiro, a honra e o prestígio dos “coronéis” eram colocados à prova nas escolhas de candidatos que faziam; segundo, era disciplinada: o deputado poderia ser eliminado da legislatura se discordasse do sistema. Como consequência, para Mourão Filho, naqueles tempos havia um sistema em que o povo tinha bons representantes selecionados pela falsidade eleitoral. Naqueles anos 60 em que Mourão Filho escreveu esta análise, havia, pelo contrário, um regime de verdade eleitoral, garantido pelo voto secreto, mas com uma representatividade política que só piora ao sabor da demagogia, aliada ao poder financeiro com gastos em más intenções. Seria caso de se perguntar se Mourão Filho desconhecia a alta relação do poder da Primeira República com os barões do café, que na época representavam exatamente o que de maior poder financeiro o

Brasil podia ter em termos de classe social, e também se ele era informado do dinheiro estatal gasto em “más intenções”, como a compra de toneladas de sacas de café dos produtores para a queima e assim a manutenção dos preços em padrões aceitáveis.

Mourão continua a sua análise dos problemas conjunturais da sociedade brasileira nos anos 60 focando agora em questões mais particulares, com análises que poderiam muito bem ter sido feitas por aquele que ele, naquele momento, criticava contundentemente: o marechal Denys. Além da inflação, que Mourão Filho considera que seu amigo Juscelino, antecessor de Jânio Quadros, “levou ao extremo”, havia também, agora, uma “crise generalizada de autoridade”, com as estruturas do Estado comprometidas. Os serviços públicos decaíram com o funcionalismo caindo nas mãos dos cargos de chefia, tendo chegado aos altos escalões do governo, que, segundo a sua visão, causavam uma falta de comando. A eleição de Jânio Quadros teria sido, neste contexto, uma resposta da população brasileira a este conjunto de situações. Havia a necessidade de depurar as instituições políticas daqueles que, desde 1930, mantinham vivas as tradições getulistas que Mourão Filho antagonizava. Corroborando da mesma opinião do marechal Denys, que seguia a tradição da ESG que Mourão Filho tanto detestava, afirmou que a renúncia de Jânio colocou o país na beira de uma guerra civil, que “seria alimentada por potências estrangeiras” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 158). As eleições legislativas de 1962 também o preocupavam, tendo em vista o medo de que comunistas e “esquerdistas em geral” pudessem fazer uma ampla bancada. Já então deu o recado: se os comunistas tentassem uma subversão da ordem, as Forças Armadas a debelaria em questão de horas.

Mourão Filho acreditava que a “agitação de superfície” serviria como uma primeira fase de uma guerra revolucionária promovida por elementos subversivos, através da tática de incitação de “pseudocamponeses sem-terra”, de greves, tudo como forma de distração e propaganda a fim de influenciar as eleições de outubro.

Apesar de ter aderido incondicionalmente à Campanha da Legalidade, Mourão Filho também não poupa críticas a ela. Se, por um lado, a campanha pela legalidade no Brasil tem influenciado de forma positiva o comportamento das Forças Armadas ao longo dos anos em respeitar a Constituição e as leis, também, segundo ele, serve para paralisar as ações militares quando os comunistas conseguem chegar ao poder pelas vias legais. Quaisquer intervenções militares, neste sentido, teriam caráter golpista. Seu medo estava também na politização da classe dos sargentos, “muito mais numerosa que as dos oficiais e muito doutrinado pelo comunismo”. Assim, os sargentos, muito envolvidos na defesa da Constituição e da

legalidade, poderiam se opor a uma tentativa de barrar a ascensão do comunismo pelas vias legais, por parte dos oficiais, o que seria, na ótica do militarismo, um atentado ao tradicional ordenamento das Forças Armadas, baseado na hierarquia e na disciplina.

Apesar de focar nos comunistas, o general também se preocupava com o outro lado do espectro político: os direitistas, que segundo ele, eram — tal como o próprio Mourão Filho, havemos de lembrar — remanescentes do antigo integralismo, naquele momento, filiados em sua maioria no PRP. No entanto, acreditava que estes não ofereciam perigo, primeiro pelo número exíguo de representantes e segundo pela falta de apoio tanto nacional quanto internacional. Esta análise desequilibrada dos “perigos” representados pelos comunistas e pelos direitistas está na raiz e um dos maiores equívocos que Mourão Filho viria reconhecidamente a cometer, entregando a sua “revolução de 64” nas mãos daqueles que, em sua maioria, eram representantes ou simpatizantes deste espectro político direitista, os mesmos que levaram o país à ditadura militar e que viriam a fazer o general se arrependar do seu ato.

Neste mesmo compêndio de análises conjunturais, Mourão Filho afirma que não faltam aqueles democratas insatisfeitos que olhariam com bons olhos para uma ditadura militar que viesse a corrigir os problemas que a democracia não estaria sendo capaz de solucionar, como o da inflação alta, dos transportes precários, do imposto de renda e do sistema eleitoral, dentre outros problemas que afligiam a população brasileira naqueles anos 60. Entretanto, após enumerar algumas destas demandas desses democratas impacientes, Mourão Filho afirma que por mais “científicos e atraentes que possam ser”, tais soluções não seriam aceitáveis, porque “fica dependendo do critério pessoal do ditador e de sua cultura” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 161). Além disso, seria impossível estabelecer uma ditadura para resolver os problemas do país, com prazo fixo, para depois se voltar naturalmente às instituições democráticas.

O ditador pratica a violência para atingir o poder, depois para permanecer nele e, finalmente, mesmo que o poder não o atraia (o que deve ser considerado como concepção utópica), fica impedido de deixá-lo pacificamente. Não se destrói uma ditadura com forças endógenas. E as exógenas, quando conseguem derrubar um regime ditatorial, deitam abaixo imediatamente todas as suas realizações (MOURÃO FILHO, 1978, p. 161).

Tendo em vista o receio de que os comunistas pudessem alcançar o poder pelas vias legais, Mourão Filho tinha planejado teoricamente o que deveria ser feito nesta ocasião. A primeira linha de ação seria a propaganda por meio da imprensa e radiodifusão, para o esclarecimento da população em geral sobre os fins maléficis planejados pelos comunistas; a

segunda linha de ação dizia respeito a procurar a colaboração dos ditos meios para promover uma “cortina de silêncio” sobre certos líderes que, segundo Mourão Filho, granjeavam muito de sua popularidade em suas aparições na imprensa; a terceira linha de ação seria fazer propaganda, mesmo que fosse à revelia dos beneficiados, sem ônus para os mesmos, de candidatos de várias legendas os quais corroborassem a ideologia que Mourão Filho pudesse aprovar; e por fim, a quarta linha de ação seria relativa à manutenção permanente de esclarecimentos com os representantes desta estirpe política eleita em Brasília.

Assim vemos que, tanto Mourão Filho como o próprio Marechal Denys, primeiro, tinham uma visão deturpada do que realmente significava a democracia. Alguns dos métodos que defendiam para o benefício de suas ideologias políticas contavam com manipulações e ameaças. E por fim, esquecendo-se de suas funções como oficiais das Forças Armadas e suas prerrogativas constitucionais, não se furtavam a imiscuir-se diretamente na baixa política, isto é, fazendo campanhas e buscando interferir nos resultados eleitorais com as táticas das mais controversas.

Surpreende, depois deste apanhado, que Mourão Filho tenha se colocado ao lado dos legalistas contra a decisão dos ministros militares. Mas logo será explicada a razão. Por ora, depois que Mourão Filho passou de opositor a aliado de Denys, é importante saber que a única ressalva que o general tinha com as ideias do marechal continuava sendo a sua oposição a ditaduras, mas não a golpes, como podemos observar nas suas sugestões controversas de alternativas ao impedimento de João Goulart. Esta foi a razão principal que colocou Mourão Filho, com todas as suas diferenças, ao lado de Leonel Brizola e a sua Campanha da Legalidade, já que, na sua avaliação, naquele momento de incertezas sobre a posse de Jango, Denys estava promovendo não só um golpe, mas dando vazão a uma ditadura.

Além de investir em educação e em empresas estatais durante o seu governo do Estado gaúcho, Leonel Brizola tocou em outro ponto sensível não só no Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil. Brizola foi um grande apoiador dos agricultores pobres e suas famílias através do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER). O que também lhe custou oposições ferrenhas dos grandes estancieiros e proprietários de latifúndios naquele Estado.

Foi durante os acontecimentos conturbados de 1961, no entanto, que Leonel Brizola ganhou ampla projeção nacional. Diversos movimentos sociais, lideranças políticas e grupos de esquerda reconheceram em Leonel Brizola, cada vez mais, uma liderança nata. No começo de 1963, Brizola fundou a Frente de Mobilização Popular (FMP). Dentre os apoiadores formais e informais da Frente, estavam sindicalistas, estudantes, camponeses sem-terra,

alguns subalternos das Forças Armadas que Mourão Filho temia a politização, cristãos progressistas, políticos nacionalistas e outros desta linha de ação política. Esse movimento serviu para tirar o presidente João Goulart de sua até então estratégica neutralidade, pois, conhecido como exímio negociador, Jango ainda mantinha contatos com setores conservadores e reacionários com a mesma naturalidade com que sentava à mesa com seus fiéis correligionários de esquerda. A FMP liderada por Leonel Brizola serviu para colocar um pouco mais de pressão no governo, atraindo cada vez mais a atenção e a adesão de João Goulart para as suas reivindicações, dentre as quais, as famosas e fatídicas reformas de base.

É correto afirmar que, desde a vitoriosa campanha da legalidade, Leonel Brizola, agora um político de estirpe nacional, começou a causar muito mais preocupações aos setores conservadores e militares que estavam conspirando em estado de alerta naquele momento, do que o próprio Jango. Suas posições muito mais radicais no governo do Rio Grande do Sul do que a de João Goulart no governo federal já era indício suficiente que, se Jango, que na opinião de muitos militares era fraco e influenciável, caísse na zona de influência de Brizola, os conspiradores precisariam sair das sombras para tomar uma medida mais contundente.

Para piorar as desconfianças e os temores daqueles que viam em Brizola um grande perigo de subversão, ele passou a usar constantemente uma expressão que causava mal-estar nestes setores: “desfecho” (FERREIRA e FREIRE, 2016, p.38). Brizola acreditava que o fim do ciclo de espoliações e misérias do povo brasileiro, causadas pelos “comprometidos” estaria chegando ao seu final. A luta final entre os comprometidos e os não comprometidos chegaria ao fim com a vitória do povo brasileiro, dos trabalhadores, dos camponeses, estudantes de esquerda e militares nacionalistas. Ferreira e Freire (2016) falam que o conflito do povo e do antipovo entraria em fase de “radicalização” com as reformas que fundariam uma “nova democracia”, mas não está claro se Brizola defendia uma revolução ou apenas que o governo passasse a atender as demandas populares.

Para que o povo chegasse ao poder, ou que, pelo menos, pudesse atuar de forma mais participativa nas decisões do governo, era imprescindível que se organizasse, e pra isso Leonel Brizola também teve que ter uma atuação importante. Em novembro de 1963, defendeu a difusão pelo país do chamado “Grupo dos Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas” (FERREIRA e FREIRE, 2016, p.43). Com esta medida, as inócuas ações individuais dos trabalhadores seria substituída por ações em conjunto, organizadas e articuladas entre si.

O manifesto que lança o Grupo dos Onze destaca alguns dos principais objetivos desta empreitada, como defender as conquistas democráticas, lutar contra golpes, apoiar a reforma de base, e libertar a pátria do jugo dos estrangeiros, fundando uma democracia nacionalista.

Antes, no entanto, no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, governador do Estado, lançava a Cadeia da Legalidade, que pretendia alertar a opinião pública da intenção de golpe dos ministros militares e conclamar a população a apoiar a posse de João Goulart com base na Constituição, conquistando a importante adesão do Terceiro Exército, então sob o comando do General Machado Lopes. Os ministros militares recuaram não só por conta da repercussão do movimento pela legalidade, mas porque o Congresso Federal votou um dispositivo de conciliação: a Emenda Constitucional nº 4, em 2 de setembro de 1961, instituindo no Brasil o sistema parlamentarista. Mourão Filho deu-se por satisfeito com a solução engendrada pelo Congresso Nacional e cancelou sua viagem ao encontro do governador nessa ocasião. Com a crise, de certa forma, controlada com a solução do parlamentarismo, o general fora para Teresópolis gozar o restante da sua licença-prêmio, que iria até 14 de outubro. No entanto, foi nomeado em 21 de setembro de 1961 comandante da 3ª Divisão de Infantaria, com sede em Santa Maria-RS.

Lamentava, no entanto, o fato do Congresso não ter ido além e criado um artifício legal para o impedimento do vice-presidente, pois segundo ele, a linha de sucessão ficava interrompida naturalmente com a supressão do regime presidencialista (MOURÃO FILHO, 1978). Preocupava-o bastante o fato de o Governador Leonel Brizola não ter-se conformado com a solução do Congresso para a posse de Jango, e ter a intenção de iniciar uma campanha contra o recém-aprovado parlamentarismo, que considerava um “golpe branco”. Em seu diário, ainda no dia 22 de setembro, Mourão Filho lançou o prenúncio de uma futura reação:

Se [Goulart] tiver juízo, tendo chegado onde jamais poderia ter subido, ficará gozando o Poder por 9 anos, já que a nova Constituição, ou melhor, a nova forma de Governo permite a reeleição. Mas Jango vai ter juízo? Vai conter Brizola e [o deputado] Rui Ramos que já declararam que vão iniciar a campanha contra o parlamentarismo? Se eles se meterem nisso, darão com os burros n'água. Veremos.

Neste ponto, a coerência política de Mourão Filho começa a ganhar, com mais clareza, contornos de ambiguidade. Isto porque, até aqui, com todas as suas polêmicas ressalvas, Mourão se colocara ao lado dos preceitos constitucionais que garantiram a posse do vice-presidente da República, no caso da vacância no cargo, porque, de fato se considerava um legalista. O general que fora tão intransigente na defesa da legalidade que chegou a cogitar levantar as tropas da Vila Militar para enfrentar, desta forma, aqueles colegas de farda do alto

escalão que considerava golpistas; disposto, inclusive a ter com o governador Brizola um encontro para planejar uma resistência nacional que pusesse a população brasileira de prontidão em defesa da legalidade — coisa que, de fato, o governador Brizola já havia planejado e posto em prática; no entanto, sem levar em conta em que circunstâncias políticas foi tramado o Ato Adicional que estabeleceu o parlamentarismo no Brasil, numa clara violação da Constituição Federal e dos plenos direitos políticos do vice-presidente Goulart que tanto defendera, Mourão Filho considerou adequada a solução do parlamentarismo. Ora, o parlamentarismo fora tramado no Congresso Nacional como uma forma de apaziguar os ânimos daqueles que o próprio Mourão Filho considerava golpistas. Foi realizado de uma forma que nomeasse o Jango presidente ao mesmo tempo que lhe tolhia das mãos o poder.

Em seu diário, podemos perceber que o próprio general, apesar de, naquele momento, ainda não corroborar com o “anticomunismo roxo” do marechal Denys e de alguns setores das Forças Armadas preparados e doutrinados na Escola Superior de Guerra, tinha suas próprias desconfianças com relação a João Goulart. Na verdade, as desconfianças de Mourão Filho eram referentes ao “Getulismo” de João Goulart, “o cadáver que não se enterra e empesta o Brasil” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 99)

Apesar de afirmar que não sentia nem ódio nem antipatia por Getúlio Vargas, Mourão Filho o chama de homem nefasto, formando com Góis Monteiro “uma dupla capaz de enterrar um continente inteiro”. Em seu diário, descarrega os piores adjetivos para qualificar o ex-presidente da República:

Não teve nunca patriotismo nem piedade dos pobres. Pura mentira. Só o animava o amor ao Poder. Vivia pra isto, somente! E como, na sua ignorância e frialdade, explorou a massa estúpida, incapaz de discernir qualquer coisa. Getúlio é, ou melhor, foi um líder ridículo, se considerado enquadrado em outro país mais civilizado do que o Brasil. Nós escapamos de Pinheiro Machado, morto por Manso de Paiva e fomos cair sob o guante de Getúlio.

Percebemos em Mourão Filho um enorme ressentimento com relação a Getúlio Vargas, que se transforma automaticamente em desconfiança com relação a João Goulart — e nisso, o general não diferia em nada com relação àqueles doutrinados na ESG que ele tanto criticava. Mourão Filho, como tantos outros componentes das classes altas e privilegiadas do país, considerava quaisquer medidas governamentais em favor dos menos favorecidos políticas “demagógicas”, “populistas”, bem como qualquer tentativa de aproximação e acordo com a classe trabalhadora como um perigo, incitação à desordem e, muitas vezes, “comunismo”. Mas Goulart, por mais que fosse considerado o herdeiro político de Getúlio, não era Getúlio, não seguia na política de forma automática os mesmos preceitos do ex-

presidente. Entretanto, tal como Getúlio em seu último mandato, João Goulart apresentava um imenso desejo por reformas sociais que tirassem o Brasil das décadas de atraso. Isso indica que a aversão apresentada no diário de Mourão Filho não era exatamente pela figura pessoal de ambos os ex-presidentes da República, e sim pelas ideias nacionalistas e progressistas que representaram em determinado ponto de seus governos — Getúlio, pouco antes de se suicidar, e Goulart pouco antes de ser derrubado do poder. Ideias que não morreram com o suicídio do ex-presidente, mas que sobreviveram na atuação política de seus herdeiros sucessores políticos representados, naquele momento com maior destaque, principalmente por João Goulart e Leonel Brizola, o que incomodava as elites brasileiras e seus asseclas de diversos setores da sociedade.

Desta maneira, Mourão Filho aproxima-se ideologicamente cada vez mais daqueles militares, empresários, jornalistas e setores do clero católico que viam no getulismo uma corrente política que punha em perigo os valores conservadores da (alta) sociedade brasileira. Assim, o general vai se afastando cada vez mais daqueles defensores da legalidade dos quais ele se considerava representante, para se aproximar daqueles que ele até pouco tempo denunciara como golpistas. Mas ele iria ainda mais longe.

3 DE LEGALISTA A CONSPIRADOR

A Cadeia da Legalidade sob a liderança do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, teve o efeito de dividir os militares e de tirar dos ministros militares o apoio da opinião pública. Sem esta sustentação, não poderiam levar adiante seu plano de impedir a posse do vice-presidente. Esta lição os oficiais militares e as classes conservadoras que estavam conspirando em conluio no país aprenderam muito bem, e cuidariam para que não faltasse este apoio mais tarde, em 1964.

A aprovação do modelo parlamentarista no Brasil foi condição indispensável para que João Goulart fosse aceito pelas classes conservadoras e pelos oficiais militares partidários da doutrina anticomunista. O general Carlos Luís Guedes, um dos colegas de Mourão Filho que saíram de Juiz de Fora com as tropas para depor o presidente, conta em sua biografia (1979) como o marechal Denys refletia essa conformação: “Jango seria apenas uma figura de chefe de Estado decorativa e não governaria. Assim, embora de maneira atenuada, seria atingida a finalidade proposta [o impedimento de Goulart]”. Como Mourão Filho, adversário de Denys justamente por suas posições extremas com relação ao comunismo e suas tendências nitidamente golpistas, e além disso, autodeclarado defensor da legalidade e da Constituição, poderia concordar com essa solução dos seus adversários, que tinha o nítido propósito de sabotar os plenos poderes constitucionais do presidente da República?

A virada de posição de Mourão Filho com relação à defesa da constitucionalidade da posse legítima de Jango foi tão grande que chegou-se ao ponto das sugestões do marechal Denys irem ao encontro do pensamento do próprio Mourão Filho. Se Goulart aceitasse ser presidente sem os plenos poderes do cargo, “cumprindo a Constituição” — ou, melhor dizendo, não a Constituição, violada pelo arranjo do Congresso, mas o próprio arranjo, ou seja, a solução da emenda constitucional —, os militares não se oporiam à posse. Caso ele quisesse recuperar os legítimos poderes presidenciais do sistema político sob o qual fora eleito — o presidencialista — deveria enfrentar a oposição das classes conservadoras e dos militares.

Mourão Filho deve ser compreendido como “legalista” somente até o momento em que se opunha ao golpe dos ministros militares e uma posterior ditadura sob a tutela do marechal Denys. Por outro lado, ao se colocar também ao lado daqueles que queriam sabotar a posse do vice-presidente com a solução da emenda do parlamentarismo, que violara os poderes constitucionais do presidente da República garantidos pela Constituição vigente na

época, a de 1946, acabou revelando sua primeira faceta antidemocrática. Ao contrário daqueles que, como Brizola, continuaram na campanha para o retorno do presidencialismo através da antecipação do plebiscito¹⁶, pois isto representava defender os plenos direitos de poder conquistados por João Goulart através das eleições, Mourão Filho parou pelo caminho. Deu-se por satisfeito com uma solução nitidamente transgressora da Constituição, um ato político sem consulta popular, de cima pra baixo, que tinha o único propósito de, assumidamente, tolher os poderes de Jango, deixando-lhe de mãos atadas.

Segundo Mourão Filho acreditava, era perigoso um sistema que dava amplos poderes a uma só pessoa, eleita, por sua vez, por um povo sem condições de escolher o melhor para si:

“(…) Mais cedo ou mais tarde, o eleitorado, incapaz de fazer um milagre, tangido pela política profissional, elegerá um presidente medíocre ou mau e o processo continuará até atingirmos de novo o clima político e social insuportável, que conduzirá dialeticamente a outra revolução ou à continuação do que foi feita”(MOURÃO FILHO, 1978, p.17)

Tinha receio de que o sistema presidencialista e o voto direto dos eleitores brasileiros, influenciados por uma classe política “manipuladora”, pudessem produzir um “novo Jango” no futuro, obrigando os militares a uma intervenção na política. Mas por que Mourão Filho deixou para manifestar seu despreço pelo sistema presidencialista apenas quando João Goulart teve a oportunidade de chegar ao poder político? Por que o general não fez as mesmas ressalvas por ocasião da eleição de um reconhecido populista¹⁷ como Jânio Quadros, para cuja eleição trabalhou com entusiasmo e a quem assumidamente deu seu voto? Se o problema era o sistema político em si e não determinado político, por que quando Jânio Quadros fazia campanha para a presidência, Mourão Filho não o denunciou da mesma forma?

Mourão Filho e tantos outros militares não eram capazes de uma conduta plenamente democrática a este respeito. Não confiavam no resultado das urnas, e se este fosse de encontro ao que pensavam ser o melhor para suas pretensões pessoais, seriam capazes de usar das Forças Armadas para “corrigir” os rumos da política, pois não confiavam no discernimento do eleitorado brasileiro. Se o povo brasileiro escolhesse um presidente, pelas vias democráticas, que por ventura viesse a propor reformas nas áreas mais combalidas do país, como a política, a economia e a educação, não poderia ser por uma vontade consciente de melhorar as suas próprias vidas junto com a do país; isso só poderia significar que elementos subversivos

¹⁶ A mesma emenda que instituíu o parlamentarismo, também estabelecia um plebiscito para que a própria população opinasse sobre o sistema de governo a ser adotado, previsto para ocorrer em 1965.

¹⁷ “Populista” no sentido pejorativo que ficou conhecido como obra dos sociólogos paulistas.

estavam manipulando o povo ingênuo, e assim aqueles que, de fato, teriam a inteligência e o dever de zelar pela ordem nacional — em uma outra leitura, “manter as coisas como são” — seriam os militares. Esse tipo de visão elitista está na raiz da formação positivista da maioria dos militares instruídos no começo do século XX. Segundo eles, somente uma elite nacional seria capaz de saber o que era importante para o país, e o fato de serem eles também os beneficiados e privilegiados de um sistema altamente desigual que gostariam de manter — através da defesa da “lei e da ordem” vigentes — deveria ser apenas uma mera coincidência.

Desta forma, defender a volta ao sistema presidencialista, tal como outros legalistas que se engajaram na campanha pela antecipação do plebiscito pelo Brasil afora, não fazia parte dos planos de Mourão Filho. Ao contrário, pretendia combater quem quisesse propor tal agenda. Suas convicções políticas eram conservadoras, haja vista sua atuante participação nos quadros da Ação Integralista Brasileira no passado, bem como suas atitudes, embora ambíguas, sempre na finalidade de não perder o status social conquistado através da carreira militar; havia a antipatia pela figura de Getúlio Vargas, a quem reservou os piores adjetivos, e João Goulart representava uma forma de “getulismo” que sobrevivia incomodamente; além disso, era um defensor antigo do sistema parlamentarista, que foi a solução encontrada pelo Congresso para acalmar os ânimos dos opositores de Jango. Todos estes fatores reunidos fizeram Olympio Mourão Filho abandonar as hostes legalistas pouco a pouco, para estar cada vez mais alinhado com aqueles que buscavam impedir a posse do vice-presidente, e que depois passaram a defender a solução apaziguadora do parlamentarismo, embora com claras intenções ideológicas. Mas o estopim da sua atuação conspiratória ainda estava por vir.

Em 1962, Olympio Mourão Filho já era comandante do 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria-RS, quando o comandante do III Exército, Penha Brasil, solicitou que ele alojasse, num dos quartéis sob o seu comando, sócios da FARSUL (Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul), que estavam na cidade em virtude de uma convenção para protestar contra a atuação do governador Brizola. Segundo o relato do seu diário, havia rumores que chegaram a Mourão Filho através do coronel Menna Barreto de que a convenção seria perturbada por “estudantes e comunistas” articulados pelo governador gaúcho. O número total de participantes era em torno de quatrocentos membros. Leonel Brizola estava a caminho de Santa Maria e Mourão Filho, que até então tinha uma relação de respeito pelo governador, fora recebê-lo no aeroporto. Brizola vinha, “sem convite, ao que

parece, tomar parte na convenção que se realizaria naquela noite”.¹⁸ O desenrolar dos fatos neste episódio da visita de Brizola a Santa Maria foi da maior importância para a virada ideológica de Mourão Filho, que passou então definitivamente para o lado dos conspiradores. “Caíram-me as vendas dos olhos e comecei a enxergar. Tive a sensação de que estava dormindo e acordara” (MOURÃO FILHO, 1978. p.101)

Osvino Ferreira Alves, comandante do I Exército, do Rio de Janeiro, encontrava-se de férias em Santa Maria nesta ocasião. No jantar que ele ofereceu nesta cidade a Leonel Brizola, Mourão fora o único outro convidado. De acordo com seu relato no diário:

“Durante as conversas que precederam o jantar, naturalmente devido à minha posição em 1961, em defesa da Constituição vigente — *defesa confundida, porque a causa era a mesma, com apoio de Goulart* — não mantiveram reservas. Do que ouvi, fiquei cientificado, sem sombra de dúvida, de que estava diante de vasta e perigosa *conspiração contra o regime*.”¹⁹

O comandante do I Exército, Osvino Ferreira, junto ao governador Leonel Brizola, de acordo com o relato de Mourão, teriam se confundido ao confiarem nele, ao acreditarem que o comandante da 3ª D.I de Santa Maria era um correligionário pertencente ao seu lado político legalista, como de fato dera a entender, por ter-se posicionado a favor da posse de Goulart em 1961 contra os colegas golpistas das Forças Armadas. Mas o próprio Mourão Filho também equivocara-se ao tomar Leonel Brizola como “integralista pliniano” (MOURÃO FILHO, 1978, p.103). Entretanto, ao contrário de Brizola, Mourão Filho não era um partidário dos ideais trabalhistas, muito menos da esquerda política, nem sequer um verdadeiro democrata, mas apenas um mero conservador “defensor da [sua concepção de] legalidade”. Mesmo que essa legalidade, mais tarde, tivesse sido vilipendiada com a manobra política da emenda do parlamentarismo.

Ao defender abertamente perante Olympio Mourão Filho, no jantar reservado, pontos que o mesmo enumera em seu diário, fatores meramente democráticos, legítimos, como se poder perceber, quanto:

a) campanha intensa pelo plebiscito para a volta ao presidencialismo;

b) campanha intensa para a obtenção das reformas de base, das quais a principal é a Reforma Agrária que será possível com a reforma do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição, permitindo o pagamento das desapropriações à base de títulos da dívida da União; e

¹⁸ Idem

¹⁹ (grifo meu)

c) elegibilidade dos sargentos e soldados e a extensão do voto aos soldados e aos analfabetos (MOURÃO FILHO, 1978, p.101-102), Brizola e Osvino Ferreira cometeram um grande erro de avaliação. Mourão Filho não apoiava nenhuma destas medidas. Nem estava do mesmo lado deles. Sua opinião era de que tais pontos — que na verdade representam simples questões políticas de qualquer segmento progressista de toda sociedade democrática capitalista, junto à mobilização dos sem-terra do Rio Grande do Sul contra os grandes latifundiários, manifestações plenamente inseridas no direito constitucional — representavam, na verdade, “um grande plano articulado e em marcha, para subverter a ordem do Rio Grande do Sul. No Estado? Não, era claríssimo que aquilo seria o plano piloto para ser executado em todo o Brasil”. (MOURÃO FILHO, 1978, p.101). Brizola de fato incentivava os sem-terra do Estado do Rio Grande do Sul a se organizarem e fazerem um levantamento das terras devolutas da região que pudessem ser ocupadas e disponibilizadas para a reforma agrária. Assim nasce o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER) precursor do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que contava com o apoio do governo do Estado para ocupar as terras não devidamente utilizadas, dentro da lei, com base legal em um dispositivo da legislação gaúcha que estabelecia a expropriação de terras ociosas para fins de reforma agrária (SCHILLING *apud* LEITE FILHO, 2008, p.50).

Uma pista importante sobre as verdadeiras motivações de Mourão Filho na conspiração política que levou ao golpe é encontrada nos itens que ele menciona como os responsáveis pelo grande “plano articulado” de Brizola. Apenas um dos itens pode ser tomado como uma questão estritamente relacionada com a hierarquia militar. Naquela ocasião, a Constituição de fato proibia a participação política dos sargentos. Esse tema era questão importante para os militares, preocupados com a possível politização dos praças envolvidos em política, o que poderia interferir no tradicional respeito às hierarquias militares. No entanto, Mourão Filho, como militar, não se ateu a este quesito ligado às Forças Armadas para questionar as reivindicações de Osvino e Brizola, tomando todo o conjunto de postulações — incluindo as de caráter estritamente social, como o voto dos analfabetos e as Reformas de Base — como um grande plano de subversão no país. Desta forma, o general demonstra, pela primeira vez e de forma bem clara, mais afinidade à teoria instrumental das Forças Armadas, que considera um golpe de classe o movimento de 64, do que com a teoria organizacional, que coloca os militares como defensores, em primeiro lugar, dos preceitos militares quando atuaram no golpe.

Após a convenção dos sócios da FARSUL, Olympio Mourão Filho havia tomado uma importante decisão:

“Retirei-me da mesa dos debates e fui para casa dormir, absolutamente disposto a começar uma contraconspiração para impedir que uns loucos furiosos transformassem este país numa fogueira. Eu ia dormir, mas estava acordado desde aquele momento. Não parei mais de trabalhar contra eles. Não recuarei. Eles me terão pela frente.

Nada tenho contra João Goulart. Acho-o até um bom homem e simpático. Mas ele não porá fogo no Brasil” (MOURÃO FILHO, 1978, p.102)

Começa, desta forma, a nascer conspiração que Olympio Mourão Filho levaria a cabo durante os próximos anos e o “desfecho” que ele provocaria em 1 de abril de 1964, atuando em todos os Estados por que passou a serviço militar — Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e por fim, Minas Gerais. Mourão Filho buscava apoio em diferentes áreas como a burguesia industrial, setores do clero, os donos de veículos de imprensa e as Forças Armadas, alardeando para membros destes setores sobre o suposto “golpe definitivo para a instalação da república sindicalista do sr. Brizola”.

3.1 Mourão Filho e sua conspiração secundária

Quando Olympio Mourão Filho partiu para a sua campanha conspiratória pelo país, ele considerava que seus colegas oficiais militares e setores importantes da sociedade civil, como o clero e o empresariado, estavam “dormindo” como ele estivera até pouco tempo atrás, ante o perigo que o país supostamente estava correndo, e que era preciso, portanto, “acordá-los”. Mas o que Mourão Filho não sabia ainda naquele momento, era que estes setores jamais dormiram; desde que João Goulart assumiu o poder, eles trataram de cuidar de seus interesses em comum. Já atuavam há bastante tempo nos bastidores, numa conspiração muito mais profunda, complexa e articulada do que sua. Esta conspiração paralela à de Mourão Filho envolvia também amplos setores da sociedade civil, como intelectuais conservadores, profissionais liberais e segmentos religiosos, todos de diversos matizes ideológicos, mas com alguns pontos em comum que os faziam trabalharem na mesma causa: proteger suas relações econômicas em associação com o capital multinacional; seu profundo anticomunismo, seus valores cristãos e sua ambição de readequar e reformar o Estado mais de acordo com seus interesses liberais (DREIFUSS, 1981).

Em novembro de 1961, enquanto Mourão Filho ainda estava “dormindo”, foi oficialmente fundado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que veio a somar

forças com o já atuante Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Segundo Dreifuss (1981, p.164), “o IBAD agia como uma unidade tática e o IPES como centro estratégico” da conspiração. O IBAD atuava de forma a penetrar nos círculos militares, estabelecendo ligações destes com empresários e políticos conservadores, unindo-os sob um mesmo abrigo político-ideológico, na defesa de seus ideais, que julgavam correr perigo com a ascensão das classes trabalhadoras representadas pela ascensão do governo João Goulart. O IPES tratava da propaganda no âmbito público, chegando a controlar a mídia audiovisual e a imprensa de todo o país (DREIFUSS, 1981), visando convencer a população da capacidade técnica dos empresários em dirigir os rumos do país. O IPES teria a finalidade de estudar os problemas nacionais, identificando as supostas soluções. Mas nos bastidores, o complexo IPES/IBAD tornou-se o verdadeiro partido da burguesia industrial, que detinha o poder econômico desde sua ascensão no governo de Juscelino Kubitschek, mas que ainda carecia de poder político. O IPES/IBAD reuniria sob uma mesma linha a ação contra o governo de Goulart as forças de oposição que encontravam-se dispersas. Menos Mourão Filho, que apesar de estar cada vez mais alinhado com os ideais dos conspiradores da vertente liberal, ainda desconfiava de alguns dos membros deste grupo, e assim não entrou de vez na conspiração destes membros mais estruturados. Sua conspiração solitária e paralela, no entanto, foi acompanhada de perto por estes elementos.

O IPES/IBAD também tornou-se bem-sucedido na sua aproximação com as Forças Armadas, especialmente dos oficiais que tinham a sua matriz ideológica alinhada com a ESG. A intenção deste grupo de militares era neutralizar a disposição de oficiais nacionalistas das Forças Armadas que, de alguma forma, apoiavam as reformas sugeridas por João Goulart. Os escritórios do IPES no Rio e em São Paulo eram os locais onde os diversos segmentos da reação dispunham de um espaço de debates para planejar as articulações civis-militares contra o governo (DREIFUSS, 1981). Muitos militares já atuavam dentro do IPES e do IBAD, de modo que a aproximação com o grupo da ESG foi bastante facilitado. Um dos militares mais atuantes nesta fase da conspiração era o General Golbery do Couto e Silva, que era encarregado da coordenação geral das operações militares e de informação. A rede de militares ligados ao IPES serviu para propagar no meio das Forças Armadas sua visão política liberal através de relatórios. Este material político tinha como meta preparar os espíritos do médio escalão do Exército para um iminente golpe militar. “Os ativistas do complexo IPES/IBAD participaram diretamente na maior parte dos planejamentos secretos para derrubar o governo” (DREIFUSS, 1981, p. 368).

O Grupo IPES/IBAD organizou-se no “Estado-Maior informal” do movimento. Era chefiado pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco, que tinha ainda Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva. Segundo René Armand Dreifuss, esta reação contra o governo e contra a ascensão das camadas populares tinha outra duas vertentes: os *extremistas de direita*, um pequeno grupo marginal com posições radicais anticomunistas, cuja defesa da modernização industrial conservadora ia ao encontro dos ideais do grupo IPES/IBAD/ESG; e os *tradicionalistas*, aqueles que não receberam treinamento na ESG e que, portanto, não compartilhavam de sua ideologia baseada na doutrina de Segurança Nacional. São chamados de “tradicionalistas” porquanto não apresentarem nem defenderem um projeto modernizante baseado no liberalismo industrializante para o país, e apresentarem características do conservadorismo que os ligava por este ponto ao complexo “ipesiano”. Olympio Mourão Filho poderia ser caracterizado ideologicamente como pertencente a este segmento da reação ao governo João Goulart. Esta vertente também se aproxima da teoria organizacional das Forças Armadas (COELHO; CARVALHO), em que militares teriam se incomodado mais com os casos de indisciplina e quebra de hierarquia dos praças durante o período final do governo João Goulart do que com preocupações sobre o modelo político-econômico adotado. Se Mourão Filho, de fato, poderia ser enquadrado entre os tradicionalistas por conta de seu pensamento altamente conservador em conjunto a uma falta de projeto nacional aliado com a burguesia e setores do capital estrangeiro, especialmente dos Estados Unidos, no entanto, aos poucos — não obstante sua falta de projeto político persistir até o final — Mourão Filho foi se aproximando cada vez mais dos setores não-militares da conspiração. Sua atuação nos bastidores continuou obstinada e de certa forma, “independente” na medida em que se recusava a participar com os outros conspiradores de forma colaborativa e com a união de forças (a conspiração dos ipesianos não era tão secreta assim, já que se tratava de divulgações de material para o grande público, de modo que não se pode dizer que Mourão Filho desconhecesse a atuação daqueles conspiradores. Ele apenas desconfiava, como foi dito, de sua base ideológica importada dos Estados Unidos); preferia, antes de mais nada, buscar apoio em setores conservadores políticos, empresariais e religiosos por conta própria; mas dessa forma, se distanciando dos militares tradicionalistas que podiam ser enquadrados na teoria organizacional das Forças Armadas. Estes setores civis consultados por Mourão Filho só queriam uma coisa dos militares: que eles usassem do monopólio do uso da violência, prerrogativa das Forças Armadas, para a derrubada do governo pela força das armas.

A conspiração levada a cabo por Mourão Filho, que ele acreditava ser “a maior das Américas”, na verdade era uma espécie de apêndice da conspiração maior, fomentada pelo complexo IPES/IBAD. Os oficiais militares deste grupo monitoravam e controlavam os passos de Mourão, usando-o para chamar a atenção, enquanto atuavam secretamente nos bastidores, organizando os movimentos do golpe.

3.2 **Ligações empresariais**

O primeiro passo de Mourão na sua longa conspiração foi dado em viagem a Porto Alegre, em 13 de janeiro de 1962, depois de ter “aberto os olhos”. E a primeira pessoa com quem Mourão Filho foi se reunir para tratar do assunto, encorajado pelo general Ramão Menna Barreto, seu chefe no Estado-Maior, não foi exatamente um militar, mas logo o presidente da FARSUL, Saint Pastous, encontro realizado dia 15 por intermédio do general Penha Brasil. Durante a conversa, o general Mourão Filho tratou de relatar seus receios com o latifundiário, a de que o país encontrava-se sob uma grande conspiração contra as instituições republicanas que vinha do seio do governo. Relatou a Pastous a conversa que tivera com Osvino e Brizola, os pontos que ambos (Osvino e Brizola) defendiam e que Mourão Filho considerava o plano de uma grande desestabilização nacional para a implementação de uma república sindicalista. Sabia ele que a história contada teria a melhor das recepções nos ouvidos do grande latifundiário, por conta de suas divergências com a atuação de Brizola e sua iniciativa de politizar os camponeses na luta pela reforma agrária.

Mourão Filho também tomou a liberdade de sugerir uma diretriz de atuação para os membros da FARSUL, pois considerava que os donos de terras estavam agindo de modo errado. Nestas sugestões, dadas a um civil com preocupações materiais causadas pelo levante dos agricultores sem-terra no Estado do Rio Grande do Sul, Mourão Filho, de fato, demonstra claramente o seu desejo de instrumentalizar as Forças Armadas para uma causa de classe social. Sua sugestão, registrada em diário no dia 18 de janeiro de 1962, dizia respeito a três fases em que tanto os militares quanto os civis precisavam trabalhar em conjunto: a primeira fase dizia respeito ao processo eleitoral. Mourão Filho via a necessidade de derrotar os correligionários de Brizola — além do próprio Brizola — nas urnas, fazendo o maior número de candidatos a deputado da oposição, ao mesmo tempo em que faziam uma articulação de forças para reagir; a segunda fase era relacionada à captação de recursos financeiros para o apoio às eleições, por um lado, e para aquilo que ele chamou de “movimento

contrarrevolucionário” por outro, que ficaria a cargo dos comerciantes e industriais; e por fim, os militares propriamente ditos, que ficariam encarregados das articulações no campo das operações militares.

Apesar de nitidamente comprovar que Mourão Filho tinha muito mais do que intenções meramente militares nas suas manobras, ainda assim podemos analisar duas de suas questões como naturais. A atuação política dos oficiais era um costume nas Forças Armadas, que parecem se incomodar apenas quando este movimento parte dos elementos mais baixos na hierarquia militar, como os sargentos, por exemplo. De fato, trabalhar para a eleição do candidato da sua predileção, bem como tentar levantar recursos financeiros para a campanha constituíam, como constituem até hoje, práticas tradicionais das democracias. No entanto, o que não cabe nesta avaliação é a incitação das forças militares para a intimidação, sugeridas por Mourão Filho na sua terceira proposta. Mais uma vez, o general se coloca claramente ao lado de uma faceta antidemocrática.

Em fevereiro de 1962, Mourão Filho tentou convencer o senador Segadas, também militar, das supostas intenções de Brizola. Segundo ele, a primeira fase seria a derrubada do parlamentarismo e a volta do presidencialismo, para que o governo pudesse recuperar “a força que este regime não permite” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 120). Em sua mais alta especulação, o general chegou a afirmar que Tancredo Neves era “um dos principais chefes da conspiração”. No entanto, acertou quando disse que Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e outros, estariam dispostos a apoiar a volta do presidencialismo, por serem eles naturais candidatos a presidente da República e não a primeiros-ministros, tendo a intenção de que seus mandatos tivessem os plenos poderes de um presidente.

Com Segadas, pela primeira vez Mourão Filho deixa claro o que mais temia: que os correligionários da legalidade e da democracia dessem um fim no incipiente parlamentarismo, para depois darem um suposto golpe no próprio parlamento, fechando-o para implementar uma ditadura que então prepararia o terreno para uma república sindicalista (MOURÃO FILHO, 1978, p.120). No entanto, Mourão Filho não fora bem-sucedido na sua tentativa de persuasão. O senador mostrou absoluta descrença nas conjecturas do general. “É um homem inteligente, o Segadas, mas continua dormindo” (MOURÃO FILHO, 1978, p.121)

Em março de 1962, Mourão Filho foi a São Paulo conversar com o comandante do II Exército, Nelson de Melo. Mourão fora contar o mesmo relato ao comandante, acrescentando que estava montando uma grande articulação no Sul. Desta vez, o general conseguiu solidariedade e promessas de apoio.

De forma até certo ponto surpreendente, Mourão Filho deseja a seguir entrar em contato com dois dos três ministros militares que, menos de um ano antes, estava disposto a combater em armas, acusando-os então de golpistas: o almirante Sylvio Heck e o marechal Denys. Segundo ele, Sylvio Heck era “um grande revolucionário” (MOURÃO FILHO, 1978, p.123), e apesar de afirmar não ter simpatias por Odylio Denys, teve uma conversa com ele, pois precisava ir “engolindo estes sapos” pois o marechal tinha amigos na ativa que podiam ser articulados. Também disse que oportunamente, encontrar-se-ia com Cordeiro de Farias, o mesmo que, não muito tempo atrás, acusou de “cérebro doentio” e pai desta “traficância” — referindo-se ao material que se estudava na Escola Superior de Guerra.

A próxima etapa da conspiração de Mourão Filho foi a procura de pessoas ligadas à mídia. No final de maio de 1962 ele voltou a São Paulo. Não encontrou Nelson de Melo, mas Edmundo Monteiro e Assis Chateaubriand, dos Diários Associados, aos quais pediu apoio para as articulações políticas da eleição de outubro para deputados da Câmara. De lá, ainda teve outra reunião com o marechal Denys no Rio. Em 1963, Mourão relata encontros com Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de São Paulo. Num destes encontros estava também o jornalista e político, dono da Tribuna de Imprensa. Nesta reunião, Mourão Filho falou “uma hora” e Carlos Lacerda não se pronunciou, causando incertezas no general. “Que há com ele? Não confia em mim?” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 191). Em outra ocasião, testou o jornalista, perguntando se ele aceitaria ser eleito presidente para completar o mandato de Goulart, no caso de Mourão Filho agitar as tropas para a derrubada do governo — nota-se que Mourão Filho fala abertamente de sua conspiração com elementos civis. Lacerda, meio cético, se coloca à disposição, mas não sem antes dizer que duvidava da capacidade de Mourão Filho tirar as tropas dos quartéis. O general não obtém sucesso nessas empreitadas e sua conspiração, se solitária, é muito mais pela recusa e prudência dos outros do que por uma vontade pessoal de Mourão Filho de permanecer isolado.

Apesar de não perceber, na sua conspiração em São Paulo e, mais tarde, em Minas Gerais, ele tratava com pessoas ligadas ao IBAD, dando muito mais informação do que recebia destes colegas conspiradores.

Uma das maiores e mais importantes decisões que permitiram o sucesso do Golpe de 64 foi dada numa reunião do IPES no Rio de Janeiro, poucos meses após o fracasso do impedimento de João Goulart em 1961. Já nesta época discutia-se a necessidade de se derrubar o governo. Reconheceu-se o fato de que o marechal Denys e os demais ministros militares não conseguiram êxito por uma questão preponderante: o sucesso de Leonel Brizola

em conquistar a opinião pública através da Cadeia da Legalidade, que constrangeu quaisquer medidas que visassem o impedimento. Os militares logo perceberam que para legitimar o iminente Golpe, deveriam incentivar manifestações públicas de repúdio ao governo de João Goulart, criando assim o ambiente favorável para que pudessem atuar. Esta tarefa foi delegada à coordenação do IPES. Portanto, na época em que Mourão Filho “abriu os olhos”, outros militares já estavam, há muito tempo, atentos, se articulando para derrubar o governo.

Um dos maiores centros de conspiração era São Paulo. Não por acaso, Mourão Filho, nas suas viagens ao Estado paulista, dizia “em São Paulo há mais possibilidades, por incrível que pareça. Os paulistas civis estão mais acordados e vendo o perigo com mais nitidez do que os outros. Quanto aos militares, não sei nada ainda” (MOURÃO FILHO, 1978, p.125).

Em 15 de março de 1963, Mourão Filho foi transferido para o comando da 2ª Região Militar do II Exército, com sede naquela capital. Sua permanência na capital paulista seria relativamente breve, de apenas cinco meses. Como o próprio reconheceu em seu diário, era um desconhecido da maioria dos militares do Estado.

Àquela altura, o seu plano conspiratório contra o governo, bem como os primeiros passos após a queda de João Goulart já estavam bem estabelecidos. Segundo o que Mourão Filho pensava,

A conspiração contra o governo abrangerá tanto o **meio civil** quanto o militar; o movimento, quando estiver maduro, deverá partir de São Paulo, com a maior rapidez possível, pelo Vale do Paraíba abaixo até conseguir atingir a Guanabara: as tropas do Rio Grande, Santa Catarina e Paraná convergirão rapidamente sobre São Paulo. Tudo isso sob o comando do Pery [Bevilacqua], se eu o conseguir para a causa. Em caso contrário, sob meu comando. Se algum General de Exército for conquistado será o chefe. Este poderá ser o Cordeiro de Farias ou o Nelson de Mello. O movimento, se vitorioso, como infalivelmente deverá sê-lo, elegerá um Presidente civil para completar o quinquênio, ao passo que um conselho Militar-**Civil**, por mim presidido, estudará e apresentará as reformas à Constituição com a mudança da forma de governo. (MOURÃO FILHO, 1978, p. 180, grifo meu)

O general tinha a expectativa de que tudo ficasse pronto no prazo máximo de três anos, com tudo estando decidido, portanto, em 1965.

Este fato foi aproveitado pelos conspiradores ligados ao complexo IPES/ESG. Eles usaram Mourão Filho, de temperamento impulsivo, para camuflar as ações do IPES em São Paulo, enquanto tentavam neutralizar suas opiniões contrárias ao grupo. Suas ações foram, portanto, rigorosamente controladas pelo IPES (DREIFUSS, 1981). Em cada um dos Estados em que conspirou, Mourão encontrou pessoal ligado às bases regionais do complexo IPES/IBAD. O general acreditava que estava reunindo e insuflando a reação contra o governo, mas, na verdade, os conspiradores ipesianos já estavam bastante articulados.

“A ingenuidade do general Mourão Filho e sua superficial compreensão dos acontecimentos eram notáveis pelo fato de reconhecidamente não saber que não só a periferia do ‘seu movimento’ mas até o núcleo do ‘seu’ Estado-Maior civil-militar eram formados por líderes e ativistas do IPES (DREIFUSS, 1981, p. 391).

Não agradava aos conspiradores ipesianos que Mourão Filho atuasse como a liderança do movimento, que deveria estar nas mãos do Estado-Maior informal do Rio de Janeiro sob a liderança de Castelo Branco, com ligações empresariais, religiosas e internacionais, onde Golbery do Couto e Silva já estava trabalhando na preparação estratégica do golpe.

Mourão Filho estabeleceu o seu próprio “Estado-Maior Revolucionário”. Um ano antes do fatídico golpe militar em 1 de abril de 1964, eles já estavam discutindo as ações de campo que deveriam realizar para conseguir invadir a Guanabara. Naquele momento (8 de abril de 1963) Mourão ainda fazia todos os seus planos tendo como ponto de partida o II Exército em São Paulo. Sua tática era ocupar o QG do II Exército, de surpresa, e assumir o comando das tropas. Dessa forma, iniciaria um deslocamento através da Via Dutra em direção à Guanabara. Chegara a calcular inclusive o número do efetivo necessário para tal empreitada: “3 Batalhões do Exército e 1 da Polícia. (...) Toda força militar disponível será deslocada na direção da Guanabara” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 182).

Os planos do general também contavam com o que ele chamava de “Estado-Maior civil”. A estes elementos sem farda da sociedade também cabiam tarefas na hora do movimento das tropas. Cabia a eles:

“Organizar as defesas das cidades e dos pontos sensíveis para evitar sabotagens; ocupação de todos os sindicatos e prisão dos líderes comunistas e sindicais. Interdição da rodovia no sentido S.Paulo-Rio. Censura rigorosa dos telefones. Pôr em atividades guerrilhas (...)” (MOURÃO FILHO, 1978, p.182)

Em busca de sua “revolução democrática em defesa da Constituição”, o general Mourão Filho estava disposto a cometer atos que hoje em dia facilmente seriam caracterizados como terroristas.

Mourão Filho sabia que seu nome não tinha muito peso nas Forças Armadas e apelava para que alguém com maior gabarito (“um chefe graduado com 4 estrelas para tomar conta deste movimento”) assumisse o comando de sua “revolução”. Nas suas especulações registradas no seu diário, cogitou o nome de Castelo Branco, descartando-o logo em seguida. No entanto, ao lembrar de Costa e Silva, sentiu uma certa simpatia pelo nome. “Este talvez seja capaz. Apelarei mais vezes para ele” (MOURÃO FILHO, 1978, p. 183).

O general também deixa bastante claro que, mais uma vez, outra questão sem a menor ligação direta com suas preocupações estritamente militares era da sua maior conta. A

Reforma Agrária, ou a possibilidade de que ela fosse barganhada, segundo ele acreditava, por João Goulart e Leonel Brizola em troca de maiores poderes era o ponto decisivo, naquele momento, para que Mourão Filho ficasse de prontidão para a ação. Segundo ele, a estratégia do presidente seria a seguinte:

Eles sabem que $\frac{3}{4}$ dos deputados são grandes proprietários ou representam estes. Vão reagir [à proposta da Reforma Agrária]. Então, como conciliação, propõem a elegibilidade de João Goulart ou, na pior hipótese, a do Brizola! Este, no poder, faria a revolução.

A defesa da elegibilidade do João Goulart é feita nos termos seguintes: com a mudança para o presidencialismo, ele ficou inelegível; ora, ele era elegível no parlamentarismo. Logo, nada mais justo do que lhe dar a elegibilidade agora

De fato, a controversa interpretação de Mourão Filho, que poderia, a qualquer momento, fazê-lo colocar tropas na rua para depor o presidente da República era que João Goulart não queria realmente a Reforma Agrária. Com base na leitura do livro de um jornalista anticomunista, Oswaldo Peralva, lançado em 1960, intitulado O Retrato, Mourão Filho pensava que a proposta era mera “agitação enquanto disto se puder tirar resultados políticos; mas, realmente, ela [a Reforma] não deve ser feita” (MOURÃO FILHO, 1978, p.185-186). Como se a proposta de uma Reforma Agrária fosse uma briga fácil de se comprar diante de poderosos latifundiários brasileiros. Ou como se a Reforma Agrária não fosse uma necessidade imperiosa num país com tantos latifúndios e tantos trabalhadores rurais sem terras.

No episódio em que João Goulart demite o general Amaury Krueel do ministério, em junho de 1963, podemos ver, através de um curto trecho de seu diário, que Mourão Filho, de fato, estava ciente de que havia, pelo menos, um outro grupo conspirador atuando contra o governo. Foi quando Mourão Filho relata a chegada de Krueel no Rio de Janeiro. “[Krueel] desceu do avião no Rio e os Generais, chefiados pelo Costa e Silva, foram recebê-lo e **cantá-lo para o golpe ou revolução**” (MOURÃO FILHO, 1978, p.189, grifo meu). Fica claro perceber que Mourão Filho sabia ou, pelo menos, desconfiava, que no Rio de Janeiro haviam generais conspirando contra o governo. De fato, por diversas vezes ele tentou acessar esse grupo através do marechal Denys, mas pelas dificuldades de acesso, sempre considerou esse grupo “impenetrável”.

Apesar disso, pelo menos uma vez o general se encontrou com Denys em Petrópolis, na casa do juiz Antônio Neder, numa reunião em que também estava o notório Francisco de Campos, conhecido como “Chico Ciência” e onde se discutia os rumos da conspiração.

3.3 Gen. Guedes: em Minas termina a conspiração e começa o golpe

No final de agosto de 1963 o general Mourão Filho foi transferido para o comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do Exército, sediados em Juiz de Fora-MG. Lá chegando, encontrou outros militares e civis mobilizados na conspiração, dentre os quais o general Carlos Luís Guedes, com quem passaria a dividir as responsabilidades de ação.

Carlos Luís Guedes era um general que certamente se enquadraria naquilo que o historiador René Dreifuss classificou como “tradicionalista”, católico fervoroso e ainda mais conservador que o próprio Mourão Filho. Durante a renúncia de Jânio Quadros, que desencadeara toda a crise que teria como desfecho o golpe de 64, Guedes encontrava-se em Juiz de Fora, de férias. Tomando ciência dos acontecimentos, decidiu que deveria ter uma atuação contundente, já antevendo os problemas por que passaria o país dentro daquela situação de crise política e institucional. Era necessário que o general Guedes assumisse um comando de tropa. Embora, naquele momento, pleiteasse o comando da ID/4²⁰, com sede em Belo Horizonte, conveniente primeiro por estar junto ao poder político do Estado de Minas, governado então por um dos maiores conspiradores civis daquele período: Magalhães Pinto, e segundo, pela posição central dentro do Estado, a ele coube o comando da ID/5, com sede em Ponta Grossa, Paraná, em 25 de julho de 1961, cargo que não chegou a assumir, tendo em vista os acontecimentos desencadeados pela renúncia de Jânio um mês depois, e o marechal Denys, Ministro da Guerra, resolveu mantê-lo em Minas. Em dezembro, de fato, o general Guedes assumia o comando da ID/4.

O general Carlos Guedes não foi um dos militares que, como o marechal Denys, deram-se por satisfeito com a solução do parlamentarismo. Em conversa com o general mineiro, Denys argumentara que uma reação das Forças Armadas não se fazia necessária com o arranjo da emenda parlamentarista que tirava poderes do indesejado João Goulart, no que Carlos Guedes, desapontado, afirmou depois que “um tanto amargurado, deixei o gabinete do ministro com o pressentimento de que, mais tarde e já em condições desvantajosas, teríamos de lutar” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 37)

Para os planos que o general Guedes vislumbrava colocar em prática em breve, o Exército sediado em Minas não seria suficiente, por conta do seu efetivo relativamente reduzido. Mas havia uma alternativa que, de fato, foi utilizada:

²⁰ ID: Infantaria Divisionária, uma seção de soldados de uma Divisão do Exército

Mas havia a polícia militar, com efetivo de 18 mil homens, instruída nos moldes do Exército, sendo mesmo grande parte recrutada entre seus reservistas, sob rigoroso critério. Afeitos à luta pelos riscos inerentes à própria profissão, disciplinados, aparecendo sempre bem nas apresentações coletivas, compunham tropa em que se podia confiar e a que se se podia atribuir as mais difíceis missões. (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 47)

Para argumentar contra a demanda dos “comunistas”, que estariam a fim de subverter a ordem através da influência no meio operário, o general Carlos Guedes afirma de forma simplória que a desigualdade, antes de ser uma injustiça, é uma necessidade, pois dependemos uns dos outros “sendo cada peça indispensável de um conjunto, por mais insignificante que pareça a sua função” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 52). Os comunistas faziam apenas “envenenar tudo, abalando fundamentos, incentivando divergências, reavivando ressentimentos, criando o descontentamento, desunindo, intrigando para finalmente transpor o que fosse obstáculo aos seus planos” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 52). Para aqueles que, como o general, gozavam de uma posição privilegiada na sociedade desigual brasileira, era mais do que natural que a defesa da “ordem” estivesse sempre entre as suas maiores prioridades. Em relação a isto, muitos oficiais simplesmente esquecem seus deveres meramente constitucionais, ou melhor dizendo, usam-nos para fins que não os estabelecidos, como por exemplo, manter os estamentos em seus devidos lugares. Sobre isso Carlos Guedes tinha uma visão quase medieval, onde cada elemento dentro de um estamento tinha uma função determinada e com ela deveria conforma-se no resto da vida, pois assim que deus determinava, cada estado com sua função específica. Com esta visão, deixa-se de discutir questões como imensos latifúndios nas mãos de poucas pessoas em detrimento de milhares de trabalhadores sem-terra explorados; salários baixos e condições degradantes de trabalho nas fábricas; educação precária e falta de acesso das classes mais pobres ao ensino superior; tudo isso era irrelevante aos olhos de certos membros das elites brasileiras, pois a manutenção da lei e da ordem, com tudo o que ela teria de bom e de ruim seria a coisa mais importante acima de todas as outras, e o fato desta mesma ordem privilegiá-los talvez fosse apenas uma mera coincidência. Um diálogo de Carlos Guedes com o general Humberto Castelo Branco é revelador neste sentido. Castelo Branco, em visita ao governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, ouve deste que “se alguém quisesse lutar pela liberdade, poderia correr para Minas”. Confuso, foi perguntar ao seu colega militar mais tarde, Carlos Guedes, o que o governador queria dizer. Carlos Guedes então confessa: “Exatamente o que ele disse. Se a situação nos levar a ter que lutar para **conservar nosso estilo de vida**, Minas será um baluarte, qualquer se seja a situação do resto do país” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 106, grifo meu).

Em junho de 1963 Jair Dantas Ribeiro foi designado o novo ministro da Guerra e fez importantes mudanças nos postos de comando do Exército. Uma delas foi a mudança do general Olympio Mourão Filho de São Paulo para Minas Gerais. Em agosto, Carlos Guedes assumiu o comando da 4ª Região Militar, com sede neste Estado, transmitindo-o a seguir, no dia 28, ao general Olympio Mourão Filho. A transferência de Mourão Filho para Minas causou estranheza tanto em Carlos Guedes quanto ao governador de Minas, Magalhães Pinto. No entanto, Mourão Filho, para a surpresa de Guedes, abriu-se desde o início com relação a suas ideias. Contou que vinha articulando um movimento, desde Santa Maria para depor Jango. Citou o nome tanto de militares quanto de civis que ele contava na conspiração. Ainda desconfiado do temperamento de Mourão Filho, Carlos Guedes apenas ouvia. Mourão Filho não parece ter causado uma boa impressão na sua chegada, sentimento que permaneceu depois do golpe de 64.

“Mourão tem memória deficiente e também algo fantasiosa. Em entrevista concedida a O Globo, e, 31 de março de 65, um ano após o movimento, iria declarar: ‘Poucos dias após ter assumido o comando, fui a Belo Horizonte. Até então eu não tinha tido nenhum contato com o general Carlos Luís Guedes, comandante da Infantaria Divisionária de minha Divisão. Mas o Marechal Denys me havia informado que lhe podia falar francamente. Foi o que fiz. No mesmo dia, fomos juntos ao governador Magalhães Pinto. Quando ainda estava em São Paulo, o Brigadeiro Eduardo Gomes mandara dizer-me que eu poderia ligar-me com o Governador Magalhães Pinto, que estava inclinado a tomar partido da revolução. De resto, o Sr. José Maria Alkmin, que fora a São Paulo algumas vezes e era companheiro de primeira hora, disse-me o mesmo a respeito do Governador de Minas. Não tive, pois, nenhuma cerimônia. Logo no primeiro encontro, ficou combinado que marcharíamos para a revolução’

Carlos Guedes e Mourão Filho tiveram uma reunião com o Governador de Minas a portas fechadas, onde as divergências de táticas ficaram latentes. Guedes tinha como finalidade deter-se na divisa de Minas com o Estado do Rio, enquanto Mourão Filho queria avançar diretamente sobre o então Estado da Guanabara.

Durante o relato da estratégia de Mourão ao governador de Minas, que incluía o embarque da 10ª RI ao cair da noite, em forma de surpresa, lançando o sinal para o levante do Exército. Em seu relato de memórias, Carlos Guedes não se furta a fazer pouco caso de tal tática militar. “Ocorreram-me ser Mourão leitor de histórias em quadrinhos, ideia que me fez sorrir” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 112). Guedes duvidava do elemento surpresa, além da formação dos soldados para um possível combate. Considerava a ideia impraticável. Além do mais, Guedes temia que um fracasso num golpe precipitado pudesse dar a João Goulart e aos elementos “comunistas” que o influenciavam, as justificativas para o plano que tinham em vista. Guedes achava melhor ainda a cautela, manterem-se em estado de defesa, e não de

ataque, pois não poderiam contar com a total inépcia dos militares leais ao governo Jango. Guedes ainda esperava uma ação inquestionavelmente comprometedoras do governo que justificasse uma ação deste porte. Até então, considerava João Goulart um elemento que, bem ou mal, controlava seus correligionários mais radicais, como Leonel Brizola, não por “virtude ou vontade ou mesmo compreensão, mas por incapacidade e indecisão”. Aparentemente, segundo Carlos Guedes, era um conciliador, escolhendo a forma ponderada ante situações extremas com que tinha que lidar no governo. Para ele, ainda não era hora de partir para o ataque e dar condições dos elementos mais radicais que apoiavam Jango ter justificativas para acelerarem os seus planos maliciosos.

O acordo entre o recém-chegado Mourão Filho e as intenções já estabelecidas de Carlos Guedes se deu com a condescendência de Mourão Filho em aguardar. Queria pelo menos ajustar os meios disponíveis para a ação: o entrosamento do seu Estado-Maior Revolucionário com a polícia militar do Estado de Minas, no que Carlos Guedes concordou de pronto.

Depois de convencer o general Mourão Filho de que só uma atitude intempestiva do governo em direção aos subversivos poderia fazer a conspiração desencadear o golpe, Carlos Guedes se convenceu de que era hora de mudar da atitude defensiva para a ofensiva no momento após o Comício da Central em 13 de março de 1964. A defesa da reforma agrária através de desapropriação de terras federais já constituía a afronta que Guedes queria ver sendo praticada pelo governo, que justificasse uma ação mais enérgica. Além disso, como outros oficiais, considerou uma afronta calculada o fato do comício ter sido realizado bem ao lado do Palácio Duque de Caxias, na Central do Brasil. Guedes interpretou este ato como uma tomada de posição por parte de João Goulart, e que a partir dali não haveria mais volta: o presidente sucumbira ao lado extremista de esquerda de seu governo.

Uma semana após o polêmico comício do dia 13 de março, Magalhães Pinto tornou público um manifesto que leu em cadeia de rádio e televisão, incitando mais problemas para João Goulart e encorajando os ainda indecisos a lutarem, literalmente, contra as atitudes do governo. Em seu depoimento, transcrito no livro de memórias do general Carlos Guedes (1979) o governador de Minas afirma ser a favor das ditas reformas de base, assim como outros deputados ligados a latifúndios improdutivos e partidos conservadores também já tiveram a oportunidade de anunciar anteriormente. Mas como todos eles, curiosamente apresentam diversos “poréns” para não pôr em prática de uma vez tais medidas reconhecidamente urgentes. Magalhães alega que, não obstante sua simpatia para com as

reformas, não reconhecerá, assim como o povo, a autenticidade daqueles que se acham os donos das mesmas, utilizando-se delas como pretexto para a agitação. Assim, encontrando escusas em toda parte, é possível apresentar uma opinião pública favorável sobre qualquer assunto e, ao mesmo tempo, “lutar” para que ela não aconteça, sem parecer incoerente. Hoje em dia, olhando retrospectivamente, podemos perceber como estes supostos defensores conservadores das “reformas de base” estavam blefando. Se o problema era João Goulart e seus apoiadores extremistas, por que a reforma agrária não foi feita a partir do momento que eles já não faziam mais parte do governo, derrubados que foram pelo golpe? Onde estariam aqueles que se diziam a favor da reforma desde que ela não fosse usada como instrumento político, a partir do momento em que tiveram poderes para isso — pelo menos até 1968, quando o AI-5 fechou as portas do Congresso?

Magalhães continua seu manifesto e apela ao povo, especialmente o mineiro, colocando-se como porta-voz de suas ambições. O “povo”, segundo ele, repele o golpe e o continuísmo que via nas atitudes do governo Jango. Faz previsões de que estas medidas apresentadas no Comício da Central podem levar a “guerra fratricida”, que revolução comandada de cima não é outra coisa senão golpe de Estado. Espera que os deputados possam barrar no Congresso as medidas que João Goulart apresentou no Comício, e faz um apelo não tão velado às Forças Armadas, lembrando-as de suas prerrogativas, as velhas zeladoras da “lei e da ordem” para estarem atentas a quaisquer eventualidades. Afirma que o pronunciamento é também um chamado a todos os mineiros, para que, juntos, possam preservar a “democracia e a tradição cristã”, e termina com uma conclamação à la revolucionário: “BRASILEIROS! Juntos, lutemos pela paz” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 173-75).

Ao lado de Magalhães Pinto no grave pronunciamento transmitido pela TV, estava o coronel da polícia José Geraldo, responsáveis pelos 18 mil homens da corporação em prontidão para quaisquer eventualidades. Em Minas, já eram mantidos sob vigilância postos e depósitos combustíveis, casas de armas e munições, emissoras de TV, sindicatos e bancos. A partir deste momento, a conspiração pela primeira vez deixa o plano teórico e começa a ganhar o campo de ação verdadeiramente.

O episódio envolvendo o cabo Anselmo no sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro foi mais um que serviu para colocar os conspiradores em rota de ação. Mourão Filho estava em Ouro Preto nesta ocasião, 27 de março, e fora convocado às pressas a Belo Horizonte pelo general Guedes, que o colocou a par do episódio no Rio de Janeiro. Àquela

altura, o antes receoso general Guedes encontrava-se plenamente convicto de que a ação militar se fazia iminente.

No dia seguinte, uma reunião em Juiz de Fora marcou não só os últimos preparativos para a ação, como também a bênção de, pelo menos, um dos setores conspiradores para o golpe iminente. Nesta reunião, junto com Mourão Filho e Carlos Guedes, estavam o governador de Minas e o marechal Denys. O brigadeiro Eduardo Gomes e o marechal Dutra, figuras de proa da conspiração, foram convidados, mas declinaram. Mourão Filho mandara um representante a São Paulo para contar com o apoio do comandante do II Exército, Amaury Kruel. Este preferiu não se comprometer, afirmando que a crise com os marinheiros seria contornada e que não era hora para colocar tropas na rua. Carlos Guedes, por sua vez, mandou emissário para o governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Também obteve resposta cautelosa: “São Paulo não repetirá 32, mas está de acordo com qualquer iniciativa e pronto a acompanhá-la” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 186).

O plano estava feito. As tropas do Exército reforçadas da polícia militar mineira deveria marchar sobre a Guanabara saindo de Juiz de Fora,

...tendo como primeiro objetivo, a linha Paraíba-Paraibuna, divisa com o Estado do Rio. Dependendo do comportamento da tropa sediada na Guanabara, conforme as ocorrências, o destacamento prosseguiria sua marcha ou lutaria, defensivamente, no corte do Paraíba e, posteriormente, se fosse o caso, em ação retardadora sobre o eixo da BR-3 (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 189)

Segundo Carlos Guedes, Mourão Filho tinha escolhido a data de 1º de abril para o mais indicado ao movimento das tropas rumo ao Rio de Janeiro. Numa oposição à data escolhida com justificativa que soava totalmente provinciana, Carlos Guedes sugeriu o dia 30 de março para o golpe, não apenas porque o dia 1º de abril era uma data que ninguém tomaria a sério, mas porque “dia 30 é o último dia de lua cheia, e eu não tomo nenhuma iniciativa na minguante; se não sairmos sob a cheia, irei esperar a lua nova e, então, será muito tarde (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 193).

Assim, a data preestabelecida ficou sendo mesmo o dia 30 de março. No dia 29, nova reunião no gabinete do comando-geral da polícia militar de Minas, onde ficou deliberado sustar o curso de aperfeiçoamento de oficiais, recolhendo-se os capitães-alunos às respectivas unidades; cessarem todas as licenças-pênis e férias anuais; suspender o patrulhamento “cosme e damião” para colocar os destacamentos em ordem de marcha, entre outras medidas que visavam a preparação para a ação. A expectativa crescia cada vez mais entre os militares tanto das Forças Armadas sediadas em Minas quanto da própria polícia militar. O que estavam

prestes a fazer não era pouca coisa, estavam cientes dos riscos de morte e de uma batalha que poderia durar muitos dias, para os quais contavam com provisões para três meses.

Segundo Carlos Guedes, a reunião de oficiais e sargentos que promoveu no dia 30, às 14 horas no seu quartel rigorosamente marca o início da “Revolução Mineira”. Em seu pronunciamento nesta reunião, Guedes afirma que a partir daquele momento, desligar-se-iam do governo federal e passariam a constituir “força autônoma integrada na Revolução” (GUEDES, Carlos Luís, 1979, p. 202). E Mourão Filho, o que entrou para a história como o que “colocou as tropas na rua?”

Ao saber dos acontecimentos que permearam esta reunião, através de informações que chegaram até Juiz de Fora através de um repórter do Jornal do Brasil, Mourão Filho ligou para Guedes a fim de obter esclarecimentos. Carlos Guedes assume que ambas as conspirações, tanto a de Mourão Filho quanto a dele, “corriam em leitos paralelos, jamais se tendo ajustado”. Hierarquicamente falando, Guedes era subordinado de Mourão Filho, mas isso não o impedia de tomar a frente em certas ocasiões, atropelando as pretensões de Mourão. Guedes simplesmente o havia esquecido durante a reunião do dia 30, quando, reconhece, deveria ter entrado em contato com ele. A justificativa era de que, mesmo subordinada a Juiz de Fora, Belo Horizonte, por sua importância estratégica, sentia-se “acima”. Mourão Filho, segundo relato de Guedes, estava exaltado ao telefone, preocupado com a repercussão desse levante.

No entanto, após a transmissão na TV do episódio envolvendo Jango no Automóvel Clube, Mourão havia se decidido: colocaria em ação o plano.

A falta de apoio da opinião pública na tentativa de impedimento de João Goulart em 1961 foi uma lição que os conspiradores aprenderam bem. O próprio Mourão Filho, através da atuação daquilo que ele chamava seu “Estado-Maior Civil”²¹ tratou de fazer a sua própria propaganda pública anticomunista. Em 1963 houve uma convenção no estádio do Pacaembu, em São Paulo, realizado por seu grupo, com milhares de pessoas representando diversos Estados para protestar contra o comunismo. O general se orgulhava do evento ter sido transmitido pela TV Tupi, de propriedade de Assis Chateaubriand. Daí em diante, o IPES se encarregaria de conquistá-la para o seu lado — ou ao menos apresentar algum fato que justificasse a reação das Forças Armadas contra o governo. Com o apoio de setores da Igreja

²¹ As características deste grupo civil que conspirava em torno do general Olympio Mourão Filho, bem como o relato detalhado deste evento no Pacaembu, que contou com a presença de pessoas importantes como os governadores Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, os deputados Armando Falcão, Júlio de Mesquita Filho, Miguel Reale, entre outros, foi documentado em um detalhado relatório do grupo publicado em anexo no livro Memórias – a verdade de um revolucionário.

Católica e organizações femininas patrocinadas pelo IPES, foram realizadas diversas marchas pelo país. A mais notória delas, a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, foi realizada 19 março de 1964 em São Paulo. Com o apoio da mídia, estava criado o clima favorável para a intervenção militar, que ganhava assim, ares de legitimidade. Mourão Filho não tardou a aproveitá-lo.

A maioria dos militares com quem o general Mourão Filho se abria a respeito das suas intenções de derrubar o presidente da República foram cautelosos em apoiar o golpe. Eles preferiam esperar para, em caso de um “golpe de Jango”, partirem para a reação, que Mourão considerava ser tarde demais. Queria antecipar-se ao presidente, imaginando que este estaria de fato planejando estender seu mandato por vias ilegais. É bastante plausível que a experiência de Getúlio Vargas e seu golpe do Estado Novo influenciava em Mourão Filho a ideia de que Jango, pupilo do ex-presidente, pudesse repetir o mesmo ato. “Eles nem se lembram de 37, quando Getúlio, Dutra e Newton Cavalcante deram um golpe em plena campanha de sucessão, fecharam o Congresso e instalaram o célebre Estado Novo. (...) Aquele que tomar a iniciativa, principalmente sendo do governo, ganha a parada tranquilamente”(MOURÃO FILHO, 1978, p.252). O fato é que Mourão Filho estava plenamente convencido de que em algum momento, isso aconteceria. E que a maioria dos seus colegas de farda continuavam “dormindo”.

Não demorou muito para que o próprio Mourão Filho percebesse a desconfiança que tanto o governador de Minas quando o general Carlos Guedes nutriam por ele. Ambos consideravam a ideia de uma ação ofensiva proposta por Mourão Filho inadequada naquele primeiro momento. Mourão, por seu turno, considerava uma parada no meio do caminho entre Juiz de Fora e o Estado do Rio suicídio, com grandes chances de serem cercados e esmagados. De forma a evitar maiores desentendimentos, Mourão Filho procurou acatar a ideia de Guedes e dos demais conspiradores de estacionar as tropas de forma defensiva em Paraibuna, mas confessa que, uma vez posta em prática a ação, tinha intenção de mudar os planos em pleno movimento de tropas. “Como eu iria junto do Comandante do Destacamento, ao chegar em Paraibuna, não deixaria parar e impulsionaria o Destacamento até onde eu imaginara, isto é, até o Rio” (MOURÃO FILHO, 1978, p.243).

Mesmo com toda a tensão dos preparativos para a ação, Mourão Filho não foi capaz de abrir mão dos festejos da Semana Santa daquele fim de mês de março de 64. Conforme relatado anteriormente, rumou para Ouro Preto na intenção de passar cinco dias. Dois dias depois, no entanto, recebeu o telefonema que o trouxe de volta a Belo Horizonte. Era o

episódio envolvendo os marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos e o cabo Anselmo. Mesmo reconhecendo que a revolta não tinha a participação do governo Jango ou sequer que tenha sido em seu benefício, Mourão Filho assumiu que “era necessário aproveitar o acontecimento”. Convenceu tanto o ainda relutante Magalhães Pinto quando o colega general Carlos Guedes, com quem mantinha recíproca antipatia, a colocarem o plano em marcha.

Mourão não confirma ser o proponente a data 1º de abril, como afirmara Guedes. Na verdade Mourão Filho, segundo sua versão, sugerira o dia 28. O governador Magalhães Pinto pediu então 2 dias para reorganizar seu secretariado. Ficou então decidido pelo dia 30 de março.

Não chegara a decisão de Magalhães Pinto, Em vez disso, houve o derradeiro episódio do governo João Goulart. O pronunciamento no Automóvel Clube, transmitido pela TV. “Ao término do discurso, cerca de 1h30min da manhã do dia 31, acendi meu cachimbo e pensei comigo mesmo que dentro de 3 horas eu iria revoltar a 4ªRM e a 4ªDI contra ele” (MOURÃO FILHO, 1978, p.309).

Somente às 18 horas do dia 31, Goulart, que se sentia seguro e não se preocupava com as Forças Armadas, contando com a fidelidade do seu dispositivo militar, ficou sabendo da revolta em Minas. Nenhum telefonema, nenhuma convocação oficial, nenhuma formalidade no assunto grande. Apenas um singelo bilhete de papel entregue em suas mãos discretamente pelo ministro da Justiça, Abelardo Jurema. Neste momento o destacamento liderado por Mourão Filho já se encontrava na região de Paraibuna, como planejado, se preparando para avançar sobre a Guanabara.

Em São Paulo o comandante do II Exército, general Amaury Krueel, ainda tentava encontrar uma solução amistosa para o imbróglio, apelando para que o presidente da República, por telefone, renunciasse ao lado escolhido, da “CGT comunista”. Ainda poderia salvar o mandato de Jango, se ele assim procedesse. Mas João Goulart já estava decidido e iria até o fim, custasse o que custasse, para não sair como traidor daqueles setores de esquerda que ele abraçou na parte final do seu mandato, especialmente depois do discurso de 13 de março. Como Pilatos, aliviado pelo desencargo, Krueel lavou as mãos e pôde assim ter a sua participação combinada com os conspiradores que saíam de Minas, colocando os tanques do II Exército na direção do Rio de Janeiro, manobra importante para o sucesso da revolta. (SKIDMORE, 1976, p. 363).

Jango, no fim das contas, não pôde contar com uma manifestação de apoio que contava para lutar pelo seu mandato. A greve geral convocada para o dia 30 e que não foi

aderida pela maioria dos trabalhadores já fora um sinal de que seria difícil repetir a mobilização popular de 1961 em defesa da legalidade. A reação neste momento era mais agressiva, e os opositores do governo tomaram a iniciativa. No Rio Carlos Lacerda, governador da Guanabara, mandou prender os líderes sindicais. Os apelos pelo rádio para que a população carioca saísse as ruas em defesa do mandato do presidente feitos pelo ministro da Justiça, Abelardo Jurema, não surtiram o efeito esperado. Muitos cariocas foram às ruas, mas impelidos pela curiosidade e não pelo senso de luta (SKIDMORE, 1976, p. 364).

Outro fator determinante foi a má vontade das tropas do I Exército, sediadas no Rio, de combater os seus colegas vindos de Minas. Os soldados enviados para “esmagar” os revoltosos que estavam em Paraibuna encontraram uma dificuldade incrível de encontrar a localização dos comandados de Mourão Filho. O fator determinante para a vitória sem um tiro da revolta de Minas foi, primeiro, o desencontro de informações. Prevendo que a situação no Rio não lhe era das mais favoráveis, o presidente voou para Brasília, deixando o general Âncora sem saber como agir; segundo, ao entrar em contato com o general Assis Brasil, foi informado de que Jango “deixara dito que não queria choque militar”. (SKIDMORE, 1976, p. 364). Desta forma, as tropas do general Olympio Mourão Filho puderam chegar na Guanabara e da forma mais tranquila possível, na sua “revolução incruenta” (Carlos Lacerda) confraternizar com aqueles que ele esperava que fossem enviados para combatê-los numa guerra. O golpe se completou na parte civil quando Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, fez o famoso discurso que declarou vaga a presidência da República, mesmo que Jango não tenha renunciado e muito menos saído do país naquele instante. Empossado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, chegava ao fim o mandato do presidente João Goulart.

3.4 O general arrependido

Agora que fora vitoriosa a rebelião militar que depusera o presidente da República pelas mãos do general Olympio Mourão Filho, a questão era saber que rumos tomaria a política institucional do país. Depois da ação precipitada de Minas que terminou com o sucesso da missão de tirar João Goulart do poder, os oficiais militares envolvidos na conspiração mais estruturada do complexo IPES-ESG estavam ansiosos por assumir a dianteira das ações e determinar os rumos dos acontecimentos. Mourão Filho colocaria

empecilhos a esta vontade ou faria valer a sua liderança como aquele que teve a coragem de tomar a decisão de colocar as tropas na rua?

Durante o golpe, Costa e Silva se “autoneou” ministro da Guerra. Os ministros militares nomeados por Mazzilli passaram por cima da autoridade política do Congresso e publicaram o Ato Adicional em 9 de abril com poderes para os militares produzirem emendas constitucionais e poder de suprimir direitos políticos, entre outros fatores, com a própria autoridade baseada no Supremo Comando Revolucionário. O AI também cancelava a cláusula constitucional que tornava inelegíveis os oficiais militares da ativa. Estavam abertas as portas para que os militares assumissem o poder executivo no país. De fato, Castelo Branco, um dos líderes da conspiração oficial do complexo IPES-ESG, foi “eleito” presidente em 11 de abril por votação no Congresso, embora Costa e Silva, um dos mais atuantes conspiradores no período 1961-64, também tivesse seus defensores dentro das Forças Armadas. A partir daí, ficava cada vez mais difícil acreditar que os militares, como em todas as outras ocasiões, repassariam o poder político para as mãos dos políticos dentro de pouco tempo, depois de expurgar os elementos indesejáveis. Como sabemos, isso só viria a acontecer 21 anos depois. Por que Mourão, que se dizia contra ditaduras, aceitou passar o comando da sua “revolução” para as mãos daqueles que ele tinha na mais baixa conta? Mourão Filho assume a responsabilidade de ter entregue o comando da “revolução” nas mãos daqueles que viriam a subverter o espírito das intenções do movimento?

Não, absolutamente. A justificativa, segundo Mourão Filho, remonta aos tempos do fatídico Plano Cohen. Mourão Filho sabia que era um general sem muito brilho dentro das Forças Armadas, ao contrário de colegas de sua mesma geração que alcançaram o prestígio na carreira militar. A “intriga” de Góis Monteiro sobre Mourão Filho a respeito da autoria do Plano Cohen teve repercussões negativas na carreira do general durante décadas, atrasando suas promoções ao máximo e relegando-o a um tempo de ostracismo. Mourão afirma em seu diário que, se não tivesse havido o “monstro” Góis, àquela altura de 1964 Mourão Filho poderia ser general de Exército, e não de Divisão, e, quem sabe, devido à sua posição legalista em 1961, pudesse ter assumido, no mínimo, o II Exército. Isso seria relevante e mudaria o rumo dos acontecimentos, pois se assim fosse, Mourão Filho afirma que não precisaria apelar para Costa e Silva. “Assumiria a Chefe do movimento, como de fato o fiz, e em seguida a do Comando Supremo [da Revolução]” (MOURÃO FILHO, 1978, p.289). Por uma questão de hierarquia militar, repassou o comando para Costa e Silva: “Eu era um general de Divisão e

encontrei no QG do Exército um general de Exército que havia assumido o Supremo Comando” (MOURÃO FILHO, 1978, p.312)

Já durante os preparativos para a ação que desencadearia, Mourão Filho já tinha a noção de que aqueles oficiais ligados ao complexo IPES-ESG tinham a intenção de assumir o comando e implementar uma ditadura. “Agora que estávamos no momento de desencadear a revolução, não era sua possível e provável derrota que me preocupava, mas a vitória, que ameaçava se transformar numa ditadura” (MOURÃO FILHO, 1978, p.298).

Consolidada a vitória do movimento, Mourão Filho não se furtou, no entanto, a entregar de bandeja o comando da “revolução” para as mãos daqueles que ele sabia serem capazes de provocar uma ditadura. Além disso, o general culpava a falta de compromisso do governador de Minas, Magalhães Pinto, que nos últimos dias não se portou com o líder civil da “revolução”, como um dos fatores de fracasso das suas intenções:

Não contente de ter rompido com todos os compromissos estabelecidos, o Sr. Magalhães Pinto conservou-se em Belo Horizonte, completamente afastado dos acontecimentos militares e deixando-me absolutamente marginalizado quanto à política.

Se ele tivesse se deslocado para Juiz de Fora — e isto era seu dever em contato comigo, provavelmente teríamos, durante o desenrolar do dia 1º de abril, chegado à conclusão lógica da necessidade de se instalar um Governo Provisório chefiado por Magalhães que me nomearia ministro da Guerra” (MOURÃO FILHO, 1978, p.311)

Sem o respaldo de Magalhães Pinto como líder da conspiração civil, Mourão Filho considerava “inominável” ter lançado mão de violência para afastar do caminho seu superior hierárquico, “sem nenhum motivo justificado”. No entanto, o general afirma que, se o conhecesse tão bem na época quanto passou a conhecer depois dos acontecimentos que levaram o país a uma ditadura militar, teria “agido revolucionariamente, isto é, teria me negado à obediência e o afastaria do recinto do QG” (MOURÃO FILHO, 1978, p.312). Alegava que nada sabia a respeito de Costa e Silva e coloca em sua responsabilidade as desgraças que então se sucederam a partir que o Comando Supremo Revolucionário assumiu as rédeas da situação.

Não obstante suas reservas quanto a Costa e Silva naquele momento de incertezas e indefinições, em que este angariou pra si o comando dos acontecimentos, e se dizendo arrependido pelos rumos que a “revolução” vinha tomando, Mourão Filho ainda se indignou, mesmo assim, de Costa e Silva não tê-lo nomeado como comandante do I Exército, preferindo entregar este importante posto de comando a um general menos graduado, Ururahy. Mas não resolveu brigar. Já estava cansado dos dois anos de conspiração e das decepções com o general Guedes e com o governador Magalhães Pinto. Àquela altura dos fatos, Mourão Filho

se arrependia amargamente dos rumos que sua atitude intempestiva causara ao país, assumiu que havia entregado os destinos do país nas mãos de um homem sem nenhuma cultura e maus hábitos, “além do defeito de ser mentiroso e pouco austero”. Afirmava que Costa e Silva e outros oficiais oriundos do Colégio Militar de Porto Alegre não tinha gabarito intelectual para compreender as teses do marxismo, tendo apenas em mente um anticomunismo rústico, e mais uma vez, repetia que o problema político do Brasil, mais do que o combate ao comunismo, jazia no sistema presidencialista, raiz de todas as mazelas, segundo ele.

A Mourão Filho, em vez do ilustre cargo de comandante do I Exército, foi oferecido por Costa e Silva a então modesta presidência da Petrobras, cargo recusado por Mourão, que teve o seu primeiro vislumbre da ditadura que nascia. Quem era Costa e Silva para nomear pessoas para cargos civis, ainda mais na Petrobras, cuja nomeação só podia ser feita pelos diretores e submetida à presidência da República, naquele momento nas mãos de Ranieri Mazzilli? Mourão Filho também recusou o cargo de adido militar em Lisboa. Apesar de não fazer menção em seu diário, é bem provável que os conspiradores que lhes tiraram das mãos o comando da “revolução” quisessem despachá-lo para longe do centro dos acontecimentos, para que pudessem, sem a constante vigilância de Mourão Filho e sua paternidade do golpe, fazer os ajustes nos rumos das coisas de acordo com a visão ideológica do grupo IPES-ESG. Mourão Filho, no entanto, não aceitou o cargo. Sua justificativa era que durante muitos anos teve que suportar militares abaixo da fila serem promovidos na sua frente na base de canetadas, e agora não gostaria de ser o beneficiário da mesma atitude, prejudicando outros mais bem preparados para o cargo.

Por fim, depois de uma rápida passagem pelo comando do IV Exército, a Mourão coube de bom grado uma vaga de ministro no Superior Tribunal Militar (STM), um órgão muito ativo naqueles anos de perseguições e condenações políticas. O STM era o órgão máximo da Justiça Militar, que após o golpe, teve uma atuação muito mais política. Como parte do Judiciário, “foi o órgão complementar do aparato de coerção política e instrumento auxiliar na estratégia de legitimação do regime” (LEMOS, 2004, p.29). Além disso, o STM funcionava como um foro privilegiado para ministros, governadores e secretários de governo de acordo com a súmula 394 do Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo que estendia a sua competência para julgar civis, principalmente aqueles acusados de crime contra a “segurança nacional”. A forma que Mourão Filho encontrou para protestar contra aqueles que, segundo ele, “desviaram o rumo da revolução” foi absolver grande parte dos acusados. Quando Costa e Silva reclamou que Mourão Filho estava sendo muito benevolente, ele

respondeu que “se a revolução queria injustamente sentenciar todo e qualquer indivíduo que estivesse sob acusação de subversão, modificasse a lei, porque [...] não iria arcar com esta tremenda responsabilidade” (LAURITA MOURÃO, 2002, p. 420).

Um mês depois, dia 3 de março, Mourão Filho deu provas de que não estava tão decepcionado com o dever, arrependido ou desambicionado de poder assim. Chamado a uma reunião pelo próprio presidente Castelo Branco com outros oficiais insatisfeitos com o autoritarismo com que Costa e Silva dirigia os rumos da “revolução”, foi sugerido ameaçá-lo de ser apeado do poder e que Mourão Filho assumisse o cargo de Ministro da Guerra. Mourão Filho então respondeu sem hesitações que se eles quisessem, assumiria imediatamente o cargo de ministro da Guerra e tiraria do comando o gen. Costa e Silva, entregando, depois, o cargo à disposição do presidente. Imaginava ser uma operação das mais fáceis, pois Costa e Silva não comandava nenhuma unidade, e, portanto, não tinha um único soldado sob o seu comando direto. No entanto, desconfiado, Mourão Filho desistiu de tomar a iniciativa. Seria a última oportunidade que ele teria para recolocar no rumo que acreditava ser o certo o movimento que ele desencadeara e que via todos os dias se desviar para uma ditadura. A partir daí só restava a Mourão Filho lamentar-se, arrependido, de não ter sido mais prudente e evitado o golpe que jogaria o país em 21 anos de uma ditadura militar.

CONCLUSÃO

Tendo em vista as caracterizações propostas por Bronislaw Baczko, podemos definir Olympio Mourão Filho como revolucionário e o movimento de 1964 como revolução? Para isso, ao contrário do autor, é preciso analisar os conceitos dentro do contexto específico em que se deu as ações, ou seja, não apenas descrever, e sim analisar o processo do uso do conceito e de quem os reivindica, e como os reivindica.

Olympio Mourão Filho baseou sua ação política em função de um projeto de revolução, ou talvez em função da eleição de uma revolução como meio de realização de seu projeto político? Desde sempre, em seu livro de memórias e em seu diário, fonte deste trabalho, não aparecem projetos de revolução. Também não há projetos políticos. Apenas maquinações que ele classifica como “conspirações”. As intenções não partem de um projeto político específico, elaborado e estudado. A única preocupação evidente é combater os subversivos no poder e evitar a implementação de uma “republica sindicalista” a todo custo.

Podemos dizer que houve uma ruptura entre o antes e o depois de 64? Em certo sentido sim, pois houve uma descontinuidade do regime de poder: de uma democracia para uma ditadura civil-militar. Mas em termos estruturais, o poder político-econômico continuou, basicamente, nas mãos dos mesmos setores da sociedade. Portanto, podemos dizer que mudou para continuar o mesmo.

Qual teria sido, ainda de acordo com Baczko, a “ideia-imagem ativa que orienta a ação dos revolucionários quanto a eleição dos seus métodos de ação”? No caso em questão, ainda com base nos diários de Olympio Mourão, podemos dizer que fosse o “subversivo comunista” que se infiltrava no governo e colocava em perigo as bases da civilização judaico-cristã. No entanto, não existia tal figura no governo João Goulart. As ações conspiratórias se intensificaram no final de março de 1964 não por conta de algum fato extraordinário que tenha demandado a resposta das Forças Armadas, como, por exemplo uma guerrilha em andamento no interior ou a invasão de tropas da União Soviética, e sim por conta do anúncio, por parte do governo, de meras reformas políticas que tinham o caráter social, como a Reforma Agrária.

Por fim, se “ser revolucionário é um modo de existência coletiva”, Olympio Mourão Filho andava muito solitário. Sua trajetória era monitorada por outros conspiradores mais organizados, como os do Complexo IPES/ESG, mas sua conspiração era tão obstinadamente desacompanhada, não obstante seus inúmeros contatos em diversos setores da sociedade, que

levou René Dreifuss a defini-la como “uma campanha personalizada contra o governo de João Goulart” (DREIFUSS, p. 372).

Em muitas das obras escritas por historiadores e militares, a chegada das Forças Armadas ao poder em 1964 é comumente tratada como “revolução” (DENYS, 1980); em outras, como “contrarrevolução” (SILVA, 2014) ou “contragolpe preventivo” (MOURÃO FILHO, 1978). Portanto, rejeitando as pretensões do general e seguindo a historiografia acadêmica sobre o golpe de alguns dos mais eminentes pesquisadores do assunto (NAPOLITANO, DEIFUSS, FICO, FERREIRA) consideramos como golpe o movimento de tropas lideradas por Olympio Mourão Filho que derrubou o governo de João Goulart em abril de 64, seguindo a conceituação proposta por Nadir Domingues Mendonça:

O Golpe de Estado, na grande maioria dos casos, é uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas em andamento ou projetadas. Por isso envolve a restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas. Isto é, o Golpe de Estado sempre inaugura um estilo de poder autoritário e implica a cristalização da estrutura de apropriação (MENDONÇA, Nadir, 1985)²²

Em março de 1964, pressionado a abandonar sua postura conciliatória de classes por conta da pressão que seu governo sofria por todos os lados, João Goulart pretendia implementar reformas na sociedade brasileira, abraçando uma demanda perene e nunca plenamente concretizada na história nacional, que ficaram conhecidas como Reformas de Base, dentre as quais a de maior repercussão: a Reforma Agrária. Este fator provocou a indisfarçada reação das forças conservadoras, representadas, de forma geral, pelos políticos de partidos que eram, eles próprios, donos de terras, industriais nas cidades associados ao capital multinacional, os latifundiários e os militares, especialmente os doutrinados na Escola Superior de Guerra para quem tais medidas eram “populistas” e visavam abrir caminho para uma República Sindicalista (DREIFUSS, 1981). Paulo Bonavides, *apud* MENDONÇA (1985) afirma que apesar das possíveis semelhanças e dificuldades de se determinar com exatidão os conceitos de revolução, guerra civil, conjuração e *putsch*, o Golpe de Estado não se confunde com nenhuma destas outras formas porque significa “tomada do poder por meios ilegais”. A etapa civil do golpe teve sua mais alta contribuição — além de ir perfeitamente ao encontro do citado plano de contenção norte-americano — justamente quando o então presidente da Câmara dos Deputados, Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República quando se sabia que João Goulart ainda estava em pleno território nacional, desrespeitando assim a Constituição Federal. Bonavides define ainda o Golpe de Estado com

²² O conceito cabe perfeitamente no contexto da tomada de poder em 1964, que derrubou João Goulart do poder.

características como a surpresa, subitaneidade, a violência, a frieza de cálculo, a premeditação, a ilegitimidade (MENDONÇA, 1985). Em 1964 a chegada dos militares ao poder pelas mãos de Mourão Filho e sua ação intempestiva apresentaram todos estes requisitos, não obstante a violência ter sido amenizada com a adesão do Regimento Sampaio ao golpe, destacamento enviado pelas tropas ainda leais ao governo para combater a chegada de Olympio Mourão Filho e seu destacamento no Rio de Janeiro em 1 de abril de 1964.

A crise política e institucional que envolveu o Brasil desde a renúncia de Jânio Quadros da presidência da República em agosto de 1961 demonstrou com mais clareza os antagonismos que cresciam de forma lenta e gradual na sociedade brasileira ao longo do século XX até culminar com a ditadura militar de 64. Uma sociedade que, por suas características históricas, já nasceu desigual e assim permanece até os dias de hoje. Os militares, embora não possam ser equiparados com setores das classes dominantes que tem no latifúndio ou nas corporações capitalistas a razão de seu status, encontraram na oficialidade das Forças Armadas o seu *locus* de privilégios, aqueles que, em comparação com as classes trabalhadoras e até com os praças das Forças Armadas eram bastante acima da média.

Sempre temeu-se no passado que as constantes tentações de militares intervirem no cenário da política nacional pudessem vir acompanhadas de desordens internas motivadas por discordâncias, discussões, conflitos e debates no seio das corporações que pudessem vir a ameaçar a hierarquia e a disciplina militares. Formou-se assim, um “ideal de profissionalismo e apolitismo militar”(CHIRIO, Maud, 2012, p.7). Isso não quer dizer, como sabemos, que os militares se abstiveram de participar ativamente dos assuntos da política nacional, muito menos de intervir nos assuntos da política de forma contundente no mais das vezes. Para conciliar a exigência de disciplina militar e ação política dos militares, somente seria admitida a participação da elite hierárquica nos assuntos políticos e de Estado. Abria-se um abismo entre os oficiais e o restante dos militares. Nesse ponto, como falar de uma identidade em comum entre os militares se dentro do seio das Forças Armadas um tipo de recorte hierárquico estava bastante evidente, praticamente reproduzindo de forma fiel as próprias hierarquias sociais da sociedade civil? É bastante natural que, cada vez mais conscientes, não de uma identidade puramente militar como defendem Edmundo Campos Coelho e José Murilo de Carvalho, mas de suas condições de bem-estar e status social na sociedade, tanto os oficiais pudessem lançar mão das armas para defender o “modo de vida” a que estavam acostumados quanto os próprios praças pudessem se revoltar contra os abusos da vida militar, como de fato

aconteceu, por exemplo, na revolta dos sargentos pelo direito à participação política nos anos 60.

Esse modo de vida dos oficiais militares passou a ser cada vez mais confundido com o liberalismo capitalista ocidental sob a liderança dos Estados Unidos a partir da participação brasileira na II Guerra Mundial sob o comando dos norte-americanos. Vencida a guerra, as Forças Armadas brasileiras estreitaram cada vez mais não só os laços militares com os estadunidenses, como também se identificaram com o modo de vida americano. A partir de então, os interesses dos oficiais das Forças Armadas brasileiras passaram a se identificar não só com a burguesia daquele país, como da nossa própria, que já tinha laços afetivos e interesses econômicos com os Estados Unidos através da associação do capital norte-americano com a indústria nacional.

Por isso, foi fácil não só para a burguesia nacional como para os militares brasileiros enxergarem no comunismo o perigo a ser combatido, o agente que se infiltrava sorrateiramente na sociedade brasileira e principalmente nas instituições políticas para subverter a ordem natural da sociedade judaico-cristã da qual herdamos o modo de vida.

Nos anos 50 foi fundada no Brasil, já através da consolidada parceria do Brasil com os Estados Unidos, a Escola Superior de Guerra, que tinha na Doutrina de Segurança Nacional, inspirada nas leis norte-americanas, o seu escopo principal. Sem a iminência de nenhum tipo de conflito internacional, ao contrário dos estadunidenses, a DSN foi adaptada no Brasil para perseguir “comunistas” que atentassem contra a “lei e a ordem”. Com a crise da renúncia de Jânio Quadros e a posse do indesejável trabalhista João Goulart, a burguesia civil ganhou também o seu centro de produção intelectual e propaganda anticomunista, tal como os militares: em 1962 surgia o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES. Durante aqueles anos que precederam o golpe de 64, a Escola Superior de Guerra e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais uniram forças e formaram o que ficou conhecido como o complexo IPES-ESG, onde tanto oficiais militares quanto burgueses liberais circulavam sem nenhum embaraço, conspirando e planejando uma forma de tirar do poder o indesejado presidente que propunha reformas que colocariam em perigo alguns dos seus históricos privilégios, tanto os recentemente conquistados, como um posto na oficialidade, quanto os históricos, como a herança de um latifúndio, isso sem mencionar reformas que teriam consequências de justiça social mais a longo prazo, para outras gerações como a reforma educacional.

René Dreifuss (1981) corrobora a tese de que as Forças Armadas não produziram o golpe e sim atuaram como braço dos interesses econômicos de classe, pois o que se viu em 64

não foi um golpe típico das Forças Armadas contra João Goulart, mas a “culminância de um movimento civil-militar”(p. 361). Se o movimento que seria classificado como “organizacional” por seus defensores realmente tivesse tido interesses meramente institucionais, militares, de identidade, como alegam José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, como podemos explicar o fato do governo Castelo Branco ter dado diversos cargos importantes no governo militar a figuras civis que provinham dos meios empresariais e financeiros, ligados diretamente com os interesses multinacionais? Para Dreifuss, era a vitória do “bloco multinacional e associado, capitalista, pelas mãos dos militares”. Inclusive de Mourão Filho, “arrependido”, mas com cargos neste mesmo governo.

Carlos Fico, no entanto, afirma que, se a preparação do golpe fora, de fato, civil-militar, o ato em si teve a participação efetiva dos militares exclusivamente²³. Sucessivas levadas de militares, inclusive atuaram em postos estratégicos do governo. Para Fico, se podemos falar de um golpe civil-militar, o regime, em si, foi militar, ou seja, uma ditadura militar. Isso poderia reforçar a ideia de que os militares, chegando ao poder pelas suas próprias mãos, conquistaram seu direito de atuar de acordo com suas exclusivas demandas, como autores legítimos da “revolução” que derrubou o governo. Mas é preciso salientar que Carlos Fico parece não levar em conta que Mourão Filho e Carlos Guedes não tinham efetivo nas Forças Armadas o suficiente para colocar em marcha a execução do plano de ação. Neste caso, precisou do apoio preponderante de um civil que era o governador de Minas, sem cuja ajuda para reforçar a tropa com efetivos da polícia do Estado de Minas, provavelmente jamais teriam desencadeado o golpe. Só o fizeram porque negociaram seus interesses em comum que tinham para que as Forças Armadas — e mais a polícia mineira — fossem usadas em nome delas.

Já para Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014), a adição do termo “civil” ao golpe civil-militar se deve também pela adesão das classes médias ao movimento de derrubada de João Goulart. Dando o exemplo de revistas como fonte histórica, ambos os historiadores relatam como as populações de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, especialmente, celebravam nas ruas o golpe. Imensas fotos mostravam como as pessoas celebravam a notícia, com chuva de papel picado pelas janelas de Copacabana, buzinando seus carros pelas ruas e exibindo a bandeira do Brasil orgulhosamente nas varandas. Havia também o chacoalhar de lenços brancos, que os autores relacionam como símbolo do partido

²³ Ver em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>, p. 52.

político de onde saiu a maioria dos líderes civis do movimento: a UDN. As revistas também mostravam o entusiasmo da população — ou, na verdade, de parte dela, embora significativa — na Marcha da Vitória, ocorrida no então Estado da Guanabara com a presença ilustre de Carlos Lacerda.

Mencionar que o golpe foi também civil não significa que a população que apoiava as manifestações militares participaram de forma apenas secundária nas ações, com o fornecimento de propaganda ideológica, patrocínio financeiro ou apoio moral. Muitos civis também estavam dispostos, eles mesmos, a pegarem em armas e lutar pela derrubada do poder, como mostram Ferreira e Gomes (2014, p. 13) destacando o fato de que em São Paulo, no escritório regional da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), havia um posto de alistamento de voluntários para combater ao lado dos militares, se fosse preciso chegar a esse ponto. Segundo eles, até 31 de março de 64, véspera do golpe, mais de 4 mil voluntários já haviam se alistado, um contingente de respeito.

Apesar de conspirarem e planejarem uma forma de derrubarem o governo, tanto os oficiais militares quanto a alta classe média urbana quanto as elites nacionais viram o seu intento ser conquistado de forma inesperada e precipitada, quando um general até então obscuro e sem muito reconhecimento resolveu colocar tropas na rua para adiantar o serviço que vinha sendo planejado com todo o cuidado. Olympio Mourão Filho, sem ligações formais com estes grupos, dera o golpe que viria a desencadear a ditadura militar que duraria 21 anos.

Isso quer dizer que, por não ter nenhuma ligação oficial com estes grupos que tinham a clara intenção de instrumentalizar as Forças Armadas para defenderem-se de quaisquer ameaças aos seus privilégios, Mourão Filho estava pensando apenas e tão-somente na sua condição de militar que resguardava a Constituição de algum perigo que o governo Jango viesse a representar, numa espécie de golpe preventivo que saiu mal?

Na verdade, não. Como vimos, apesar de fazer um juízo bastante negativo destes grupos, já tinha ligações com os membros que formavam a conspiração contra o governo, não apenas na esfera militar como também na civil, quando “abriu os olhos” e resolveu partir para a sua própria conspiração.

Antes disso, de fato, Olympio Mourão Filho colocara-se ao lado dos legalistas, ao lado de Leonel Brizola, contra o impedimento da posse de Jango “sugerida” pelos ministros militares sob a liderança do anticomunista ferrenho Odílio Denys. Naquele momento, Mourão sabia que o marechal poderia fazer o impedimento degenerar para uma ditadura sob o seu comando. E se Mourão, de fato, não se furtava a apoiar golpes e de forma totalmente

paradoxal se dizer um defensor legalista da Constituição, não era apoiador de ditaduras, muito menos militares. Achava ele que a posse de João Goulart respeitaria a legalidade e que os possíveis desvios de conduta influenciados pelos correligionários de esquerda como o próprio Brizola seriam totalmente administráveis dentro do sistema parlamentarista, que foi proposto como solução para a crise política.

E assim seria até João Goulart completar o seu mandato e até se fosse reeleito, previsão que o novo sistema político permitia para o presidente, não fosse a reunião que presenciara em Santa Maria entre Osvaldo Ferreira e Brizola. A partir daquele momento, Mourão Filho tomou ciência de que estivera dormindo todo aquele tempo, e que precisava tomar uma atitude dali por diante para não deixar que o Brasil se tornasse uma “república sindicalista”.

Quando o General Olympio Mourão Filho resolveu, já no leito de morte, pedir para que seu amigo e escritor Helio Silva publicasse seu livro de memórias, em 1971 — a obra só viria a ser publicada sete anos depois— ele tinha a intenção de tentar resgatar o protagonismo que acreditava ter exercido nos acontecimentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Àquela altura, já no início dos anos 70, a linha chamada tradicionalista do Exército, bem como a que Mourão pertencera, aproximada do grupo ipesiano sem, no entanto, corroborar com seus planos políticos e suas ligações com grupos estrangeiros, já havia perdido espaço para o grupo IPES/IBAD/ESG, que dera, pouco depois da chegada ao poder, o “golpe dentro do golpe”, retomando a linha de frente no controle da conspiração, reconduzindo-a ao caminho que haviam planejado. Aos poucos, a participação de Mourão nos eventos que ele julgava ter desencadeado praticamente sozinho foi sendo cada vez mais apagada por este grupo, que, no entanto, havia se aproveitado do seu temperamento intempestivo, responsável por precipitar aquilo que vinha sendo cuidadosamente preparado nos bastidores.

Mourão dizia-se um defensor da Constituição, e portanto, legalista, colocando-se ao lado de Brizola na defesa da posse do vice-presidente eleito, João Goulart. Mas sua alegada legalidade tinha certos limites, pois em sua obra, não se furtou em dizer que o ideal, por ocasião da votação da emenda parlamentarista, seria afastar Goulart já naquele momento, evitando por “meios menos ruidosos” a indesejada chegada ao poder do vice. Parece que Mourão Filho temia muito mais as consequências de um golpe que estava sendo articulado, segundo acreditava, pelo então Ministro da Guerra, Odílio Denys, por falta de apoio da opinião pública, do que a chegada de Goulart ao poder. Por diversas ocasiões, fica claro em

seu diário que Mourão não acreditava que Goulart fosse capaz de desencadear uma revolução esquerdista no Brasil, — o grande fantasma das elites e das Forças Armadas brasileiras — mas, assim como o depoimento de outros militares, ele acreditava que Goulart não tinha forças para evitar a influência de setores desta linha política em seu governo. O medo maior parece ser sempre com relação ao governador Leonel Brizola, a quem sempre acusava de querer impor uma República sindicalista no Brasil.

O general considerava a antecipação do plebiscito para a volta ao presidencialismo não uma campanha legal, mas uma tentativa de dar um golpe nas instituições políticas, e usou este fato como justificativa para partir para “a maior conspiração das Américas”, como chamava. Mas ele estava equivocado ao acreditar que os demais setores reacionários da sociedade estavam “dormindo” enquanto ele partia para a ação. Na verdade, desde que Goulart chegara ao poder, os setores conservadores das Forças Armadas, junto aos empresários, industriais e seus sócios internacionais já estavam articulando meios de instrumentalizar as Forças Armadas para derrubar João Goulart do poder, com o apoio de instituições “guarda-chuva” como o IBAD, o IPES e a ESG. A conspiração que Mourão Filho acreditava desencadear, e que, realmente, foi a responsável por deflagrar a ação armada que marchou sobre o Rio de Janeiro, na verdade foi absorvida e controlada, sem que ele soubesse plenamente, pela conspiração maior, esta que vinha sendo tramada no “Estado-Maior informal”, que tinha como líderes militares conspiradores como Castelo Branco e Golbery do Couto e Silva — estes que vieram, de fato, a tirar das mãos de Mourão Filho o controle daquilo que chamavam de “revolução” quando chegaram ao poder.

Este fato parece ter magoado Mourão Filho e justificado assim a escrita do livro e a publicação do seu diário, que, conforme acreditava, constituía “o único registro, dia-a-dia, do nascimento e do desdobramento da conspiração e da eclosão do movimento de 31 de março de 1964”²⁴.

Mourão, tal como Carlos Lacerda, entrara assim para o rol dos conspiradores arrependidos, ao perceberem o monstro que haviam criado. Em seu livro, afirma: “Eu tirara a Nação de um abismo e empurrara-o no outro”. Mourão Filho morreu em 1972, e, de fato, viveu o bastante para descobrir o quão fundo era este abismo.

²⁴ MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: A Verdade de um Revolucionário*. L&PM Editores. Porto Alegre. 1978

REFERÊNCIAS

ARRUDA, João Rodrigues. *O uso político das Forças Armadas, e outras questões militares*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG. Imaginário Anticomunista e Policiamento Político (1935-1964)*. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFMG. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-6YCH3R/disserta_o_de_ros_ngela_pereira_de_abreu_assun_o.pdf?sequence=1> Acesso em: 26 de agosto de 2014.

BANDEIRA, Luiz, A. Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. *Jânio Quadros e a crise pré 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHIRIO, Mauad. *A política nos quartéis*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORREA, Marcos. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPES (1962-1963)*. 2005. Unicamp. Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000372937>> Acesso em: 5 de setembro de 2016.

CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe, 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon. *21 Anos de Regime Militar - Balanços e Perspectivas*. Editora FGV, Rio de Janeiro. 1994;

_____; _____ & CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 64*. Ed. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Governo João Goulart e o Golpe de 64: memória, história e historiografia*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n28a07.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2014.

DENYS, Odylio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

DREIFUSS, René Armand & DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a Política. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-05.pdf>> Acesso em: 12 de agosto de 2014.

FERREIRA, Jorge & GOMES, Angela de Castro. 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Editora Record, 2004;

_____. *O Grande Irmão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Versões e Controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100003> Acesso em: 14 de março de 2017

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *A Escola Superior de Guerra e o jornal “O Estado de S. Paulo” durante o governo Goulart – afinidades entre o autoritarismo e o liberalismo brasileiros*. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XXVIII/Celso%20Ramos%200Figueiredo%20Filho.pdf>> Acesso em: 26 de agosto de 2016.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Ed. Vértice. São Paulo, 1990.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-Feira 13, os últimos dias do governo João Goulart*. Edições O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1964.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *A cidadania dos militares no Brasil: marchas e contra-marchas*. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XV/Paulo%20Roberto%20Loyolla%20Kuhlmann.pdf>>. Acesso em: 26 de agosto de 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Ed. Unicamp. Campinas, 1990.

LEMOS, Renato (org.). *Justiça Fardada*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes & PINTO, Antonio Costa. *O corporativismo em português*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o Governo Costa e Silva*. Guavira Editores. Rio de Janeiro, 1979.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *O uso dos conceitos. Uma questão de interdisciplinaridade*. Ed. Vozes. Petrópolis, 1985.

MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: A verdade de Um Revolucionário*. L&PM Editores. Rio Grande do Sul, 1978.

_____. *Reforma para o Brasil - Imagem do Brasil*. Editora Saga. Rio de Janeiro, 1968.

MOURÃO, Laurita. Mourão, *O General do Pijama Vermelho*. Universidade de Michigan, 2002;

NAPOLITANO, Marcos. 1964. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Lúcia de Almeida. *Memória, História e Sujeito: Substratos da Identidade*. In: Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, nº 3, Junho de 2000.

PASTORE, Bruna. *Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium?* Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewArticle/2351>> Acesso em: 19 de agosto de 2016.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos – CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos – CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992

SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)* in FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha: o Plano Cohen*. L&PM, 1980

_____, Hélio. *1937: todos os golpes se parecem*. . Porto Alegre: LP&M, 1974.

_____, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?*. 4.ed. Porto Alegre: LP&M, 2014

SKIDMORE, Thomas: *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Paz e Terra, São Paulo, 1982.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder*. São Paulo: Global editora, 1979 apud LEITE FILHO, FC. *El Caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo: Aquariana, 2008.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e polícia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.